

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE – RP (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A – RIOSAUDE

PREGÃO ELETRÔNICO PE – RP – RIOSAUDE

Nº 90056/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1 – A Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAUDE, torna público que realizará licitação, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, pelo modo de disputa aberto, pelo critério de julgamento menor preço por lote, sob o regime de Execução híbrido sendo: a) Empreitada por preço global para os custos fixos com a locação do veículo; b) Empreitada por preço unitário para medições referentes uso de TAGs para pedágios e possíveis multas, para o REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de locação de veículos automotores, sem motorista, sem combustível, em perfeitas condições de uso, devidamente licenciados e com seguro, para atender às necessidades da frota de veículos da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAUDE, devidamente descritos, caracterizados e especificados neste Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da lei.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 44.698/2018, e pela Lei Federal nº 14.133/2021, referente ao pregão eletrônico, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 51.078/2022, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, regulamentada pelo Decreto Rio nº 31.349/2009, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, pela Lei Municipal nº 2.816/1999, Lei Municipal nº 4.978/2008 e pelos Decretos Municipais nº 27.715/2007, 17.907/1999, 49.415/2021, 51.260/2022, Decreto Rio nº 21.083/2002 (Dispõe sobre requisitos para contratação de serviços terceirizados), alterado pelo Decreto Rio nº 21.253/2002; Decreto Rio nº 40.285/2015 (Dispõe sobre a consolidação da legislação que versa sobre o Sistema Municipal de Transportes Oficiais no âmbito do Poder executivo e dá outras providências); e Decreto Rio nº 48.365/2021 (Dispõe sobre a utilização dos transportes oficiais e do Taxi-Rio Corporativo); com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Privado, pelas normas de direito penal contidas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), pelas disposições do Regulamento de Licitações e Contratações da RIOSAUDE (REGLIC), acessado em <https://riosaude.prefeitura.rio/regulamento-de-licitacoes-e-contratacoes-reglic/>, deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema Compras.gov.br, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Contratações Públicas), mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.3.1 – A licitação será processada, também, no Portal de Compras da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (E-Compras-Rio), disponível em <http://ecomprasrio.rio.rj.gov.br>.

1.4 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 387 do RGCAF c/c o art. 62 da Lei nº. 13.303/2016 e com o art. 73 do Decreto Municipal nº. 44.698/18, e art. 3º do REGLIC.

1.5.1 – Depois de iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de se conceder aos licitantes a prévia manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação no Diário Oficial, apto a lhes assegurar o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, de acordo com o art. 73, §5º do Decreto Municipal nº 44.698/18 e art. 111, §4º do REGLIC.

1.6 – As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Contratações Públicas), e no sítio oficial desta Empresa Pública (<https://riosau.de.prefeitura.rio/licitacoes/>), podendo, alternativamente, obtê-lo em meio magnético na sede da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAUDE, na Rua Dona Mariana, 48, 6º andar – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ.

1.7 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico pregao.riosau.de@gmail.com, conforme previsto no art. 87, §1º da Lei 13.303/2016.

1.7.1 – O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, na forma do art. 86 do REGLIC. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.8 – Os interessados poderão formular impugnações até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: pregao.riosau.de@gmail.com.

1.8.1 – Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.8.2 – A impugnação não possui efeito suspensivo, podendo, no entanto, dada a sua relevância, ser concedido o efeito suspensivo pelo Pregoeiro na forma do art. 86, § 2º do REGLIC.

1.8.3 – Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

1.9 – Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.7.1. ou 1.8.1., conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1 – Autorização do Ilmo. Senhor Diretor Presidente da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAUDE (conforme art. 252 do CAF), constante do Processo Administrativo nº RSU-PRO-2025/10936 – 99/023.485/2025 de 01/09/2025, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de 11/02/2026.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1 – No dia 04 de março de 2026, às 10:00h, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – RIOSAUDE Nº 90056/2026, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP).

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

4. OBJETO

4.1 – O objeto da presente licitação é o registro de preços para a prestação de serviços de para prestação de serviços de locação de veículos automotores, sem motorista, sem combustível, em perfeitas condições de uso, devidamente licenciados e com seguro, para atender às necessidades da frota de veículos da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAUDE, conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Termo de Referência.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – Os recursos necessários à contratação do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAUDE

PROGRAMA DE TRABALHO: 18051.10.302.9804.4954

CÓDIGO DE DESPESA: 339039

FONTE DE RECURSO: 1749208

5.2 – O valor estimado da licitação será sigiloso, em atendimento ao que dispõe o art. 34 da Lei 13.303/2016 e o art. 45 do Decreto Municipal 44.698/2018.

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 – O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço por lote.

7. PRAZOS

7.1 – O Contrato vigorará a partir da assinatura até 36 (trinta e seis) meses.

7.1.1 – O prazo para o início dos serviços será de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento memorando de início, encaminhado pelo setor de Contratos

7.2 – O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 13.303/16, dos Decretos Municipais nº. 44.698/18, nº 48.357/21 e suas alterações, devendo ainda observar o disposto nos arts. 121 a 124 do REGLIC.

7.2.1 – O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, na forma do art. 71 da Lei 13.303/2016, artigo 82, III do Decreto Municipal nº. 44.698/18, e do art. 121, caput, do REGLIC.

7.2.2 – O recebimento provisório será realizado para cada pagamento pelo fiscal ou comissão responsável por seu acompanhamento e fiscalização, na data da aceitação da nota fiscal no sistema próprio da RIOSAUDE, acompanhada de toda documentação solicitada no item “CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO” do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), preferencialmente até o quinto dia útil do mês.

7.2.3 – O recebimento definitivo será realizado para cada pagamento, pelo fiscal ou comissão responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante a inserção da nota fiscal e demais documentos comprobatórios no sistema de pagamento digital da RIOSAUDE, em até 5(cinco) dias corridos a contar da data do recebimento provisório.

7.3 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 120 (cento e vinte) dias, contados da data da realização da licitação.

7.4 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

7.5 – As Atas de Registro de Preços vigorarão pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, a partir da data da sua

publicação no Diário Oficial do Município – D.O. RIO, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal de Compras da Prefeitura do Rio de Janeiro (E-Compras Rio).

7.5.1 – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

7.5.2 – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, na forma do item 7.5.

7.5.3 – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

7.5.4 – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos termos previstos nos arts. 66 a 79 do REGLIC.

8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto ao Provedor do Sistema (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

8.2 – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

8.2.1 – A falsidade da declaração de que trata o item acima sujeitará o licitante às sanções previstas no Edital.

8.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos serviços que cotar.

8.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

8.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

8.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.7 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar por esta Empresa Pública, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pelo Município do Rio de Janeiro, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

8.8 – Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

8.9 – Não será permitida a participação em consórcio.

8.10 – As operações societárias promovidas pela empresa licitante ou contratada deverão ser submetidas à prévia aprovação da RIOSAUDE, para verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser rescindindo em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

8.11 – Não será permitida a participação de licitantes:

I – cujos administradores, dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

II – suspensas pela RIOSAUDE;

III – declaradas inidôneas pelo Município do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV – constituídas por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V – cujos administradores sejam sócios de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI – constituídas por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII – cujos administradores tenham sido sócios ou administradores de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII – que tiverem, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

8.12 – A vedação de que trata o item 8.11 se aplica, ainda:

I – à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II – a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente da RIOSAUDE;

b) empregado da RIOSAUDE cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do ente público a que a RIOSAUDE esteja vinculada.

III – cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com RIOSAUDE há menos de 6 (seis) meses.

8.13 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.13.1 – A empresa estrangeira deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

8.14 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

9. CREDENCIAMENTO NO PORTAL COMPRAS.GOV

9.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

9.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema Compras.gov.br.

9.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

9.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

9.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou à Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAUDE, promotora da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.1.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

10. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO

10.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública prevista no item 3.1, e documentação técnica/certificação do bem/produto, quando exigida no Termo de Referência.

10.1.1 – A etapa de que trata esse item será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.1.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no menor preço por lote do objeto licitado.

10.1.3 – As propostas de preço ofertadas deverão conter somente duas casas decimais depois da vírgula.

10.2 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.

10.2.1 – Os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.2.2 – Os documentos referentes à habilitação serão encaminhados apenas pela licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, após o anúncio da licitante detentora da proposta ou lance de menor valor, em formato digital, nos termos do item 12.7.

10.2.2.1 – Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados, pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital, na forma do item 12.6.2 deste edital.

10.2.3 – O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

10.2.4 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.2.3, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.2.5 – Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização de procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.3 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a entrega do(s) bem(ns), incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo

obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

10.3.1 – As propostas de preços apresentadas por cooperativas de trabalho, se for o caso, ou por contribuintes individuais deverão incluir os valores devidos a título de contribuição previdenciária, no montante dos percentuais consignados no Decreto Rio nº 18.835/00.

10.4 – O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

10.4.1 – O valor devido a título de contraprestação pela execução dos serviços será obtido mediante a dedução do valor total da proposta do montante do valor devido a título de contribuição previdenciária, o qual deverá ser recolhido à entidade competente, na forma da legislação.

10.4.2 – Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto no parágrafo único do art. 93 do REGLIC.

10.5 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços.

10.6 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro.

10.7 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAUDE, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

10.8 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.9 – A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pelo Decreto Municipal nº 31.349/2009 e

pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.

10.9.1 – A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

10.9.2 – A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

11. ENVIO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 – A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta automaticamente pelo sistema.

11.1.1 – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.1.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

11.1.3 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.2 – Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

11.2.1 - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

11.2.2 - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

11.3 – O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

I – Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

II – Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

11.4 – O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 11.2 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a RIOSAUDE, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

11.5 – O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem Reais).

11.6 – Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o modo de disputa aberto.

11.7 – Aberta a etapa de lances, as licitantes cadastradas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

11.8 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação pertinentes.

11.8.1 – Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.8.2 – Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

11.8.3 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 24 deste edital.

11.9 – A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos dois últimos minutos do período de duração da sessão pública.

11.9.1 – A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.9.2 – Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.9.3 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do menor preço por lote, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) na estimativa orçamentária (Anexo IV).

12.1.2 – Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada, para a fase de julgamento, a proposta ofertada pela licitante, nos termos do item 12.1.

12.2 – O pregoeiro verificará a proposta classificada em primeiro lugar e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

12.3 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;
- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados;
- i) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência.
- j) cujas falhas não puderem ser sanadas no prazo máximo de 03 (três) dias úteis da correlata notificação, prorrogáveis, justificadamente, a critério da RIOSAUDE, nos termos do art. 63, §4º, do REGLIC.

12.3.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

12.3.2 – Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado neste Edital, conforme art. 56, § 4º, da Lei Federal nº 13.303/2016.

12.3.3 – Consideram-se com indícios de inexequibilidade, no caso de licitações de menor preço, as propostas cujos valores sejam inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado.

12.4 – Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição, na forma dos arts. 87, 101 e 102 do REGLIC.

12.4.1 – Apenas após a classificação das propostas, as licitantes que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderão manifestar esta condição, sendo proibido, sob pena de exclusão deste procedimento, identificarem-se como tal antes do momento determinado neste subitem.

12.4.1.1 – Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.4.2 – Nos termos do item 12.4.1.1, serão consideradas em situação de empate as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela considerada mais bem classificada.

12.4.3 – Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela até então considerada a melhor oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada apresente proposta de preço inferior, esta será considerada a melhor oferta;

c) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresente proposta de preço inferior, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, para o exercício de igual direito;

d) No caso de equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, será convocada primeiro para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance recebido e registrado em primeiro lugar.

12.4.4 – Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ter sua proposta considerada a mais bem classificada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada do certame.

12.4.5 – Somente haverá aplicação do disposto nos itens acima quando a proposta originalmente mais bem classificada do certame não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.5 – Caso esteja configurado empate em primeiro lugar, após a observância do direito de preferência disposto no item 12.4 ou inexistindo proposta de microempresas ou empresas de pequeno porte em situação de empate, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance fechado.

12.5.1 – Na hipótese de o disposto no item 12.5 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os demais critérios e preferências previstos no art. 55 da Lei 13.303/2016, correspondente ao art. 66 do Decreto Municipal nº. 44.698/18, e nos artigos 101 e 102 do REGLIC.

12.6 – Após o encerramento das etapas anteriores, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

12.6.1 – A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.6.2 – Haverá um prazo mínimo de 02 (duas) horas, admitida a prorrogação por igual período, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta, e se necessário, dos documentos complementares, conforme o item 10.2.2.1, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

12.7 – O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor.

12.8 – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.

12.10 – Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, corrigida das causas de sua desclassificação.

12.11 – Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, etapa em que será exigida a apresentação dos documentos de habilitação do licitante vencedor, observando as seguintes diretrizes:

a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.

b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor, por meio de consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 13 deste edital;

c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 13 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

d) A(s) licitante(s) deverá(ão) remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos serão enviados em formato digital, via Sistema Compras.gov.br, nos mesmos moldes do item 12.6.2.

e) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento, nos mesmos moldes do item 10.2.4. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

f) Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.12 – Se a oferta não for aceitável, permanecendo acima do máximo estipulado para a contratação no item 5.2, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim,

sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

12.12.1 – Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, essa deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, nos termos do item 12.6.2.

12.12.2 – Na hipótese do art. 57, §1º, da Lei Federal nº 13.303/2016, o Pregoeiro, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação, o procedimento previsto no item 12.11.

12.13 – Na hipótese de inabilitação de todas as licitantes, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, corrigida das causas de suas inabilitações.

12.14 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12.15 – Encerrada a sessão pública, a licitante provisoriamente declarada vencedora deverá apresentar, à Empresa Pública de Saúde – RIOSAUDE, a documentação de habilitação por meio do Sistema Compras.gov.br, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas.

12.15.1 – Os documentos apresentados pela via eletrônica por meio do Sistema Compras.gov.br devem ser devidamente autenticados eletronicamente, caso não sejam encaminhados os arquivos originais.

12.15.2 – Os documentos que devam ser assinados pelas licitantes e/ou por seus representantes, a fim de ser admitido seu recebimento na via eletrônica, deverão ser assinados digitalmente com assinatura eletrônica através da estrutura de chaves pública e privada, com a devida verificação da autenticidade e validade do arquivo digital, conforme regras e procedimentos detalhados pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), nos termos da MP nº 2.200-2/2001, não sendo admitido o recebimento de documentos com imagens das assinaturas manuscritas coladas nos documentos eletrônicos.

12.15.3 – Excepcionalmente, serão admitidos documentos sem assinatura eletrônica, desde que os mesmos tenham sido impressos, assinados pelas licitantes e/ou por seus representantes legais, e posteriormente digitalizados. Tais documentos, contudo, deverão ser autenticados.

12.16 – Na hipótese de incorreções nas documentações apresentadas, poderá o Pregoeiro solicitar ao representante da empresa, devidamente identificado e que tenha poderes para tanto, que sane a incorreção. Somente a falta de representante legal ou a recusa do mesmo em atender ao solicitado é causa suficiente para inabilitação da licitante.

12.17 – O recebimento de documentos pela via eletrônica será restrito ao Sistema Compras.gov.br, não sendo admitido o recebimento dos referidos documentos eletrônicos pelo endereço eletrônico.

13. HABILITAÇÃO

13.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 12.17 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico–financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.

13.1.1 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

13.2.1 – Os documentos devem ser enviados em formato pdf.

13.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

13.3.1 – Ficam excluídos da validade de 90 (noventa) dias os atestados técnicos.

13.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (D) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município.

13.5 – O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

13.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.7) Declaração formal de que atende às disposições do artigo 48, do Decreto Municipal nº. 44.698/18 e do artigo 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/01, na forma do Anexo VIII.

(B) – HABILITAÇÃO ECONÔMICO–FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar:

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 0,5. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

(B.1.b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1. Será considerado como Índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

(B.1.c) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$\text{IE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

(B.1.1) A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. A licitante que NÃO utilize a ECD deverá apresentar o balanço patrimonial acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 5% (cinco) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço

patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Para as licitantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões do 2º Ofício de Registro de Distribuição, ou pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas, caso seja pessoa física ou Microempendedor Individual – MEI.

(B.3.1) As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(C) – HABILITAÇÃO FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão negativa ou positiva com efeito

negativo do Imposto Predial e Territorial Urbano. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS.

(C.6) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.6.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.6.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.6.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, além de configurar o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando o licitante às sanções previstas neste Edital.

(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo IX, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no Decreto Rio nº 23.445/2003.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Declaração de Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, Anexo XI.

(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) A LICITANTE deverá apresentar os seguintes documentos referentes à qualificação técnica, conforme art. 105 do REGLIC:

(E.1.1) Atestado de Capacidade Técnica:

a) Atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução anterior de serviços de natureza pertinente e compatível, em regime contratual, com o objeto da contratação, observando-se, como parâmetro mínimo, a execução de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de veículos previsto para o lote ao qual a licitante venha a concorrer.

b) Os atestados deverão referir-se às atividades prestadas no âmbito das atividades especificadas no Contrato Social vigente;

c) Os atestados deverão ser apresentados em papel timbrado original ou por cópia reprográfica, assinado(s) por autoridade ou representante de quem os expediu, com a devida identificação;

d) A RIOSAUDE reserva-se ao direito de executar diligências para verificar e validar as informações prestadas nos atestados de capacidade técnica fornecidos pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar. Também poderão ser requeridas cópia do contrato, notas fiscais ou qualquer outro documento que comprove, inequivocamente, a veracidade dos atestados;

e) Os atestados deverão conter necessariamente: I. Prazo contratual; II. Data do início e término; III. Local da prestação dos serviços; IV. Quantitativo de veículos fornecidos; V. Valor global do contrato; VI. Natureza da prestação dos serviços com os respectivos quantitativos; VII. Assinatura legível por autoridade ou representante de quem os expediu, com a devida identificação; VIII. Caracterização do bom desempenho da empresa CONTRATADA.

(E.1.2) Declaração de disponibilidade de frota compatível – Visa garantir que a empresa poderá disponibilizar os veículos exigidos no início da vigência contratual. Sua comprovação se dará pelo envio de documento que contenha informações da frota disponível da empresa ou carta de intenção de fornecimento, assegurando assim a capacidade de mobilização da frota, dentro do prazo previsto neste Termo de Referência.

(E.1.3) Declaração de compromisso de emplacamento no Município do Rio de Janeiro – visa garantir que os veículos estarão regularizados conforme exigência do Decreto Rio nº 56.022/2025, art. 12 § 2º.

(E.2) Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

(E.3) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, desde que referentes a períodos concomitantes, conforme previsto no art. 105, §3º, do REGLIC;

(E.4) Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos de gestão de riscos e de controle preventivo e do disposto no art. 337–F do Código Penal.

(E.5) Prova, feita por intermédio da apresentação, em original, do ATESTADO DE VISITA fornecido e assinado pelo servidor do órgão fiscalizador, atestando que o seu Responsável visitou o local dos serviços, e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação, quando for o caso. O ATESTADO DE VISITA pode ser substituído por declaração (Anexo XII) em que o licitante ateste que conhece o local e as condições de realização do objeto do contrato, conforme o art. 105, §5º, inciso VI do REGLIC.

(E.5.1) A vistoria (visita técnica) não é obrigatória. No entanto, para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, as empresas poderão vistoriar as instalações do local de execução dos serviços, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11 horas ou das 13h30 às 15h30, desde que agendado previamente pelo e-mail npc.planejamento.riosaudef@prefeitura.rio, em até 01 (um) dia útil anterior à data da licitação.

(E.5.1.1) A LICITANTE deverá se atentar aos modelos constantes nos ANEXO VIII, quando da realização da vistoria técnica ou de sua renúncia.

(E.5.1.1.2) Nessa mesma declaração, a empresa deverá atestar que utilizará eventuais imagens capturadas única e exclusivamente para confecção da proposta, não podendo utilizá-las para fins diversos.

14. RECURSOS

14.1 – Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar a intenção de interpor recurso, em campo próprio do sistema no prazo concedido na sessão pública.

14.2 – A falta de manifestação imediata da licitante importará a preclusão do direito de recurso.

14.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

14.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, o indeferimento do recurso.

14.6 – Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar a decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, transcorrido o prazo para a apresentação das contrarrazões pelos demais licitantes, ou remetê-los à apreciação e julgamento da autoridade competente, a qual poderá requerer parecer da área técnica, a fim de auxiliar a decisão.

14.6.1 – O julgamento do recurso pela autoridade competente deverá ser realizado no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável, por igual período, a depender da complexidade ou necessidade de diligências.

14.7 – O recurso contra atos de julgamento das propostas e habilitação terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

14.9 – Os recursos relativos às sanções administrativas estão previstos na minuta de contrato (Anexo V).

15. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

15.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

15.2 – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

15.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

15.3 – A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

15.3.1 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no próprio endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

16.1.1 – A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que as contratações obedecerão à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

16.1.2 – A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia da RIOSAUDE, poderá ser utilizada por qualquer empresa pública ou sociedade de economia mista da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, para os itens de adesão, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata e a realização da adesão ocorra dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

16.1.3 – O beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.

16.1.4 – As contratações adicionais a que se refere o item 16.1.2 não poderão exceder, por entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para as entidades participantes.

16.1.5 – O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item 16.1.2 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e entidades participantes, independentemente do número de entidades não participantes que aderirem.

16.1.6 – Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com as entidades participantes.

16.1.7 – Não será concedida nova adesão a entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

16.2 – A CONTRATANTE formalizará seu pedido de fornecimento por meio de contrato ou instrumento equivalente.

16.3 – A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

16.4 – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e da própria Ata de Registro de Preços (Anexo II).

16.5 – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

17. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 – O registro de preços será formalizado pela Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo II.

17.1.1 – Será incluído, na respectiva ata, na forma de Anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os serviços em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

17.1.2 – O registro a que se refere o item 17.1.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas seguintes hipóteses:

- a) não assinar o contrato no prazo estabelecido pela RIOSAUDE, sem justificativa aceitável;
- b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
- c) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, após revisão pela RIOSAUDE, na hipótese daquele se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) sofrer a sanção de inidoneidade aplicada pelo Município do Rio de Janeiro;
- f) não aceitar o preço revisado pela RIOSAUDE, na hipótese em que o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e for entregue requerimento de revisão pelo interessado.

17.1.3 – Caso haja mais de uma licitante na situação de que trata o item 17.1.1, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

17.1.4 – A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

17.2 – Serão celebradas tantas Atas de Registro de Preços quantas necessárias para o objeto deste pregão.

17.3 – As Atas de Registro de Preços vigorarão pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município – D.O. RIO, acompanhada da divulgação no Portal

Nacional de Contratações Públicas e no Portal de Compras da Prefeitura do Rio de Janeiro (E-Compras Rio).

18. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1 – As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre a RIOSAUDE e as licitantes vencedoras.

18.1.1 – Serão incluídos na Ata de Registro de Preços, na forma de Anexo, os licitantes que aceitarem cotar os serviços em preços iguais ao do licitante vencedor, nos termos do item 17.1.2.

18.2 – As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

18.3 – A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se à RIOSAUDE o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

18.4 – As licitantes remanescentes convocadas na forma do item 18.3, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no item 24.

18.5 – O órgão gerenciador poderá admitir a inclusão superveniente de novas empresas para os itens constantes da ata de registro de preços, desde que observadas as condições estabelecidas no edital, a ordem de classificação constante da ata e as condições oferecidas pelo primeiro colocado da licitação.

18.5.1 – A admissão de novas empresas referida no item 18.5 deve ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Portal de Compras da Prefeitura do Rio de Janeiro (E-Compras Rio) e no Diário Oficial do Município, e será permitida nas seguintes hipóteses:

a) quando, por peculiaridades de mercado, o quantitativo total estimado não for atingido no momento da licitação;

b) quando o quantitativo total estimado sofrer acréscimo decorrente da ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pela autoridade competente do órgão gerenciador.

18.5.2 – A inserção de novos fornecedores para o item registrado ocorrerá mediante admissão, submetida à concordância dos demais fornecedores, que deverão se pronunciar, obrigatoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação de documento devidamente formalizado por representante legal da empresa com poderes “ad judicia” e “ad negocia”.

19. ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

19.1 – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo da contratação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços, observado o procedimento regulamentado pelo Decreto Rio nº 36.665, de 1º de janeiro de 2013.

19.1.1 – Observado o disposto no item 19.1, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
- c) convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

19.1.2 – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

19.1.3 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

19.2 – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- a) pelo decurso do prazo de vigência;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;

c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;

e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

19.3 – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

19.3.1 – Por iniciativa da RIOSAUDE:

a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação;

c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;

d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer sanção de inidoneidade aplicada pela Administração Pública Municipal;

g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

19.3.2 – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

19.3.3 – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.3.3.1 – Na hipótese prevista no subitem 19.3.3, o prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo mínimo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

19.4 – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de prestação de serviços, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o disposto nos itens 12.15 e 12.16.

19.5 – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

19.6 – Não será concedida a revisão dos preços registrados aos pedidos de execução já emitidos pela Contratante.

19.7 – Os preços registrados poderão ser reajustados ou repactuados, nos termos previstos na Ata de Registro de Preços.

20. GARANTIA

20.1 – A empresa beneficiária do registro, quando convocada para a contratação prestará garantia de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no art. 70 da Lei 13.303/2016, observando-se o disposto nos arts. 147 a 151 do REGLIC.

20.1.1 – Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela RIOSAUDE, dos quais a contratada ficará depositária, o valor desses bens, para fins de cálculo do valor da garantia, deverá ser acrescido ao valor do contrato.

20.1.2 – A cobertura da garantia deverá se estender até o recebimento definitivo do integral cumprimento da contratação, obrigando-se a contratada a manter vigente ou contratar nova garantia durante este período.

20.1.3 – Nos contratos de serviços contínuos, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data da renovação ou do aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvada a hipótese de suspensão do contrato por ordem da RIOSAUDE, quando a contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem da RIOSAUDE para reinício da execução.

20.1.4 – No caso de fiança bancária, deverá ser observado o padrão estabelecido pelo Decreto Rio nº 26.244/2006.

20.2 – A RIOSAUDE utilizará a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a essa, inclusive, para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações.

20.3 – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia, caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, e não se verifiquem créditos suficientes em nome da contratada, inclusive de fatura em aberto, para que sejam realizados os correspondentes descontos, conforme previsto no art. 164, §1º do REGLIC.

20.3.1 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela RIOSAUDE ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.3.2 – A RIOSAUDE suspenderá os pagamentos devidos à contratada até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da RIOSAUDE, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

20.4 – Em caso de extinção decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente à RIOSAUDE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

20.5 – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela RIOSAUDE o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

20.6 – Em caso de alteração do valor contratual ou de prorrogação do prazo de vigência do contrato, a RIOSAUDE poderá exigir da contratada a atualização, complementação ou substituição da garantia prestada, respeitado o percentual definido no contrato ou termo de referência.

20.6.1 – Sempre que houver reajuste ou repactuação, ou alteração do valor do Contrato, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas Contrato.

20.7 – A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída, após a execução completa do contrato e o recebimento definitivo do seu objeto, mediante ato liberatório da autoridade contratante, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da CONTRATADA.

21. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

21.1 – Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a autoridade competente, o Diretor-Presidente da RIOSAUDE, ou o delegatário, adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

21.2 – Integra o presente Edital, sob a forma de Anexo V, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a RIOSAUDE e a ADJUDICATÁRIA.

21.3 – Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Diretor-Presidente da RIOSAUDE, ou pelo delegatário, será a licitante vencedora convocada, com antecedência mínima de 5 (cinco)

dias úteis, pela RIOSAUDE, contados do recebimento da convocação para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente.

21.3.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela RIOSAUDE.

21.4 – Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o prestador de serviços deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

21.4.1 – O prestador de serviços deverá assinar o contrato por meio do sistema operacional disponibilizado pela RIOSAUDE.

21.4.2 – Ante a impossibilidade da assinatura por meio digital, a ADJUDICATÁRIA deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

21.4.3 – Em atendimento ao art. 7º do Decreto Municipal nº 49.415, de 17 de setembro de 2021, o prestador de serviço ou colaborador externo, vencedor de processo seletivo, que pretenda manter relação jurídica de qualquer natureza com o Município do Rio de Janeiro ou com qualquer de suas entidades da Administração Indireta, deverá cumprir o Protocolo de Avaliação de Integridade e Transparência – PAIT, disponível em <https://jeap.rio.rj.gov.br/QIF>, mediante o preenchimento do Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência, requisito indispensável para celebração de qualquer instrumento jurídico com esta empresa.

21.5 – Se o fornecedor convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, a RIOSAUDE poderá convocar os demais que tiverem aceitado executar os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

21.5.1 – Se não houver outros fornecedores registrados que tenham aceitado executar os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, o Pregoeiro poderá examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

21.6 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

21.6.1 – O Contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

21.7 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo setor da contratante responsável pela fiscalização da execução do contrato. A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem ônus para a contratante e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.8 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

21.9 – No momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar, quando couber, relação nominal de seus empregados, com a devida documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto nas políticas de inclusão estabelecidas na legislação em vigor.

21.10 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos serviços prestados.

21.11 – A licitante vencedora, sem ônus para a contratante, compromete-se a:

a) atender às solicitações da contratante em até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir de seu recebimento;

b) substituir quaisquer materiais defeituosos ou qualitativamente inferiores em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas da solicitação, sendo que o não cumprimento sem motivo justo implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e seus anexos.

21.12 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá ao setor competente, a ser designado por meio de Portaria a ser publicada em Diário Oficial.

21.13 – Sendo a ADJUDICATÁRIA microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Regime Simplificado de Tributação – SIMPLES deverá apresentar cópia da comunicação encaminhada à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, informando acerca da assinatura do contrato de prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

21.13.1 – Sendo a ADJUDICATÁRIA cooperativa de trabalho organizada para a prestação de serviços, deverá apresentar também a relação dos cooperados que executarão o objeto contratual, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa e a ata da sessão específica realizada pelos cooperados partícipes para a indicação: dos responsáveis pela sua coordenação, para um mandato nunca superior a 1 (um) ano ou ao prazo estipulado para a execução do objeto contratual; dos requisitos para a consecução do referido objeto; dos valores contratados e da retribuição pecuniária de cada cooperado partícipe.

22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 – Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no Decreto Municipal nº 52.100/2023 e no calendário de pagamentos aos fornecedores e prestadores de serviços que estiver vigente. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança na RIOSAUDE, condicionado à respectiva aceitação definitiva do objeto.

22.1.1 – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor competente pela gestão do contrato, nos termos do art. 5º, inciso VI, da PORTARIA “N” RIOSAUDE/PRE Nº 59 DE 28 DE JUNHO DE 2024.

22.2 – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período–base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

22.2.1 – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviço(s) efetivamente executados e aceitos no período–base mencionado no item anterior sem que a RIOSAUDE esteja obrigada a pagar o valor total do Contrato.

22.3 – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, na forma do Anexo X.

22.4 – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

22.5 – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na RIOSAUDE e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

22.6 – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

23. REAJUSTE

23.1 – Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado a que a proposta se referir. O reajuste deverá observar o previsto nos arts. 127 a 129, e 132 do REGLIC.

23.2 – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos termos do art. 127 do REGLIC, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao do Orçamento estimado da contratação;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

23.3 – Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no item anterior.

23.4 – O reajuste não será concedido automaticamente, dependendo de requerimento do interessado.

23.4.1 – Após decorridos 12 (doze) meses da apresentação do orçamento da contratação, a contratada terá direito à concessão de reajuste, mediante requerimento devidamente datado e assinado, acompanhado da respectiva memória de cálculo com os novos valores.

23.4.1.1 – Considera-se realizado o requerimento pelo interessado, por meio de:

a) solicitação expressa de reajuste, por escrito, acompanhada da respectiva memória de cálculo com os novos valores, datada e assinada pelo responsável;

b) apresentação de proposta para a prorrogação, na qual conste memória de cálculo com os novos valores, datada e assinada pelo responsável.

23.4.1.2 – A memória de cálculo deverá apresentar o índice de reajuste e o percentual utilizado para a obtenção dos novos valores cobrados.

23.5 – As solicitações de reajustes a que a contratada fazer jus serão objeto de preclusão com

a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

23.5.1 – Os efeitos do reajuste retroagem à data da ocorrência da anualidade, desde que o requerimento referido no item 23.4.1 seja apresentado em até 60 (sessenta) dias da publicação do índice ajustado contratualmente, e ultrapassado esse prazo, serão concedidos a partir da solicitação, sem prejuízo do previsto no item 23.5.

23.5.2 – Caso a prorrogação ou o encerramento do contrato ocorra antes da divulgação do índice de reajuste, a contratada, sob pena de preclusão, deverá ressaltar expressamente, e por escrito, o seu direito ao reajuste, anteriormente à formalização da prorrogação ou do término do contrato, cabendo solicitar o reajuste na forma do subitem 23.4.1.1, após a divulgação do índice, observado o disposto no item 23.5.1.

23.6 – Se entre a data da apresentação do orçamento no certame licitatório e a assinatura do contrato decorrer tempo superior a 12 (doze) meses, e a contratada apresentar solicitação para concessão de reajuste contratual referente a tal período, será cabível a concessão do reajuste, apenas se demonstrada a vantajosidade de tal concessão em detrimento de nova licitação.

23.7 – A concessão do reajuste deverá levar em conta eventual revisão realizada, efetuando-se as devidas compensações.

24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 – A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 21.5, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 24.2.

24.2 – Em razão das condutas previstas no caput dos artigos 160 a 162 do REGLIC, a RIOSAUDE, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, poderá impor ao licitante, adjudicatário ou contratado, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações a que está sujeito, as seguintes sanções, observado o art. 83 da Lei Federal nº 13.303/2016:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão dos direitos de participar dos procedimentos para licitação e de contratar com a RIOSAUDE pelo prazo de até 02 (dois) anos.

24.3 – O procedimento de aplicação de sanções deverá observar o disposto nos artigos 165 a 168 do REGLIC.

24.4 – A aplicação da sanção de multa observará os seguintes parâmetros, nos termos do art. 161 e 162 do REGLIC:

24.4.1 – Multa moratória de até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor da contratação, em caso de atraso na execução, limitada a incidência a 30 (trinta) dias;

24.4.2 – Multa moratória de até 0,3 (três décimos por cento) por dia sobre o valor total da contratação, em caso de atraso na execução, por período superior ao previsto no subitem anterior.

24.4.2.1 – Após 45 (quarenta e cinco) dias de atraso, será considerada a inexecução parcial ou total do objeto contratual, hipótese em que poderá ser realizada a rescisão do contrato ou cancelamento da nota de empenho ou outro instrumento equivalente, por ato unilateral e escrito da RIOSAUDE, ou por acordo entre as partes, nos termos dos artigos 156, incisos III e IV e 161, §1º, do REGLIC, sem prejuízo da aplicação da multa moratória e da possibilidade de rescisão ou cancelamento da nota de empenho ou outro instrumento equivalente por atraso em prazo inferior.

24.4.3 – Multa sancionatória equivalente a até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor da contratação, por obrigação contratual descumprida, quando constatadas irregularidades de média gravidade ou baixa gravidade em caráter reiterado;

24.4.4 – Multa sancionatória equivalente a até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, por obrigação contratual descumprida, pela inexecução parcial do contrato, quando constatadas irregularidades de alta gravidade;

24.4.5 – Multa sancionatória equivalente a até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, pela inexecução total do contrato;

24.4.6 – O descumprimento parcial ou integral de disposições estabelecidas no Termo de Referência, Projeto Básico e/ou contrato serão considerados inadimplementos suscetíveis de multa proporcionais.

24.4.7 – A critério dos servidores responsáveis pela aplicação da multa, mediante justificativa, também poderão ser utilizados como base de cálculo para a aplicação da multa, o valor da parcela, o valor do saldo não atendido do contrato, o valor do empenho, ou o valor da obrigação inadimplida.

24.4.8 – As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

24.4.9 – A autoridade responsável pela aplicação da penalidade deverá justificar o enquadramento do fato como de baixa, média ou alta gravidade, mediante apresentação de justificativa no processo administrativo correspondente.

24.5 – As sanções previstas nas alíneas “a”, “b”, e “c” do item 24.2 somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme art. 83, § 2º da Lei 13.303/2016 e art. 167, inciso IV do REGLIC, observadas as demais formalidades legais.

24.6 – As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do item 24.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista na alínea “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato, na forma dos artigos 157 e 158 do REGLIC, ou de cancelamento da nota de empenho ou instrumento equivalente já emitido em relação à parcela do objeto não executada.

24.7 – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do item 24.2 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

24.8 – As multas aplicadas poderão ser compensadas imediatamente com valores devidos à CONTRATADA, autorizando a contratada a realização dos descontos pertinentes a fim de realizar o pagamento da multa, sendo a autorização prevista no art. 164, §1º, do REGLIC conferida com a participação neste certame.

24.8.1 – As multas aplicadas deverão ser executadas observando a seguinte ordem de preferência:

a) quitação do valor da penalidade mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela RIOSAUDE no ato da notificação para pagamento, no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogáveis, justificadamente, contados da data de notificação;

b) desconto dos pagamentos eventualmente devidos à contratada, ainda que de outras contratações com o Contratado;

c) desconto da garantia prestada no respectivo contrato e;

d) procedimento judicial.

24.8.1.1 – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

24.9 – Se a multa aplicada for superior ao valor de pagamento eventualmente devido pela RIOSAUDE à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, cabendo à CONTRATADA arcar com as custas processuais e honorários advocatícios.

24.10 – A RIOSAUDE suspenderá os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da RIOSAUDE, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

24.10.1 – As hipóteses previstas nos subitens 24.8.1, alínea “b” e 24.10 estão condicionadas à prévia notificação da CONTRATADA para se manifestar a respeito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, preferencialmente por meio eletrônico com confirmação de

recebimento, a fim de lhe assegurar o contraditório e a ampla defesa.

24.11 – A aplicação das sanções previstas no item 24.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

24.12 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

25. FORO

25.1 – Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

26. DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

26.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na RIOSAUDE.

26.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

26.4 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

26.5 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Minuta de Ata de Registro de Preços
Anexo III	Minuta de Ordem de Execução de Serviços
Anexo IV	Modelo de proposta
Anexo V	Minuta de Contrato
Anexo VI	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa
Anexo VII	Declaração de Inexistência de Nepotismo
Anexo VIII	Declaração ref. ao art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/2001 e art. 48, inciso I, do Decreto Municipal nº 44.698/18
Anexo IX	Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 23.445/2003

Anexo X	Declaração de regularidade trabalhista
Anexo XI	Declaração de cumprimento de reserva de cargos do Decreto Municipal nº 17.907/1999
Anexo XII	Declaração de que a empresa licitante não possui plano de recuperação extrajudicial
Anexo XIII	Declaração de Vistoria Técnica
Anexo XIV	Declaração de Cumprimento das Normas de Saúde e Segurança do Trabalho

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2026.

AUTORIDADE COMPETENTE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS
TR.NPC.RS - 087/2025

1. SETOR REQUISITANTE

1.1. RS/PRE/VP/DOP – Diretoria de Operações.

2. OBJETO (Conforme art. 65, II, do REGLIC-RIOSAUDE)

2.1. O presente Termo de Referência visa a contratação, por meio de Pregão Eletrônico através do Sistema de Registro de Preço (SRP), com fulcro nas Leis sob nº 13.303/2016, 14.133/2021 no que se refere ao procedimento do pregão, nos Decretos Municipais sob nº 44.698/2018, nº 51.078/2022, 56.022/2025 e no Regulamento de Licitações e Contratações da RIOSAUDE (REGLIC)¹, disponível no site oficial da RIOSAUDE, de empresa especializada no **serviço de locação de veículos automotores, sem motorista, sem combustível, em perfeitas condições de uso, devidamente licenciados e com seguro**, para atender às necessidades da frota de veículos da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAUDE, conforme descrito, caracterizado e especificado neste Termo de Referência.

2.2. Os serviços previstos neste Termo de Referência são caracterizados como serviços comuns conforme definição constante do Glossário de expressões técnicas, constante do Anexo I, do REGLIC, sendo “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

2.3. O presente objeto foi descrito de forma objetiva, a fim de não prejudicar a concorrência.

3. CÓDIGOS SIGMA E BR (Conforme art. 65, II, do REGLIC-RIOSAUDE)

3.1. Códigos:

LOTE 1		
SERVIÇO	CÓD. SIGMA	CÓD. BR
Automóvel Modelo Sedan	218014.0239-84	4014
Minivans – veículos com sete Lugares	218014.0117-14	
Motocicleta	218049.0007-19	

¹ Disponível em: https://riosaude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/66/2024/05/reglic_mai_24.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2025.

LOTE 2		
SERVIÇO	CÓD. SIGMA	CÓD. BR
Furgão para pequenas cargas	218014.0077-84	4012
Caminhão Baú pequeno VUC	218014.0247-94	
Caminhão Baú Médio	218014.0119-78	

4. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA CONTRATAÇÃO (Conforme art. 65, I, do REGLIC-RIOSAUDE)

- 4.1. A publicação do Decreto Rio nº 56.022, de 29 de abril de 2025, impôs a necessidade de substituição dos contratos atualmente vigentes, a fim de adequá-los às novas diretrizes regulamentares. Em decorrência disso, tornou-se necessária a instauração de processos específicos para contratação dos serviços de locação de veículos, fornecimento de combustível, e contratação de motoristas e auxiliares, quando cabível.
- 4.2. Atualmente, o serviço de locação de veículos automotores encontra-se inserido no escopo do contrato de Transporte de Pessoas e Materiais com Condutor e Combustível, vinculado ao processo nº RSU-PRO-2023/00109, firmado com a empresa BRJ RENT A CAR EIRELI.
- 4.3. No caso do Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, o serviço de transporte está associado ao processo nº SMS-PRO-2023/26170, firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a mesma empresa. Com a transição da gestão plena do hospital para a Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro (RIOSAUDE), impõe-se a necessidade de garantir a continuidade desses serviços, agora sob responsabilidade da nova gestora.
- 4.4. Em ambos os casos, além da obrigatoriedade de adequação às novas normas, a contratação de serviço próprio se justifica pela demanda permanente por transporte de pessoas, materiais, medicamentos, insumos e equipamentos, essencial ao funcionamento das unidades assistenciais e administrativas sob gestão ou apoio da RIOSAUDE.
- 4.5. A disponibilização de frota adequada assegura a execução contínua dos serviços públicos, aprimora a logística de abastecimento e distribuição, e minimiza riscos operacionais, como atrasos ou interrupções indevidas
- 4.6. Ressalta-se que as atividades logísticas abrangem, além do transporte assistencial, a movimentação de mobiliário, equipamentos e execução de permutas entre unidades. Para atender a essa diversidade de demandas, é necessária a disponibilização de diferentes tipos de veículos, tais como: Caminhão Baú 3/4 ou VUC, para transporte de cargas volumosas; Furgão Cargo, para cargas de médio porte; Veículos tipo Sedan, para

transporte de pessoas, documentos e pequenos volumes e Motocicletas, para entrega de correspondências e itens leves com maior agilidade.

- 4.7. Considera-se, ainda, que as unidades não dispõem de frota própria nem contam com apoio sistemático de outros órgãos públicos para suprir essa necessidade, o que reforça a imprescindibilidade da contratação de solução estruturada e dedicada.
- 4.8. Por fim, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar nº ETP.NPC.RS - 024/2025, e conforme justificativas apresentadas no Documento de Formalização da Demanda encaminhado pela Diretoria de Operações (processo nº RSU-PRO-2025/06676, documento RSU-CAP-2025/42413), a alternativa mais viável e eficiente para atendimento da demanda consiste na contratação de empresa especializada em locação de veículos automotores, sem motorista, sem fornecimento de combustível, em perfeitas condições de uso, devidamente licenciados, segurados e disponíveis conforme as necessidades operacionais da RIOSAUDE.
- 4.9. Foi realizada a captação de demandas junto às empresas públicas e sociedades de economia mista municipais, com vistas à participação na presente contratação. Como resultado, manifestaram interesse a RIOTUR S/A e a MultiRio – Empresa Municipal de Multimeios Ltda., cujas solicitações foram incorporadas ao presente Termo de Referência.

5. LOCAL EM QUE OS SERVIÇOS SERÃO PRESTADOS

- 5.1. Os serviços serão prestados em âmbito estadual, o que significa que sua abrangência vai além de apenas as unidades geridas ou apoiadas pela RIOSAUDE.

6. QUANTITATIVO A SER CONTRATADO (Conforme art. 65, III, do REGLIC-RIOSAUDE)

- 6.1. A metodologia de cálculo e a sua fundamentação encontram-se especificadas Documento de Formalização de demanda, RSU-PRO-2025/06676 e no Estudo Técnico Preliminar, n.º ETP.NPC.RS - 024/2025, restando os quantitativos finais de cada item, conforme abaixo:

LOTE 1		
VEICULOS	ÓRGÃO	QUANTIDADE
		(UNIDADES)
Automóvel Modelo Sedan	RIOSAUDE	20
	RIOTOUR	8
	MULTIRIO	1
TOTAL DE SEDAN		29
Minivans – veículos com sete Lugares	RIOSAUDE	2
	MULTIRIO	1
TOTAL DE MINIVANS		3
Motocicleta	RIOSAUDE	2
TOTAL DE MOTOCICLETAS		2

LOTE 2 (exclusivo da RioSaúde)		
VEICULOS	ÓRGÃO	QUANTIDADE
		(UNIDADES)
Furgão para pequenas cargas	RIOSAUDE	5
Caminhão Baú pequeno VUC	RIOSAUDE	4
Caminhão Baú Médio	RIOSAUDE	1

6.2. As características técnicas referentes a cada tipo de veículo estão detalhadas no **ANEXO I**.

7. VIGÊNCIA (Conforme art. 65, VIII, do REGLIC-RIOSAUDE)

7.1. VIGÊNCIA DA ATA:

7.1.1. O prazo de validade da Ata de Registro de preços será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogada por mais 12 (doze) meses comprovada a vantajosidade do preço e o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas, conforme art. 76, §1º e 2º do Decreto Municipal nº 51.078/2022 e art. 81, XI, do REGLIC.

7.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, conforme dispõe o caput do art. 76 do Decreto Rio nº 51.078/2022.

7.2. VIGÊNCIA CONTRATUAL:

7.2.1. O período estimado para a prestação do serviço é de 36 (trinta e seis) meses, com previsão de prorrogação por período sucessivo, até o limite máximo de 5 (cinco)

anos, desde que presentes a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a RIOSAUDE, na forma do art. 71 da Lei nº 13.303/2016, do art. 121, § 1º, do REGLIC e do art. 13 do Decreto Municipal 56.022/2025.

7.2.2. É possível, desde que haja acordo entre as partes, alterar os contratos, conforme o art. 81 da Lei nº 13.303/2016, o art. 92 do Decreto Municipal n.º 44.698/2018 e o art. 125 do REGLIC.

7.2.3. O prazo para o início dos serviços será de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do memorando de início, encaminhado pelo setor de Contratos.

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DETALHADA DO SERVIÇO A SER CONTRATADO (Conforme art. 65, II, do REGLIC-RIOSAUDE)

8.1. Características Técnicas dos Veículos

8.1.1. Os veículos disponibilizados deverão ser obrigatoriamente de propriedade da CONTRATADA e estar em perfeitas condições de uso e apresentação, nas características originais de fábrica e com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito.

8.1.2. Os veículos para transporte de pessoas, motocicleta e furgões para pequenas cargas a serem locados deverão ser novos ou seminovos com no máximo 01 (um) ano de fabricação e 5.000 (cinco mil) quilômetros rodados, conforme disposto no Decreto Rio nº 56.022, de 29 de abril de 2025, art.12, § 3º.

8.1.3. Os veículos utilizados para o transporte de materiais (caminhões) deverão ser novos ou seminovos, com no máximo 5 (cinco) anos de fabricação, além de não excederem 100.000 km de rodagem para transporte de cargas leves (caminhão pequeno VUC) ou 150.000 km para transporte de cargas pesadas (caminhão médio).

8.1.4. Os veículos deverão estar disponíveis para utilização 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias do mês, inclusive sábados, domingos e feriados, podendo ser requisitados a qualquer momento, conforme demanda das unidades gestoras.

8.1.5. As características técnicas referentes a cada tipo de veículo estão detalhadas no **ANEXO I**.

8.1.6. Os veículos destinados ao atendimento deste contrato devem ser preferencialmente flex, movidos a gasolina e a álcool, quando cabível.

8.1.7. Os veículos serão preferencialmente da cor branca, podendo também ser da cor prata, conforme Decreto Rio nº 56.022, de 29 de abril de 2025, art.12.

8.1.8. Os veículos deverão ser entregues com película de proteção solar e conforto térmico nos vidros dianteiros, laterais e traseiros, quando couber ou onde se aplicar a necessidade, com o maior grau permitido de acordo com os níveis de transparência definidos pelo CONTRAN.

8.1.9. Não será permitido o uso de qualquer letreiro, marca ou logotipo nos veículos que identifique a empresa locadora ou terceiros.

8.2. Da franquia de quilometragem

8.2.1. **A franquia mensal total para cada veículo será de 3.300 (três mil e trezentos) quilômetros.**

8.2.2. Mensalmente, a CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização e ao Gestor do Contrato um relatório detalhado contendo a quantidade de quilômetros efetivamente utilizados por veículo, em relação à franquia mensal contratada.

8.2.3. **Não será devido qualquer pagamento por quilometragem que ultrapasse o limite da franquia mensal, salvo se houver autorização prévia e expressa do titular do órgão ou entidade contratante.**

8.2.4. Em caso de autorização, o **valor do quilômetro excedente** será o **valor equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor unitário do quilômetro contratual**, variando conforme o tipo de veículo locado.

8.2.5. O valor unitário do quilômetro será obtido pela divisão do valor mensal de locação de cada veículo pela franquia de 3.300 (três mil e trezentos) quilômetros.

8.2.6. O pagamento referente à quilometragem excedente será realizado mensalmente, a partir da data de assinatura do Contrato, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.

8.3. Da Entrega e Vistoria dos Veículos

8.3.1. A entrega dos veículos deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, em local, data e horário previamente agendados pela gestão contratual da CONTRATANTE.

8.3.2. No ato da entrega, os veículos deverão apresentar-se:

- a) Em perfeitas condições de uso, com todos os acessórios e equipamentos em pleno funcionamento;
- b) Higienizados;
- c) Com o tanque de combustível totalmente abastecido;

- d) Em conformidade com as características técnicas, dimensionamento e identidade visual estabelecidos neste Termo de Referência, conforme modelo constante no **ANEXO III**;
 - e) Com todos os itens obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente.
- 8.3.3. Será realizada, no ato do recebimento, uma vistoria técnica inicial para verificação do atendimento integral às exigências contratuais e especificações do Termo de Referência.
- 8.3.4. A vistoria será conduzida pela equipe de gestão do contrato da CONTRATANTE, com o preenchimento do checklist de vistoria inicial, conforme modelo constante no **ANEXO IV**.
- 8.3.5. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, disponibilizar um Preposto para acompanhar as vistorias iniciais, conforme agendamento realizado pela CONTRATANTE.
- 8.3.6. No momento da entrega, a CONTRATADA deverá apresentar as documentações dos veículos, em original, cópia e envio digital. Os documentos originais deverão permanecer nos respectivos veículos, enquanto as cópias poderão ser arquivadas pela fiscalização em meio digital.
- 8.3.7. Outras vistorias técnicas poderão ser realizadas a qualquer tempo durante a vigência do contrato, sempre que necessário à verificação da execução contratual. As vistorias deverão ser previamente agendadas com a CONTRATADA, sendo obrigatória a presença de Preposto por ela designado para acompanhamento da fiscalização. Com base nessas vistorias, a CONTRATANTE poderá estabelecer prazos para regularização de eventuais não conformidades, ou anotações de ocorrência na planilha de Acordo de Serviços ou ainda propor a aplicação de penalidades contratuais.

8.4. Da Documentação dos Veículos

- 8.4.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da entrega dos veículos, o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) de cada unidade locada, devidamente atualizado e dentro dos prazos legais de validade.
- 8.4.2. Quando exigido pela legislação, a CONTRATADA deverá apresentar o Certificado de Segurança Veicular (CSV), expedido por instituição credenciada e válido conforme regulamentação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

- 8.4.3. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o pagamento de todas as taxas e tributos incidentes sobre os veículos, incluindo, mas não se limitando a: IPVA, licenciamento anual, taxas de vistoria, seguro obrigatório (DPVAT, se exigido), entre outros, devendo ser garantida a regularidade documental durante toda a vigência do contrato.
- 8.4.4. Todos os veículos locados deverão ser registrados, licenciados e emplacados no Município do Rio de Janeiro, inclusive veículos reserva ou substitutos, nos termos do art. 12, § 2º, do Decreto Rio nº 56.022/2025.
- 8.4.5. As cópias de todos os documentos obrigatórios deverão ser entregues no ato da vistoria inicial em formato físico, acompanhadas do envio digital em formato PDF, por meio eletrônico a ser indicado pela CONTRATANTE. O não envio dos documentos poderá impedir a liberação formal do veículo.

8.5. Do Seguro

- 8.5.1. Todos os veículos locados deverão possuir **seguro total vigente durante toda a execução contratual**, com cobertura ampla e ininterrupta.
- 8.5.2. A apólice deverá incluir, obrigatoriamente, cobertura contra:
- a) **Colisão e danos materiais/pessoais**, inclusive envolvendo terceiros: perda total ou parcial por colisão, capotamento, abalroamento, queda de objetos sobre o veículo, submersão por inundação (água doce), granizo e demais ocorrências; incluindo ainda socorro e salvamento, danos a vidros, pneus, rodas, calotas, faróis e faróis de neblina;
 - b) **Roubo e furto**, abrangendo o veículo e seus componentes fixos de fábrica e acessórios integrantes (como rodas, pneus, som e antena externa);
 - c) **Incêndio**, com cobertura para perda total ou parcial e despesas decorrentes, como socorro e salvamento;
 - d) **Danos a terceiros**, incluindo danos materiais, corporais e morais;
 - e) **Eventos naturais imprevisíveis**, como enchentes, alagamentos, ventos fortes, granizo, queda de árvores ou objetos, deslizamentos e raios.
- 8.5.3. A cópia da apólice de seguro deverá ser apresentada à fiscalização no ato da vistoria inicial, tanto em meio físico quanto digital (formato PDF).
- 8.5.4. Nos casos de sinistro que envolvam furto, roubo, colisão com danos ou perda total, todos os prejuízos e eventuais franquias serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

- 8.5.5. Nessas hipóteses, caberá à CONTRATANTE providenciar o Boletim de Ocorrência (B.O.) e comunicar a CONTRATADA por meio dos canais formais previamente disponibilizados.
- 8.5.6. Na ocorrência de sinistro em que não se comprove a culpa do condutor ou havendo culpa de terceiro, a responsabilidade pelo reparo e pagamento da franquia será exclusivamente da seguradora, ou, em não estando tal hipótese prevista na apólice, será da própria CONTRATADA.
- 8.5.7. Somente será devida franquia pela CONTRATANTE ou pelo condutor, nos casos em que for comprovada, de forma inequívoca, a culpa do condutor do veículo locado, com base em laudo oficial do órgão de trânsito, boletim de ocorrência policial e procedimento administrativo interno da RIOSAUDE.
- 8.5.8. Caso os documentos citados no item anterior não permitam a conclusão da responsabilidade, caberá à CONTRATADA apresentar laudo complementar ou outro documento oficial que comprove a culpa do condutor para fins de cobrança da franquia ou responsabilidade pelo reparo.
- 8.5.9. Em nenhuma hipótese será devida pela CONTRATANTE ou pelo condutor qualquer franquia referente ao conserto de veículos de terceiros, sendo esta responsabilidade integral da CONTRATADA.

8.6. Da Identidade visual dos veículos

- 8.6.1. Os veículos objeto da presente contratação deverão ser adesivados de acordo com as artes, cores e demais orientações estabelecidas no **ANEXO III** deste Termo de Referência.
- 8.5.1.1. **Excepcionalmente, a MultiRio – Empresa Municipal de Multimeios Ltda. não demandou adesivagem para os veículos destinados ao referido órgão.** As imagens constantes no **ANEXO III** possuem caráter meramente ilustrativo, não devendo ser interpretadas como indicativas da marca ou modelo dos veículos a serem fornecidos.
- 8.6.2. Eventuais dúvidas ou solicitações de esclarecimentos sobre as artes e padrões visuais serão esclarecidas pelo Núcleo de Comunicação da RIOSAUDE ou com os gestores dos contratos dos demais órgão participante.
- 8.6.3. No momento da vistoria técnica inicial, todos os veículos disponibilizados deverão estar devidamente adesivados, conforme o padrão definido no **ANEXO III**.

8.6.4. A contratada deverá fornecer adesivos imantados com o logotipo da RIOSAUDE para utilização nos veículos substitutos temporários, observando as seguintes dimensões:

- a) **Formato A4** para sedans, minivans e motocicletas;
- b) **Formato A3** para furgão e caminhões.

8.5.5.1. Cada veículo substituto deverá possuir, no mínimo, três (03) adesivos imantados devidamente posicionados, e a contratada deverá manter quantidade adicional disponível, suficiente para atender a eventuais situações de substituição simultânea, mediante solicitação da fiscalização.

8.6.5. A CONTRATADA será responsável por manter, durante toda a vigência contratual, a integridade e legibilidade da identidade visual dos veículos, devendo realizar, às suas expensas, a reposição ou renovação da adesivagem sempre que houver desgaste, descolamento, alteração de cor, rasgos ou quaisquer outros danos que comprometam o padrão definido no **ANEXO III**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação da fiscalização. Esta obrigação se aplica igualmente aos adesivos imantados utilizados nos veículos substitutos.

8.6.6. Todos os adesivos, tanto os fixos quanto os imantados, deverão possuir qualidade compatível com utilização em veículos, garantindo:

- a) resistência às intempéries (exposição ao sol, chuva e variações de temperatura);
- b) resistência à lavagem e procedimentos de limpeza dos veículos;

8.7. Manutenção

8.7.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma central de atendimento telefônico e um canal de e-mail para que a CONTRATANTE possa solicitar assistência técnica, agendamento de serviços, suporte, manutenção corretiva, comunicação de sinistros e demais demandas relacionadas à frota.

8.7.2. A CONTRATADA deverá manter, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, serviço de socorro mecânico e elétrico com guincho/reboque, de modo a garantir atendimento imediato em qualquer localidade em que os veículos estejam operando e solicitação de guincho.

8.7.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de reboque para transporte e deslocamento dos veículos nos casos de defeitos e/ou acidentes.

8.7.4. A CONTRATADA será integralmente responsável pela execução de todas as manutenções preventivas e corretivas dos veículos locados.

8.7.5. Manutenções Preventivas:

- 8.6.3.1. Todas as manutenções preventivas deverão ser realizadas de forma planejada e periódica, visando prevenir falhas, reduzir o desgaste dos componentes e prolongar a vida útil dos veículos.
- 8.6.3.2. A CONTRATANTE deverá fornecer escala com os dias e horários previstos para realização das manutenções preventivas, a fim de que a CONTRATADA possa organizar suas rotas e atendimentos.
- 8.6.3.3. As atividades de manutenção preventiva incluem, mas não se limitam a: troca de óleo e filtros; verificação e substituição de correias; troca de pastilhas de freio; revisão de pneus; alinhamento e balanceamento; verificação dos níveis de fluidos (freio, arrefecimento, direção hidráulica); inspeção e substituição de amortecedores dianteiros e traseiros; inspeção dos sistemas elétricos e iluminação; higienização e manutenção de sistema de ar condicionado e demais revisões programadas conforme o manual do fabricante.
- 8.6.3.4. A CONTRATADA deverá agendar e custear todas as revisões obrigatórias conforme periodicidade indicada pelas montadoras, realizadas em concessionárias autorizadas, para manutenção da garantia dos veículos.
- 8.6.3.5. Para a realização das manutenções preventivas, a CONTRATADA deverá solicitar a retirada do veículo com comunicação prévia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas à CONTRATANTE, via e-mail. A substituição do veículo deverá ser imediata e com veículo de características e condições equivalentes ou superiores ao veículo retirado para manutenção, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.
- 8.6.3.6. Após a conclusão da manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, preferencialmente por e-mail, cópia do laudo ou relatório detalhado dos serviços realizados.

8.7.6. Manutenção Corretiva

- 8.6.4.1. A CONTRATADA será responsável por todas as manutenções corretivas necessárias, decorrentes de desgaste natural, defeitos de fabricação, ou quaisquer falhas mecânicas, incluindo os serviços de socorro mecânico com guincho.
- 8.6.4.2. A manutenção corretiva deverá ser realizada sempre que identificada a necessidade de reparos ou substituição de peças por desgaste ou quebra.

8.6.4.3. Após a conclusão da manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, preferencialmente por e-mail, cópia do laudo ou relatório detalhado dos serviços realizados.

8.6.4.4. Após a conclusão da manutenção corretiva, o veículo deverá ser entregue limpo e lavado, interna e externamente.

8.8. Da Substituição de Veículos

8.8.1. Considera-se veículo reserva aquele disponibilizado temporariamente pela CONTRATADA à CONTRATANTE durante os períodos em que o veículo titular estiver indisponível para uso, seja por manutenção (preventiva ou corretiva), avaria, tempo de uso excedido ou perda total decorrente de sinistro.

8.8.2. Os veículos reserva deverão possuir modelo, cor e especificações equivalentes aos veículos titulares, salvo comprovação documental de indisponibilidade, hipótese em que a substituição deverá ser previamente autorizada pela CONTRATANTE.

8.8.3. A utilização de veículo reserva não poderá ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias corridos, salvo justificativa aceita pela fiscalização contratual.

8.8.4. A CONTRATADA deverá entregar o veículo reserva em perfeito estado de funcionamento, com tanque cheio, limpo e com todos os equipamentos obrigatórios em funcionamento.

8.8.5. Todos os veículos reserva deverão ser registrados e emplacados no Município do Rio de Janeiro, nos termos do art. 12, § 2º, do Decreto Rio nº 56.022/2025.

8.8.6. A substituição temporária de veículos deverá ocorrer nas seguintes situações:

- a) Necessidade de troca de peças, defeitos ou pane elétrica/mecânica;
- b) Acidente que não acarrete perda total do veículo;
- c) Realização de manutenções preventivas ou revisões periódicas;

8.8.7. A substituição definitiva de veículos deverá ocorrer nos seguintes casos:

- a) Quando os veículos de transporte de pessoas, motocicletas e de furgões para pequenas cargas pessoas atingirem 03 (três) anos de fabricação e 118.000 km rodados, o que ocorrer primeiro, conforme o Decreto Rio nº 56.022/2025;
- b) Quando os veículos utilizados para o transporte de materiais (caminhões) completarem 5 (cinco) anos de uso, ou atingirem 100.000 km (no caso de transporte de cargas leves – caminhão pequeno VUC), ou 150.000 km (para transporte de cargas pesadas – caminhão médio), o que ocorrer primeiro.

- c) Manutenção corretiva excessiva será caracterizada quando o veículo estiver indisponível por mais de 230 horas no período de 12 meses, caracterizando assim baixa disponibilidade operacional (ou "quebra excessiva") de um veículo.
 - d) Ocorrência de sinistros que resultem em perda total (acidente, roubo, furto, incêndio, vandalismo etc.).
- 8.8.8. Nas substituições emergenciais, o veículo reserva deverá ser entregue pela CONTRATADA no prazo máximo de: até 02 (duas) horas, para veículos em uso na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A prazo começa a contar após a comunicação da indisponibilidade do mesmo pela CONTRATANTE.
- 8.8.9. As substituições decorrentes de tempo de fabricação, quilometragem máxima ou manutenções preventivas poderão ser agendadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, em comum acordo com a CONTRATANTE.
- 8.8.10. A devolução do veículo reserva à CONTRATADA somente ocorrerá após a entrega regular do veículo substituto definitivo que comporá a frota titular.
- 8.8.11. Na falta do envio do veículo reserva, será feito o desconto em fatura proporcional aos dias de indisponibilidade do veículo, bem como aplicação anotação de ocorrência na planilha de Acordo de Níveis de Serviço (ANS).
- 8.8.12. Nos casos de sinistro com perda total, o veículo deverá ser substituído em até 48 (quarenta e oito) horas por outro do mesmo modelo ou superior, cabendo à CONTRATADA arcar com todas as medidas administrativas, assistenciais e operacionais necessárias ao encerramento do sinistro.

8.9. Do Monitoramento e Controle

- 8.9.1. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento, instalação e manutenção de sistema de **telemetria veicular**, com a disponibilização, à CONTRATANTE, do acesso completo e ininterrupto às informações coletadas, por meio de plataforma online (via web), compatível com os principais navegadores e dispositivos móveis.
- 8.9.2. O sistema de telemetria deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos e funcionais:
- a) Localização e quilometragem percorrida dos veículos disponibilizados no momento da consulta;
 - b) Disponibilizar **mapa digital atualizado** da Região Metropolitana e do Estado do Rio de Janeiro, com cobertura suficiente para a totalidade dos deslocamentos da frota contratada;

- c) Exibir, em tempo real e em períodos determinados, o **posicionamento geográfico dos veículos** sobre o mapa, com atualização automática;
 - d) Permitir o **cadastramento e agrupamento de veículos**, possibilitando a gestão segmentada por tipo, uso, setor ou unidade;
 - e) Permitir a **visualização simultânea** do posicionamento de veículos por grupo, conforme a necessidade da CONTRATANTE;
 - f) Exibir relatórios detalhados de posicionamento, contendo **data, hora, endereço completo (logradouro, município, UF) e velocidade registrada**;
 - g) Permitir a definição de **regiões geográficas autorizadas de circulação** (geocercas), com geração de alertas em caso de saída dessas áreas;
 - h) Disponibilizar relatórios com o **tempo total de percurso, velocidade média e trajetos percorridos**;
 - i) Exibir informações em tempo real sobre o **status operacional do veículo**, incluindo: parado, em movimento ou desligado;
 - j) Gerar **relatórios de quilometragem percorrida por veículo**;
 - k) Permitir o cadastro de, no mínimo, **cinco perfis distintos de acesso remoto (via web)**, com diferentes níveis de permissão definidos pela CONTRATANTE;
 - l) Armazenar e disponibilizar o **histórico completo de dados da frota por, no mínimo, 12 (doze) meses**, com possibilidade de consulta e exportação.
- 8.9.3. Os relatórios emitidos pelo sistema deverão possibilitar exportação em formato compatível com planilhas eletrônicas (.xls, .json, .csv, .pdf).
- 8.9.4. O sistema deverá contar com **suporte técnico especializado**, disponível em dias úteis durante o horário comercial, para resolução de falhas operacionais, dúvidas de uso ou eventuais atualizações do sistema.
- 8.9.5. As informações geradas pelo sistema são de **propriedade exclusiva da CONTRATANTE**, devendo a CONTRATADA garantir sua **confidencialidade, integridade e segurança**, nos termos da legislação vigente, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- 8.9.6. Em caso de indisponibilidade do sistema, será tolerado um período máximo de 6 (seis) horas contínuas para restabelecimento do serviço. Ultrapassado esse prazo, será registrada uma ocorrência na planilha de Acordo de Níveis de Serviço (ANS) a cada novo período de 6 (seis) horas de indisponibilidade, até a normalização do sistema. A contratada deverá manter mecanismos de contingência e suporte técnico

adequados para garantir a continuidade do monitoramento, evitando prejuízos à operação e à segurança da frota locada.

8.10. Das infrações frente à Legislação de trânsito

- 8.10.1. Será de responsabilidade da CONTRATANTE o pagamento das multas de trânsito decorrentes de infrações cometidas durante o período de utilização dos veículos locados, desde que devidamente notificadas pela CONTRATADA nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 8.10.2. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE toda notificação de autuação recebida, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis** após o seu recebimento, encaminhando cópia digitalizada da notificação por e-mail a equipe de gestão do contrato.
- 8.10.3. Caso a CONTRATADA deixe de comunicar à CONTRATANTE qualquer notificação de infração no prazo acima estabelecido, e isso impossibilite o exercício da defesa ou o pagamento em tempo hábil, ficará integralmente responsável pelo pagamento da respectiva multa, bem como de eventuais encargos decorrentes, como taxas administrativas, remoção, guincho ou estadia do veículo.
- 8.10.4. Após o recebimento da notificação, caberá à CONTRATANTE realizar a apuração interna para identificar o condutor responsável pela infração e encaminhar à CONTRATADA os dados completos do infrator, observando os prazos legais previstos no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para fins de indicação.
- 8.10.5. Após a indicação do condutor e o pagamento da multa pela CONTRATADA, esta deverá encaminhar à CONTRATANTE o comprovante de pagamento por e-mail a equipe de gestão do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.
- 8.10.6. O ressarcimento do valor pago pela CONTRATADA será realizado por meio da verba variável mensal, conforme condições estabelecidas no item 8.11 deste Termo de Referência.
- 8.10.7. Fica assegurado ao condutor indicado o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme previsto no CTB. O eventual exercício desse direito não suspende a obrigação de pagamento da multa dentro dos prazos legais, salvo determinação expressa da autoridade de trânsito competente.
- 8.10.8. Em caso de cancelamento da multa após o pagamento, seja em decorrência de recurso deferido ou outro motivo, o valor reembolsado pela autoridade de trânsito deverá ser restituído à parte que tenha efetivamente arcado com o custo da penalidade. Caso a CONTRATADA tenha sido ressarcida pela CONTRATANTE, deverá

repassar integralmente à CONTRATANTE o valor reembolsado, sendo este valor descontado na próxima nota fiscal emitida.

8.11. Do fornecimento de dispositivos de Pagamento Automático de pedágios

- 8.11.1. A CONTRATADA deverá fornecer e instalar, em cada veículo locado, dispositivo de pagamento automático do tipo **TAG**, devidamente ativo e habilitado para uso em pedágios e demais serviços compatíveis com a malha viária da Região Metropolitana e do Estado do Rio de Janeiro.
- 8.11.2. A gestão e manutenção dos dispositivos TAG, incluindo ativações, substituições e suporte técnico, será de responsabilidade da CONTRATADA durante toda a vigência contratual.
- 8.11.3. As despesas decorrentes do uso de pedágios serão custeadas por meio da verba variável prevista no item 8.11 deste Termo de Referência.
- 8.11.4. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, relatório consolidado das utilizações dos dispositivos TAG, contendo detalhamento por veículo e tipo de despesa, extraído diretamente da plataforma do operador do serviço eletrônico de pagamento.
- 8.11.5. Os valores de utilização deverão ser compatíveis com os trajetos autorizados e escalas de uso dos veículos. Eventuais divergências poderão ser glosadas pela CONTRATANTE.

8.12. Da Verba Variável para Despesas Operacionais

- 8.12.1. Será disponibilizada, por veículo locado, uma verba variável mensal de até R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cobertura de despesas operacionais vinculadas ao uso dos veículos, compreendendo:
 - a) Pagamento de pedágios e serviços correlatos, mediante utilização de dispositivo eletrônico (TAG);
 - b) Pagamento de infrações de trânsito cometidas durante o uso dos veículos, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATANTE, conforme disposto no item 8.9.
- 8.12.2. O valor efetivamente utilizado só será ressarcido à CONTRATADA mediante prestação de contas mensal, com apresentação dos relatórios e documentos comprobatórios exigidos nos respectivos itens deste Termo de Referência.

8.12.3.Os valores não utilizados dentro do mês de referência poderão ser acumulados para os meses subsequentes, limitados exclusivamente valor geral disponibilizado e ao período de vigência do contrato.

8.12.4.Despesas que excedam o valor acumulado deverão ser previamente autorizadas pela equipe de gestão do contrato, para que haja a autorização da antecipação dos valores. A antecipação não poderá ultrapassar em hipótese alguma o limite total do prazo contratual.

8.12.5.As despesas apresentadas deverão estar compatíveis com os trajetos autorizados, rotas efetivamente percorridas e uso previsto dos veículos. Valores inconsistentes, não comprovados ou incompatíveis poderão ser glosados pela CONTRATANTE.

8.13. Do Estacionamento

8.13.1.A responsabilidade pelo estacionamento da frota será da CONTRATANTE

8.13.2.Ao término de cada expediente, os veículos deverão permanecer estacionados nas unidades vinculadas ou em locais previamente designados pela CONTRATANTE, conforme estabelecido no **ANEXO V** e de acordo com as orientações da gestão do contrato.

8.13.3. Os locais indicados para o estacionamento ou pernoite dos veículos poderão ser alterados a critério da CONTRATANTE, em função de necessidades operacionais ou estratégicas.

8.14. Da Limpeza dos veículos

8.14.1. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento do serviço de lavagem e limpeza interna e externa dos veículos locados.

8.14.2. Os serviços de limpeza deverão ocorrer na base da CONTRATADA ou em local indicado pela mesma, neste caso os locais deverão estar localizados nas zonas norte, oeste (região da barra da tijuca) centro ou sul do município do Rio de Janeiro, regiões essas onde os veículos serão parqueados.

8.14.3. A lavagem dos veículos deverá ocorrer com periodicidade quinzenal ou em casos excepcionais, garantindo a conservação e boa apresentação da frota.

8.14.4. O serviço de limpeza deverá estar disponível no horário compreendido entre 09h00 e 17h00, de segunda a sexta-feira, exceto em feriados oficiais.

8.14.5. Em situações excepcionais, devidamente justificadas, a CONTRATANTE poderá solicitar lavagens emergenciais fora da escala previamente estabelecida, sendo

obrigação da CONTRATADA providenciar o atendimento em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.

- 8.14.6. Todas as despesas relacionadas à lavagem e limpeza dos veículos são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, devendo tais custos estar integralmente inclusos no valor da locação.

8.15. Dos Relatórios Emitidos pela CONTRATADA

- 8.15.1. A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, por meio do sistema da CONTRATANTE, os seguintes relatórios mensais contendo, no mínimo:

8.15.2. Relatório Operacional da Frota

- a) Relação dos veículos efetivamente locados no período, com placa, modelo e local de alocação;
- b) Quilometragem rodada por cada veículo via sistema de telemetria;
- c) Registro de manutenções preventivas e corretivas realizadas, informando tipo, duração, local e veículo atendido;
- d) Relação de veículos envolvidos em sinistros ou acidentes, com breve descrição da ocorrência e status atual do veículo.

- 8.15.3. **Relatório detalhado de Infrações de Trânsito** - Relação das autuações recebidas no mês, contendo:

- a) Placa do veículo;
- b) Data, hora e local da infração;
- c) Tipo de infração;
- d) Cópia digital da notificação ou boleto;
- e) Comprovante de pagamento, quando aplicável;
- f) Nome do condutor indicado, quando disponível.

- 8.15.4. **Relatório detalhado de Utilização de TAGs** - Detalhamento das transações realizadas com os dispositivos TAG, contendo:

- a) Placa do veículo;
- b) Data e hora da transação;
- c) Tipo de serviço (pedágio);
- d) Local da ocorrência;
- e) Valor individual da transação;
- f) Valor total mensal por veículo.

8.16. **Relatório consolidado para pagamento mensal** – Relatório unificando as informações dos relatórios de sistema, conforme modelo especificado no **ANEXO II**.

8.17. Os relatórios podem ser acompanhados de arquivos em PDF quando houver documentos comprobatórios (ex: boletos, comprovantes de pagamento) para a equipe de gestão do contrato.

8.18. A ausência do envio dos relatórios ou documentos exigidos, o envio fora do prazo ou em desconformidade com as disposições estabelecidas, acarretará a devida anotação de ocorrência na planilha de Acordo de Níveis de Serviço (ANS).

8.19. Da Renovação da Frota

8.19.1. Em conformidade com o disposto no art. 12, § 4º, do Decreto Rio nº 56.022, de 29 de abril de 2025, os veículos locados destinados ao transporte de pessoas, motocicletas e furgões para pequenas cargas deverão obrigatoriamente ser substituídos ao completarem 03 (três) anos de fabricação e atingirem 118.000 (cento e dezoito mil) quilômetros rodados, o que ocorrer primeiro.

8.19.2. Os veículos destinados ao transporte de materiais (caminhões) deverão obrigatoriamente ser substituídos ao completarem 5 (cinco) anos de fabricação, ou atingirem 100.000 km (no caso de transporte de cargas leves – caminhão pequeno VUC), ou 150.000 km (para transporte de cargas pesadas – caminhão médio), o que ocorrer primeiro.

8.19.3. Os veículos substitutos deverão ter, possuir as mesmas características descritas nos subitens 8.1.2 e 8.1.3.

8.19.4. Os veículos substituídos deverão possuir características técnicas iguais ou superiores aos veículos originalmente contratados, observadas as especificações do Termo de Referência.

8.16.3.1. Em caso de descontinuação de fabricação do modelo ofertado ou de impossibilidade de fornecimento por motivo justificado, a CONTRATADA deverá apresentar à gestão contratual justificativa formal acompanhada da proposta de substituição por veículo equivalente ou superior, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE. A substituição somente será considerada válida após anuência formal da CONTRATANTE.

8.19.5. Todas as substituições de veículos deverão ser previamente agendadas com a CONTRATANTE, a fim de garantir a continuidade das atividades operacionais sem prejuízo às rotinas das unidades atendidas. No ato da substituição, deverá ser

realizada vistoria técnica inicial, com preenchimento do checklist de recebimento, nos mesmos moldes adotados na entrega da frota original.

8.16.3.1. Nos casos de substituição decorrentes de sinistro com perda total, deverá ser seguido o mesmo procedimento de agendamento e vistoria técnica inicial, observando-se todos os requisitos de conformidade definidos neste Termo de Referência para os veículos originalmente entregues.

8.19.6. Na hipótese de renovação do contrato após o período inicial de 36 (trinta e seis) meses, a CONTRATADA deverá proceder com a substituição integral da frota de transporte de pessoas, motocicletas e furgões para pequenas cargas, independentemente da quilometragem rodada, uma vez que, conforme disposto no art. 12, § 4º, do Decreto Rio nº 56.022/2025, os veículos não poderão ultrapassar 03 (três) anos de fabricação o equivalente a 36 (trinta e seis) meses.

8.17.6.1. Essa substituição integral será obrigatória apenas na primeira renovação do contrato, uma vez que os veículos, no momento da contratação, deverão ser novos ou ter no máximo 01 (um) ano de fabricação e 5.000 km rodados, alcançando, ao final da vigência inicial, o limite máximo de tempo de uso permitido.

8.17.6.2. Nas renovações contratuais subsequentes (com prazo máximo de 24 meses), a substituição da frota não será exigida de forma automática, devendo ocorrer apenas nos casos em que os veículos completarem 118.000 km de rodagem, sofrerem sinistro com perda total, ou apresentarem condições técnicas incompatíveis com a prestação adequada do serviço.

8.19.7. Os veículos destinados ao transporte de matérias serão substituídos quando completarem 5 (cinco) anos de uso, ou atingirem 100.000 km (no caso de transporte de cargas leves – caminhão pequeno VUC), ou 150.000 km (para transporte de cargas pesadas – caminhão médio).

8.19.8. A fiscalização contratual poderá, a seu critério, solicitar a redução parcial e temporária da frota locada, mediante justificativa técnica, quando houver fatores externos que comprometam a execução plena dos serviços, como restrições operacionais, sanitárias ou orçamentárias.

9. CONFIDENCIALIDADE E PROPRIEDADE DA INFORMAÇÃO

9.1. A CONTRATANTE configura-se como única e exclusiva detentora dos dados e informações que constituem os bancos de dados dos sistemas implantados. Desta forma, a

CONTRATADA deverá disponibilizar todos os dados e informações nos formatos e prazos definidos pela CONTRATANTE, independentemente de situação contratual e/ou pendências financeiras.

9.2. Em até três meses antes do término do contrato a ser firmado, caso não haja uma nova contratação do mesmo, a empresa deverá apresentar para a CONTRATANTE o formato dos arquivos de dados que armazenará todos os dados existentes no sistema, e o formato do documento de Dicionário de Dados, seus relacionamentos, o tamanho e tipos dos campos que compõe as tabelas e servirão de guia para o perfeito entendimento dos arquivos de dados.

9.3. A extração completa dos dados do sistema e a entrega dos arquivos de dados e do documento de Dicionário de Dados deverão ser realizadas em data previamente combinada com a CONTRATANTE, não podendo ultrapassar o prazo de três meses após a data de encerramento do contrato.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Conforme art. 65, VII, do REGLIC-RIOSAUDE)

10.1. A LICITANTE deverá apresentar os seguintes documentos referentes à qualificação técnica, conforme art. 105 do REGLIC:

10.1.1. Atestado de Capacidade Técnica:

- a) Atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução anterior de serviços de natureza pertinente e compatível, em regime contratual, com o objeto da contratação, observando-se, como parâmetro mínimo, a execução de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de veículos previsto para o lote ao qual a licitante venha a concorrer.
- b) Os atestados deverão referir-se às atividades prestadas no âmbito das atividades especificadas no Contrato Social vigente;
- c) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentadas, desde que referentes a períodos concomitantes, conforme previsto no art. 105, §3º, do REGLIC;
- d) Os atestados deverão ser apresentados em papel timbrado original ou por cópia reprográfica, assinado(s) por autoridade ou representante de quem os expediu, com a devida identificação;
- e) A RIOSAUDE reserva-se ao direito de executar diligências para verificar e validar as informações prestadas nos atestados de capacidade técnica fornecidos pelo

licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar. Também poderão ser requeridas cópia do contrato, notas fiscais ou qualquer outro documento que comprove, inequivocamente, a veracidade dos atestados;

f) Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por entidades do mesmo grupo econômico da qual faça parte a empresa licitante.

g) Os atestados deverão conter necessariamente:

- I. Prazo contratual;
- II. Data do início e término;
- III. Local da prestação dos serviços;
- IV. Quantitativo de veículos fornecidos;
- V. Valor global do contrato;
- VI. Natureza da prestação dos serviços com os respectivos quantitativos;
- VII. Assinatura legível por autoridade ou representante de quem os expediu, com a devida identificação;
- VIII. Caracterização do bom desempenho da empresa CONTRATADA.

10.1.2. **Declaração de disponibilidade de frota compatível** – Visa garantir que a empresa poderá disponibilizar os veículos exigidos no início da vigência contratual. Sua comprovação se dará pelo envio documento que contenha informações da frota disponível da empresa ou carta de intenção de fornecimento, assegurando assim a capacidade de mobilização da frota, dentro do prazo previsto neste Termo de Referência.

10.1.3. **Declaração de compromisso de emplacamento no Município do Rio de Janeiro** – visa garantir que os veículos estarão regularizados conforme exigência do Decreto Rio nº 56.022/2025, art. 12 § 2º.

11. QUALIFICAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.1. A LICITANTE deverá apresentar os documentos elencados no **ANEXO VI** - Documentos de Habilitação Jurídica.

12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA (Conforme art. 65, VII, do REGLIC-RIOSAUDE)

12.1. Constará no Edital, seguindo o estabelecido na minuta padrão utilizada na empresa.

13. DOCUMENTAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

13.1. Para assinatura do contrato serão exigidos as seguintes documentações:

- 13.1.1. **Declaração que a Contratada possui sede ou filial com capacidade administrativa e operacional no Município do Rio de Janeiro ou no Grande Rio** – a declaração deve conter que a sede ou filial possua pessoal capacitado para a perfeita execução dos serviços, tais como: entrega dos veículos, substituições entre outros. O documento deverá conter telefone de contato que atenda 24h por dia, 07 (sete) dias por semana, mesmo em feriados e finais de semana, para atender situações excepcionais, dentro dos prazos máximos estabelecidos no edital.
- 13.1.2. **Relação técnica dos veículos que serão disponibilizados na prestação do serviço** – a relação deverá conter as seguintes informações: modelo, marca, ano, potência, tipo de combustível.

14. DEVERES DA CONTRATADA (Conforme art. 65, VI, do REGLIC-RIOSAUDE)

- 14.1. Prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas neste Termo de Referência, no Edital, no Contrato e na Proposta;
- 14.2. Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste termo de referência, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;
- 14.3. Atender às determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE;
- 14.4. Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:
- a) Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Serviço, com a inclusão da CONTRATANTE, da Secretário Municipal de Saúde (SMS/RJ) ou do Município do Rio de Janeiro como responsável subsidiário ou solidário, a CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- b) No caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do serviço, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária da CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

- c) As retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município do Rio de Janeiro ou a CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso a SMS/RJ, o Município do Rio de Janeiro ou a CONTRATANTE sejam compelidas a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;
 - d) Eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pela CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.
- 14.5. Responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do presente termo, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e demais normas técnicas pertinentes, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para a CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
 - 14.6. Manter planejamento estratégico de trabalho e planos de contingência para situações emergenciais, como: greves de transporte público e outros que possam ameaçar a continuidade dos serviços, objeto deste Contrato;
 - 14.7. Manter as condições de habilitação exigida no edital durante todo o prazo de vigência contratual;
 - 14.8. Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Serviço, eximindo a CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;
 - 14.9. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
 - 14.10. Disponibilizar preposto para acompanhamento do contrato e comunicação com a CONTRATANTE.
 - 14.11. A CONTRATADA deverá respeitar as disposições do Decreto Rio nº 56.022, de 29 de abril de 2025, bem como eventuais normas e instruções adotadas pelo Estado para o serviço de locação dos veículos.
 - 14.12. Assegurar que os veículos sejam entregues com todos os itens obrigatórios pela legislação vigente.
 - 14.13. Serviço de reboque para transporte e deslocamento dos veículos nos casos de defeitos e/ou acidentes.

15. DEVERES DA CONTRATANTE (Conforme art. 65, VI, do REGLIC-RIOSAUDE)

- 15.1. Dar fiel cumprimento ao estabelecido como objeto da contratação;
- 15.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive, permitir o livre acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA em suas dependências, desde que devidamente identificados;
- 15.3. Realizar a fiscalização dos serviços e exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o disposto neste Termo de Referência, nas cláusulas contratuais, no edital, e nos termos de sua proposta;
- 15.4. Assegurar a guarda e o estacionamento adequado dos veículos locados durante os períodos em que não estiverem em uso;
- 15.5. Solicitar à CONTRATADA e seu(s) preposto(s), tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 15.6. Designar funcionários para acompanhar e fiscalizar os serviços para posterior aprovação, registrando as ocorrências decorrentes da execução do Contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos ao Gestor do Contrato para as providências cabíveis e comunicando imediatamente à CONTRATADA para as medidas corretivas por parte desta;
- 15.7. Realizar os pagamentos na forma e nas condições previstas neste Termo de Referência, no edital e no contrato;
- 15.8. Notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 15.9. Solicitar a troca de produtos ou o refazimento dos serviços quando não atenderem às especificações do objeto do Contrato, a fim de cumprir com o princípio do interesse público;
- 15.10. Atestar a nota fiscal/fatura apresentada pela CONTRATADA, quanto à prestação de serviços, desde que tenham sido cumpridas todas as exigências legais contratuais.
- 15.11. Glosar da nota fiscal/fatura apresentada pela CONTRATADA os custos e/ou encargos que não forem utilizados na execução dos serviços.
- 15.12. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial à aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, alterações e repactuações/reajustes.

15.13. Os veículos deverão ser cadastrados no SISTEMA Municipal de Transportes Oficiais i3FROTAS.

16. SUBCONTRATAÇÃO (Conforme art. 65, XV e art. 153 a 155 do REGLIC-RIOSAUDE)

- 16.1. É vedada a subcontratação total do objeto e da parcela de maior relevância técnica, que é a locação de veículos.
- 16.2. Será permitida a subcontratação de até 30% do objeto, de acordo com o art. 65, XV, do REGLIC.
- 16.3. A CONTRATADA apenas poderá subcontratar mediante prévia e expressa anuência da CONTRATANTE e, sempre através de instrumento próprio a ser publicado na Imprensa Oficial.
- 16.4. No caso de subcontratação, a SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do contrato, no limite da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.
- 16.5. A CONTRATADA poderá subcontratar as seguintes parcelas do objeto: contratação de TAGs, manutenção dos veículos, seguro, instalação de GPS, lavagem e limpeza veicular.
- 16.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 16.7. Não poderão ser SUBCONTRATADAS empresas suspensas do direito de licitar pela RIOSAUDE, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pelo Município do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 16.8. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, junto da solicitação expressa para subcontratar, documentação da SUBCONTRATADA que comprove a capacidade técnica relacionada ao objeto subcontratado, habilitação jurídica, fiscal, e regularidade trabalhista e previdenciária, nos termos do art. 154, §1, do REGLIC.

17. CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO (Conforme art. 65, XII, do REGLIC-RIOSAUDE)

- 17.1. Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no Decreto Municipal nº

52.100/2023 e no calendário de pagamentos aos fornecedores e prestadores de serviços que estiver vigente.

- 17.2. O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços efetivamente prestados e aceitos no período-base respectivo, com eventual aplicação de descontos previstos no Acordo de Níveis de Serviço (ANS), através de crédito em conta bancária cadastrada junto a Coordenação do Tesouro Municipal, conforme no calendário de pagamentos aos fornecedores e prestadores de serviços que estiver vigente.
- 17.3. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura ou Duplicata) deverá ser inserido no sistema próprio da CONTRATANTE, referente à prestação do serviço, ocasião em que será realizado o Recebimento Provisório, conforme item 33 deste Termo de Referência.
- 17.4. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo, nos termos do item 33 deste Termo de Referência.
- 17.5. O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.
- 17.6. Somente serão aceitos os faturamentos cujas notas fiscais sejam enviadas juntamente com os relatórios solicitados pela CONTRATANTE, descritos no subitem 8.14:
 - a) Relatório Operacional da Frota
 - b) Relatório de Infrações de Trânsito
 - c) Relatório de Utilização de TAGs (pedágios)
- 17.7. Não haverá pagamento de notas sem a documentação obrigatória completa.
- 17.8. No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Conforme art. 65, XI, do REGLIC-RIOSAUDE)

- 18.1. A recusa da adjudicatária em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas nos artigos 160 a 162 do REGLIC, sem prejuízo de convocar os demais licitantes que tiverem aceitado fornecer os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação.
- 18.2. Em razão das condutas previstas no caput dos artigos 160 a 162 do REGLIC, a RIOSAUDE, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, poderá impor ao licitante,

adjudicatário ou contratado, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações a que está sujeito, às seguintes sanções, observado o art. 83 da Lei Federal nº 13.303/2016:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão dos direitos de participar dos procedimentos para licitação e de contratar com a RIOSAUDE pelo prazo de até 02 (dois) anos.

18.3. A aplicação da sanção de multa observará os seguintes parâmetros, nos termos do art. 161 e 162, do REGLIC:

18.3.1. Para a **multa moratória**:

18.3.1.1. Até 0,2% (dois décimos por cento) por dia, sobre o valor da contratação, em caso de atraso na execução, limitada a incidência a 30 (trinta) dias;

18.3.1.2. Até 0,3 (três décimos por cento) por dia, sobre o valor da contratação, em caso de atraso na execução, por período superior ao previsto no subitem anterior;

18.3.1.3. Após 45 (quarenta e cinco) dias de atraso, sobre o valor da contratação, será considerada a inexecução parcial ou total do objeto contratual, hipótese em que poderá ser realizada a rescisão do contrato ou cancelamento da nota de empenho ou outro instrumento equivalente, por ato unilateral e escrito da RIOSAUDE, ou por acordo entre as partes, nos termos dos artigos 156, incisos III e IV e 161, §1º, do REGLIC, sem prejuízo da aplicação da multa moratória e da possibilidade de rescisão ou cancelamento da nota de empenho ou outro instrumento equivalente por atraso em prazo inferior.

18.3.2. Para multa sancionatória:

18.3.2.1. Até 2,5% (dois vírgula cinco por cento), sobre o valor da contratação, por obrigação contratual descumprida, quando constatadas irregularidades de média gravidade ou baixa gravidade em caráter reiterado;

18.3.2.2. Até 10% (dez por cento), sobre o valor da contratação, por obrigação contratual descumprida, pela inexecução parcial do contrato, quando constatadas irregularidades de alta gravidade;

18.3.2.3. Até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, pela inexecução total do contrato.

18.3.1. A critério dos servidores responsáveis pela aplicação da multa, mediante justificativa, também poderão ser utilizadas como base de **cálculo para a aplicação da multa**, o valor da parcela, o valor do saldo não atendido do contrato, o valor do empenho, ou o valor da obrigação inadimplida.

- 18.3.2. O descumprimento parcial ou integral de disposições estabelecidas neste Termo de Referência e/ou no contrato serão considerados inadimplementos suscetíveis de multa proporcionais;
- 18.3.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;
- 18.3.4. A autoridade responsável pela aplicação da penalidade deverá justificar o enquadramento do fato como de baixa, média ou alta gravidade, mediante apresentação de justificativa no processo administrativo correspondente;
- 18.3.5. As sanções previstas nas alíneas “a”, “b”, e “c” do item 18.2 somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme art. 83, § 2º da Lei 13.303/2016 e art. 167, inciso IV do REGLIC, observadas as demais formalidades legais;
- 18.4. O procedimento de aplicação de sanções deverá observar o disposto nos artigos 165 a 168 do REGLIC.
- 18.5. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do item 18.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista na alínea “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato, na forma dos artigos 157 e 158 do REGLIC, ou de cancelamento da nota de empenho ou instrumento equivalente já emitido em relação à parcela do objeto não executada.
- 18.6. As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do item 18.2 não possuem caráter compensatório, e assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 18.7. As multas aplicadas poderão ser compensadas imediatamente com valores devidos à CONTRATADA, autorizando a CONTRATADA a realização dos descontos pertinentes a fim de realizar o pagamento da multa.
- 18.7.1. As multas aplicadas observarão a seguinte ordem de preferência:
- a) quitação do valor da penalidade mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela RIOSAUDE no ato da notificação para pagamento, no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogáveis, justificadamente, contados da data de notificação;
 - b) desconto dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, ainda que de outras contratações com o Contratado;
 - c) desconto da garantia prestada no respectivo contrato e;
 - d) procedimento judicial.

- 18.7.2. Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.
- 18.8. Se a multa aplicada for superior ao valor de pagamento eventualmente devido pela RIOSAUDE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, cabendo à CONTRATADA arcar com as custas processuais e honorários advocatícios.
- 18.9. A RIOSAUDE suspenderá os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da RIOSAUDE, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.
- 18.10. As hipóteses previstas nos subitens 18.7.1, alínea “b”, e 18.9 estão condicionadas à prévia notificação da CONTRATADA para se manifestar a respeito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, preferencialmente por meio eletrônico com confirmação de recebimento, a fim de lhe assegurar o contraditório e a ampla defesa.
- 18.11. A aplicação das sanções previstas no item 18.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19. CONSÓRCIO E COOPERATIVA (Conforme art. 65, XIII, do REGLIC-RIOSAUDE)

- 19.1. Cooperativas: É vedada a participação de cooperativas, de acordo com o item 10.7 do ETP.
- 19.2. Consórcio: É vedada a participação de consórcios, de acordo com o item 10.8 do ETP.

20. MODALIDADE (Conforme art. 65, XVII, do REGLIC-RIOSAUDE)

- 20.1. Licitação por Pregão Eletrônico mediante Registro De Preços.
- 20.2. Legislação Aplicável: Lei Federal nº 13.303/2016, REGLIC da RIOSAUDE, Lei Federal nº 14.133/2021 no que se refere ao procedimento do pregão, Decreto Municipal nº 44.698/2018 e 51.078/2022 e Lei Complementar Federal nº 123/2006.

21. CRITÉRIO DE JULGAMENTO (Conforme art. 65, XVI, do REGLIC-RIOSAUDE)

- 21.1. **Menor preço por lote**

22. REGIME DE EXECUÇÃO

- 22.1. A presente contratação possuirá Regime de Execução híbrido sendo:

- a) **Empreitada por preço global** para os custos fixos com a locação do veículo, uma vez que podem ser previamente definidos;
- b) **Empreitada por preço unitário** para medições referentes uso de TAGs para pedágios e possíveis multas, uma vez que o pagamento será referente apenas aos serviços efetivamente executados.

23. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA (Conforme art. 65, XIX, do REGLIC-RIOSAUDE)

- 23.1. As LICITANTES deverão apresentar proposta, sob pena de desclassificação, de forma clara e condizente ao objeto contido neste Termo de Referência, de acordo com o **ANEXO VII**, observando os quantitativos do item 6.

24. VALIDADE DA PROPOSTA

- 24.1. A proposta deverá ter validade de 120 (cento e vinte) dias, a contar da apresentação à RIOSAUDE.

25. VISTORIA

- 25.1. A vistoria (visita técnica) não é obrigatória. No entanto, para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, as empresas poderão vistoriar as instalações do local de execução dos serviços, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11 horas ou das 13h30 às 15h30, desde que agendado previamente pelo e-mail npc.planejamento.riosaudef@prefeitura.rio, em até 01 (um) dia útil anterior à data da licitação.
- 25.2. A LICITANTE deverá se atentar aos modelos constantes nos **ANEXO VIII**, quando da realização da vistoria técnica ou de sua renúncia.
- 25.3. Nessa mesma declaração, a empresa deverá atestar que utilizará eventuais imagens capturadas única e exclusivamente para confecção da proposta, não podendo utilizá-las para fins diversos.

26. PUBLICAÇÃO (Conforme arts. 46 e 120 do REGLIC-RIOSAUDE)

- 26.1. A(s) CONTRATADA(S) promoverá(ão) às publicações(ões) do(s) extrato(s) do(s) contrato(s) no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, às suas expensas, em até 20 (vinte) dias corridos, contados da assinatura, conforme o art. 46 do REGLIC.
- 26.2. O texto do extrato contratual será fornecido pela CONTRATANTE, em atendimento ao disposto no Art. 441 do Regulamento Geral do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (RGCAF).

27. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS (Conforme arts. 136 a 142 do REGLIC-RIOSAUDE)

- 27.1. A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à Comissão de Fiscalização, nomeada pela Autoridade Competente.
- 27.2. A gestão e fiscalização dos contratos seguirá o disposto nos arts. 136 e 142 do REGLIC e as orientações contidas na Portaria “N” RIOSAUDE/PRE n.º 59 de 28 de junho 2024, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados no acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos firmados no âmbito da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro - RIOSAUDE
- 27.3. A citada portaria encontra-se disponível no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro (doweb.rio.rj.gov.br), edição 70 de 01/07/2024, páginas 44 a 45.

28. ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO (Conforme art. 65, XIV, do REGLIC-RIOSAUDE)

- 28.1. O Acordo de Níveis de Serviço (ANS) tem como intuito medir a qualidade do serviço que está sendo prestado.
- 28.1.1. Em razão do não atendimento às metas e critérios definidos no ANS, o valor da remuneração da CONTRATADA poderá sofrer deduções, devendo ser proporcional à aferição realizada, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas, decorrentes da inexecução parcial ou total dos serviços contratados, quando cabível, de acordo com os arts. 136 a 142 do REGLIC.
- 28.2. As Condições Gerais de Execução do Serviço descritas no presente Termo de Referência devem ser cumpridas em 100% pela empresa CONTRATADA. Em caso de descumprimento, verificando-se OCORRÊNCIAS, será aplicado desconto no valor da fatura mensal referente à prestação do serviço.
- 28.3. O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) deverá ser feito mensalmente pela CONTRATANTE, a partir do início da execução do contrato, através do acompanhamento para calcular o cumprimento das obrigações e as ocorrências identificadas no período quanto aos deveres previstos no Termo de Referência.
- 28.4. Modelo de IMR para quantificação dos tipos de ocorrências no período avaliado:

Unidade de Saúde/Local: _____		Período: __/__/____	
Avaliador: _____		Serviço: _____	
Empresa: _____		N. de Contrato: _____	

Item	Tipo de Ocorrência Administrativa	Nº de Ocorrências no mês	Descrição da Ocorrência
1	Utilizar veículos em discordância com as características estabelecida no item 8 (por dia e por veículo)		
2	Utilizar veículos licenciados e emplacados em outros municípios, em discordância ao Decreto Rio 56.022/2025 8 (por dia e por veículo)		
3	Indisponibilidade no atendimento do contato para emergência e suporte técnico: 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, subitem 8.6.1 e 8.6.2 (por dia e por veículo)		
4	Irregularidade de documentação dos veículos conforme subitem 8.3 (por ocorrência por veículo)		
5	Contratação de Seguro com que não atendam ao estabelecido no item 8.4 (por ocorrência por veículo)		
6	Não fornecimento dos adesivos conforme estabelecido no subitem 8.5 e Anexo III (por dia e por veículo)		
7	Não cumprimento do cronograma de manutenção preventiva dos veículos, subitem 8.6.3.2 e 8.6.3.4 (por ocorrência por veículo)		
8	Apresentação de Veículos substitutos em discordância em relação a características e prazo estabelecido do subitem 8.7 (por dia e por veículo)		
9	Indisponibilidade do Serviço de Monitoramento e Controle dos Veículos (conforme subitem 8.8.5): Será considerada uma ocorrência a cada período de 6 (seis) horas consecutivas de indisponibilidade do sistema, contado após as primeiras 6 (seis) horas de tolerância. Ou seja, a partir da 7ª hora de indisponibilidade, será registrada uma ocorrência, com nova ocorrência gerada a cada novo período de 6 (seis) horas em que o sistema permanecer fora do ar.		
10	Não realização das limpezas veiculares agendadas ou realização de limpeza executada de maneira parcial ou insatisfatória (por ocorrência por veículo)		
11	Atraso no envio dos relatórios do subitem 8.14 (por dia de atraso)		

28.5. O IMR, com o registro das OCORRÊNCIAS identificadas, deverá ser documentado em planilha de controle com a quantificação e qualificação das ocorrências de cada mês

pela CONTRATANTE, deixando explícito o atendimento ou não do IMR, justificando os possíveis descontos ocorridos no período analisado.

28.6. A comissão fiscalizadora do contrato deverá comunicar imediatamente à CONTRATADA as ocorrências registradas para a apresentação de pronta solução e justificativa, que serão alvo de análise técnica pela comissão, podendo ser aceita ou não.

28.7. O levantamento das ocorrências que ocasionarão eventuais descontos mensais ficará à cargo da comissão fiscalizadora.

28.8. O **número de ocorrências no mês refletirá o percentual** de desconto no respectivo período de acordo, conforme tabela do subitem 28.10.

28.9. Para efeitos deste Termo de Referência:

28.9.1. **Ocorrências Administrativas:** impactam na rotina administrativa da Unidade, gerando, por exemplo, desordem na gestão ou morosidade na resolução de problemas;

28.10. Faixas de ajuste no pagamento por quantitativo de itens não atendidos por tipo de serviço no período:

FAIXA IMR	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS Nº DE OCORRÊNCIAS	PERCENTUAL DE DESCONTO
Faixa 1	0 a 3 ocorrências	Não há
Faixa 2	4 a 7 ocorrências	5%
Faixa 3	8 a 11 ocorrências	10%
Faixa 4	12 a 15 ocorrências	15%
Faixa 5	16 ou mais ocorrências	20%

28.11. Modelo de Controle de ajustes de pagamento no período:

VALOR MENSAL FATURADO	R\$ _____
PERÍODO MEDIDO	__/__/____
Nº DE OCORRÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	____
FAIXA IMR	____ %
VALOR DA GLOSA REFERENTE A ANS	R\$ _____

29. GARANTIA CONTRATUAL (Conforme art. 65, X e art. 147 a 152 do REGLIC-RIOSAUDE)

29.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, antes da assinatura contratual, comprovante de prestação de garantia da ordem de 2% (dois por cento), do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 3º, art. 147, do REGLIC, (caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança bancária).

29.2. A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato e o recebimento definitivo do seu objeto, mediante ato liberatório da

autoridade contratante, nos termos do art. 151 do REGLIC, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

29.3. No caso adoção de seguro-garantia deverão ser observadas as seguintes regras:

29.3.1. O prazo de vigência da apólice será superior ao prazo estabelecido no contrato principal, considerando a estimativa mínima para o recebimento definitivo final, e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência contratual mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

29.3.2. Deverá conter cláusula prevendo que continuará em vigor mesmo se a CONTRATADA não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

29.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data da renovação ou do aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvada a hipótese de suspensão do contrato por ordem da RIOSAUDE, quando a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem da RIOSAUDE para reinício da execução.

29.4. Em caso de alteração do valor contratual ou de prorrogação do prazo de vigência do contrato, a RIOSAUDE poderá exigir da CONTRATADA a atualização, complementação ou substituição da garantia prestada, respeitado o percentual definido no contrato ou termo de referência.

29.5. A critério da CONTRATANTE, a garantia de execução contratual também apresentada poderá ser utilizada para pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS ou outras indenizações e multas, quando não forem adimplidos.

30. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

30.1. DO REAJUSTE

30.1.1. O reajuste será concedido a cada período de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado a que a proposta se referir.

30.1.2. Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos termos do art. 127 do REGLIC.

30.1.3. O reajuste não será concedido automaticamente, dependendo de requerimento do interessado.

- 30.1.4.A CONTRATADA deverá solicitar o reajuste mediante requerimento por escrito devidamente datado e assinado pelo responsável, acompanhado da respectiva memória de cálculo com os novos valores, que deverá conter o índice de reajuste e o percentual utilizado para a obtenção dos novos valores cobrados.
- 30.1.5. O reajuste também poderá ser realizado mediante apresentação de proposta para a prorrogação, datada e assinada pelo responsável, na qual conste memória de cálculo com o índice de reajuste e o percentual utilizado para a obtenção dos novos valores cobrados.
- 30.1.6. As solicitações de reajustes a que a CONTRATADA fizer jus serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

31. ANÁLISE DE RISCO (Conforme art. 65, IX, do REGLIC-RIOSAUDE)

- 31.1. O Mapa de Risco inserido no **ANEXO IX** servirá para que a CONTRATADA tome ciência dos riscos e respectivas probabilidades na execução do objeto do Termo de Referência, sendo subsídio para a identificação e determinação de um risco, possibilitando, a partir disso, promover ações para impedir ou controlar questões que possam impactar na execução do objeto, identificando qual(is) o(s) responsável(is) por cada ação.
- 31.2. Os riscos que possam causar desequilíbrio econômico-financeiro no contrato serão divididos entre as partes CONTRATANTE e CONTRATADA, conforme disposto na seguinte Matriz de Riscos, que necessariamente constará no contrato, a seguir reproduzida:
- 31.2.1. Compete à CONTRATADA arcar com os seguintes riscos, os quais, quando ocorrerem, não darão ensejo a aditivos contratuais ou alegações de desequilíbrio econômico-financeiro, salvo em caso de eventos extraordinários de relevante repercussão econômica assim reconhecidos pela RIOSAUDE:
- I. Variação no valor dos insumos do serviço e/ou de peças ou componentes necessários à sua execução;
 - II. Variação cambial;
 - III. Erros na formulação da proposta;
 - IV. Danos e/ou prejuízos causados a terceiros pela CONTRATADA e/ou seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela execução do objeto;
 - V. Adequação na tecnologia empregada na prestação do serviço;

VI. Ocorrência de greves ou paralisações de empregados da CONTRATADA ou a interrupção ou falha no fornecimento de materiais ou serviços pelos seus contratados.

31.2.2. Compete à RIOSAUDE arcar com os seguintes riscos, os quais, quando ocorrerem, deverão ser objeto de aditivos contratuais, devendo a CONTRATADA manter a regular prestação do serviço:

- I. Modificação na execução do serviço que impacte no equilíbrio econômico-financeiro do contrato em decorrência de alteração superveniente na legislação de natureza cogente, e/ou de decisão judicial ou do Tribunal de Contas do Município específica e vinculativa à RIOSAUDE;
- II. Fatos do príncipe e/ou fatos da administração que impactem no equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- III. Entrada ou saída de unidades de saúde sob a administração da RIOSAUDE relacionadas ao objeto do contrato;
- IV. Fatos provenientes de caso fortuito ou força maior que impactem no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

31.2.3. A RIOSAUDE poderá rescindir o contrato por razões de interesse público caso reste demonstrada que a manutenção do contrato não é vantajosa e poderá lhe causar prejuízos, sendo cabível a devida indenização à CONTRATADA se comprovada sua boa-fé e que não incorreu para a ocorrência da modificação contratual.

32. SUSTENTABILIDADE (Conforme art. 65, XVIII, do REGLIC-RIOSAUDE)

- 32.1. A CONTRATADA deverá cumprir as orientações do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS da Cidade do Rio de Janeiro - Período 2021-2024, instituído pelo Decreto Rio nº 50. 868/2022 e dos incisos III e V, do Art. 3º, e inciso IV, do art 5º, da Lei Municipal nº 4.969, de 03 de dezembro de 2008, no que couber.
- 32.2. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata.
- 32.3. Os veículos deverão ser mantidos em bom estado de manutenção de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonora superiores aos padrões aceitáveis nos termos da legislação regente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo.

32.4. Os veículos de transporte de pessoas deverão ser movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental e, de preferência, tenham classificação “A” de eficiência energética instituída pelo programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular do INMETRO.

33. ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO (Conforme art. 65, V, e art. 143 a 146 do REGLIC-RIOSAUDE)

33.1. O recebimento provisório será realizado para cada pagamento pelo fiscal ou comissão responsável por seu acompanhamento e fiscalização, na data da aceitação da nota fiscal no sistema próprio da RIOSAUDE, acompanhada de toda documentação solicitada no item “**CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO**”, preferencialmente até o quinto dia útil do mês.

33.2. O recebimento definitivo será realizado para cada pagamento, pelo fiscal ou comissão responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante a inserção da nota fiscal e demais documentos comprobatórios no sistema de pagamento digital da RIOSAUDE, em até 5(cinco) dias corridos a contar da data do recebimento provisório.

33.3. O Aceite definitivo da contratação será realizado em até 120 (dento e vinte) dias corridos após o término da vigência contratual, conforme previsto no Termo de Referência.

33.3.1. Este aceite definitivo será um relatório final da prestação do serviço ao longo da vigência contratual.

34. DA PROTEÇÃO DE DADOS

34.1. No desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução deste Termo de Referência, as partes observarão o regime legal concernente à proteção de dados pessoais, se empenhando em proceder ao tratamento de dados pessoais estritamente necessários à execução e ao desenvolvimento do objeto deste Termo de Referência, no estrito e rigoroso cumprimento da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), regulamentações expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e demais normas que disciplinarem a matéria;

34.2. As PARTES se obrigam à:

a) Tratar os dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do serviço objeto deste termo, em especial no que tange às operações de coleta, de produção, de recepção, de classificação, de utilização, de acesso, de reprodução, de transmissão, de distribuição, de processamento, de arquivamento, de armazenamento, de eliminação, de avaliação ou de controle da informação, de

modificação, de comunicação, de transferência, de difusão ou de extração, com a devida observância à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD);

- b) Tratar os dados pessoais de modo compatível com a finalidade, a adequação e a necessidade, como determina o artigo 6º, I, II e III da Lei n.º 13.709/2018, bem como em observância às bases legais descritas nos incisos II, III, V, VIII e IX do artigo 7º da referida lei, no que se refere às operações descritas no item 'a'.
- c) Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à prossecução das finalidades previstas, como determina os artigos 15 e 16 da Lei n.º 13.709/2018, guardada a conformidade aos períodos mínimos de retenção previstos em lei;
- d) A PROPONENTE deve assegurar assinatura de Acordo de Confidencialidade com todos os seus colaboradores, parceiros, diretores, representantes e terceiros contratados que tenham acesso aos dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE. Além disso, a PROPONENTE se compromete a manter a estrita confidencialidade de todos os Dados Pessoais e a não os utilizar para fins diversos, exceto no contexto da execução do serviço objeto deste termo.
- e) Implementar, desde a fase de concepção até a execução do serviço do objeto deste termo, as medidas técnicas e administrativas necessárias visando à proteção de dados pessoais contra acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;
- f) Comprovar que foram adotadas medidas técnicas adequadas, no âmbito e nos limites técnicos de seus serviços, que tornem os dados pessoais tratados ininteligíveis ao acesso não autorizado de terceiros, como determina o artigo 48, §3º da Lei n.º 13.709/2018;
- g) Garantir a segurança da informação dos dados pessoais, mesmo após o término de seu tratamento, como determina o artigo 47 da Lei n.º 13.709/2018;
- h) Informar, em até 24 (vinte e quatro) horas à outra parte a ocorrência ou suspeita de incidente de segurança referente aos dados pessoais tratados, que possam acarretar aos titulares, alternativamente, risco ou dano relevante aos titulares, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada;
- i) Indicar seus respectivos responsáveis pela proteção de dados pessoais;
- j) Formular regras de boas práticas e de governança que estabeleçam as condições de organização, o regime de funcionamento, os procedimentos, incluindo reclamações e

petições de titulares, as normas de segurança, os padrões técnicos, as obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais, como indica o artigo 50 da Lei n.º 13.709/2018;

- 34.3. A CONTRATADA, caso não possua normas internas sobre Privacidade e Proteção de Dados Pessoais e temas correlatos, se obriga a agir em consonância com o Programa de Governança em Privacidade da CONTRATANTE, com o disposto em sua Política de Privacidade, bem como em sua Política de Segurança da Informação.
- 34.4. A CONTRATADA fica ciente de que a CONTRATANTE terá direito de monitorar, auditar, acompanhar e fiscalizar sua conformidade, no que diz respeito à Privacidade e Proteção de Dados Pessoais relativa à execução do serviço objeto deste termo.

ANEXO I

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS VEÍCULOS

LOTE 1	
SEDAN	
Veículos menores, ideais para o transporte de pessoas, de documentos, pequenos volumes de insumos e materiais leves, atendendo às necessidades de setores administrativos e assistenciais.	
Características gerais	Automóvel sedan para 05 (cinco) passageiros, de 3 (três) volumes
Motor	Mínimo 1.0
Quantidade de Portas	05 (cinco) portas
Tipo de Direção	Hidráulica ou elétrica
Transmissão	Manual ou automática
Ar-Condicionado	Automático ou digital
Sistema de Travas	Travas elétricas para vidros e portas
Airbag	Frontal e lateral;
Cinto de Segurança	3 pontos para todos os ocupantes, com encosto de cabeça para todos os ocupantes
Sistema de Freios	ABS
Sistema de Rádio	AM/FM digital, com conexão bluetooth e entrada USB
Cor	Branca (preferencial) ou prata
Combustível	Gasolina e álcool (flex)
Potência	Máximo 120 (cento e vinte) cavalos
Acessórios	Tomada de 12 v (tipo acendedor) para alimentação dos equipamentos de comunicação
Extras	Sistema de localização de GPS conectado em tempo real com a sede da empresa e disponível à fiscalização via internet
Identidade Visual	03 (três) adesivos de identificação institucional na carroceria conforme Anexo III

MINIVAN Minivan, veículo de sete lugares, destinado ao transporte de pessoas	
Características gerais	Automóvel para 07 (sete) passageiros
Motor	Mínimo 1.4
Quantidade de Portas	05 (cinco) portas
Tipo de Direção	Hidráulica ou elétrica
Transmissão	Manual ou automática
Ar-Condicionado	Automático ou digital
Sistema de Travas	Travas elétricas para vidros e portas
Airbag	Frontal, lateral
Cinto de Segurança	3 pontos para todos os ocupantes, com encosto de cabeça para todos os ocupantes
Sistema de Freios	ABS
Sistema de Rádio	AM/FM digital, com conexão bluetooth e entrada USB
Cor	Branca (preferencial) ou prata
Combustível	Gasolina e álcool (flex)
Potência	Máximo 120 (cento e vinte) cavalos
Acessórios	Tomada de 12 v (tipo acendedor) para alimentação dos equipamentos de comunicação
Extras	Sistema de localização de GPS conectado em tempo real com a sede da empresa e disponível à fiscalização via internet
Identidade Visual	03 (três) adesivos de identificação institucional na carroceria conforme Anexo III

MOTOCICLETA Veículo destinado a transporte de correspondências, expedientes e pequenos volumes.	
Características gerais	Motocicleta de uso urbano, com capacidade para transporte de carga;
Motor	Tipo Motor: Flex/ injeção Eletrônica;
Cilindrada	Mínimo 150 Cc;
Transmissão	5 marchas;
Acionamento	Elétrico;
Combustível	Gasolina e álcool (flex);
Capacidade de Tanque	Mínimo de 10 l;
Cor	Branca, Preta ou Prata
Acessórios	
Baú de Carga	135 lts Dimensão: 60cm x 60cm Cor: preto ou Branco
Extras	Sistema de localização de GPS conectado em tempo real com a sede da empresa e disponível à fiscalização via internet
Identidade Visual	03 (três) adesivos de identificação institucional no baú de carga, conforme Anexo III.

Nota: O ano de fabricação dos veículos devem estar de acordo com os subitens 8.1.2 e 8.1.3

LOTE 2

FURGÃO Furgão cargo ou similar Fechado, voltado ao transporte de pequenas cargas.	
Características gerais	Automóvel para carga fechado, de 03 (três) volumes;
Motor	Mínimo 1.4;
Quantidade de Portas	2 dianteiras (motorista e passageiro, 2 traseiras (dupla porta de carga);
Tipo de Direção	Hidráulica ou elétrica;
Transmissão	Manual ou automática;
Sistema de Travas	Travas elétricas;
Airbag	Frontal;
Cinto de Segurança	3 pontos para todos os ocupantes
Sistema de Freios	ABS;
Sistema de Rádio	AM/FM com entrada USB;
Cor	Cor branca (preferencial) ou prata;
Combustível	Gasolina e álcool (flex);
Potência	Máximo 120 (cento e vinte) cavalos;
Capacidade do Compartimento de Carga	Mínimo 3000 litros
Acessórios	Tomada de 12 v (tipo acendedor) para alimentação dos equipamentos de comunicação;
Extras	Sistema de localização de GPS conectado em tempo real com a sede da empresa e disponível à fiscalização via internet
	Piso do compartimento de carga com revestimento antiderrapante ou similar;
	Iluminação interna no compartimento de carga;
Identidade Visual	03 (três) adesivos de identificação institucional na carroceria conforme Anexo III

CAMINHÃO PEQUENO VUC - Caminhão Baú Pequeno para transporte de carga	
Características gerais	Caminhão Baú Pequeno para transporte de carga
Motor	Mínimo 2.4
Quantidade de Portas	Mínimo 02 (duas) portas
Tipo de Direção	Hidráulica
Transmissão	Manual ou automática;
Sistema de Travas	Travas elétricas;
Airbag	Frontal
Cinto de Segurança	3 pontos para todos os ocupantes
Sistema de Freios	ABS;
Sistema de Rádio	AM/FM com entrada USB
Cor	Cor branca (preferencial) ou prata
Combustível	Diesel
Potência	Mínima de 130 cavalos
Tração	Traseira ou 4x4
Peso Bruto Total (PBT)	Mínimo 3.000 kg
Acessórios	Tomada de 12 v (tipo acendedor) para alimentação dos equipamentos de comunicação
Compartimento de Carga	Baú de alumínio, tamanho mínimo: comprimento 3,00 metros x 1,80 metros de largura x 1,90 metros de altura
Extras	Sistema de localização de GPS conectado em tempo real com a sede da empresa e disponível à fiscalização via internet
	Piso do compartimento de carga com revestimento antiderrapante ou similar
	Iluminação interna no compartimento de carga
	Plataforma Hidráulica tipo rampa
Identidade Visual	03 (três) adesivos de identificação institucional na carroceria conforme Anexo III

CAMINHÃO MÉDIO 3/4 Caminhão Baú Médio, para transporte de carga	
Características gerais	Caminhão Baú Médio, para transporte de carga
Motor	Mínimo 3.0
Quantidade de Portas	Mínimo 02 (duas) portas
Tipo de Direção	Hidráulica
Transmissão	Manual ou automática
Sistema de Travas	Travas elétricas
Airbag	Frontal
Cinto de Segurança	3 pontos para todos os ocupantes
Sistema de Freios	ABS;
Sistema de Rádio	AM/FM com entrada USB
Cor	Cor branca (preferencial) ou prata
Combustível	Diesel
Potência	Mínima de 140 cavalos
Tração	Traseira
Peso Bruto Total (PBT)	Mínimo 3.475 kg
Acessórios	Tomada de 12 v (tipo acendedor) para alimentação dos equipamentos de comunicação
Compartimento de Carga	Baú de alumínio, tamanho mínimo: comprimento 4,00 metros x 2,00 metros de largura x 2,10 metros de altura
Extras	Sistema de localização de GPS conectado em tempo real com a sede da empresa e disponível à fiscalização via internet
	Piso do compartimento de carga com revestimento antiderrapante ou similar;
	Iluminação interna no compartimento de carga
	Plataforma Hidráulica tipo rampa
Identidade Visual	03 (três) adesivos de identificação institucional na carroceria conforme Anexo III

Nota: O ano de fabricação dos veículos devem estar de acordo com os subitens 8.1.2 e 8.1.3

ANEXO II

RELATÓRIO CONSOLIDADO PARA PAGAMENTO MENSAL

RELATÓRIO CONSOLIDADO PARA PAGAMENTO MENSAL			
Objeto: Prestação De Serviços De Locação De Veículos			
Contratante (Órgão):			
Contratada:			
CNPJ nº		Contrato nº	
PERÍODO	DATA INICIAL: __/__/__		
	DATA FINAL: __/__/__		
A - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS			
TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
TOTAL DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (A)			
B - QUILOMETRAGE EXCEDENTE <i>(item 8.2 do Termo de Referência)</i>			
VEÍCULO	KM EXCEDENTE	VALOR DO KM	VALOR TOTAL (R\$)
TOTAL DE QUILOMETRAGEM EXCEDENTE (B)			
C - VERBA VARIÁVEL <i>(item 8.12 do Termo de Referência)</i>			
VEÍCULO	CONSUMO DE TAG	CONSUMO EM INFRAÇÕES DE TRANSITO	VALOR TOTAL(R\$)
TOTAL DE VERBA VARIÁVEL UTILIZADA (C)			
VALOR TOTAL MENSAL DO SERVIÇO (A+B+C)			

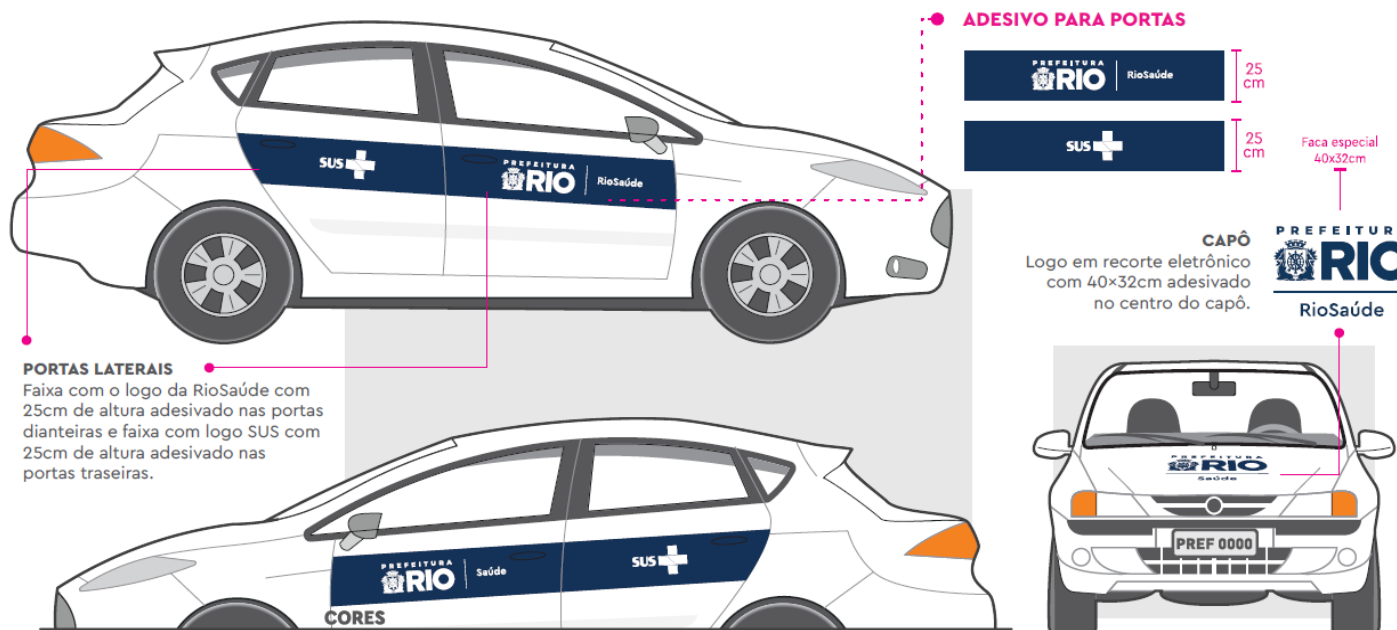
(Data da emissão do relatório)

Responsável pela emissão do relatório
(nome, cargo, carimbo da empresa)

ANEXO III IDENTIDADE VISUAL DOS VEÍCULOS

RIOSAUDE

1- SEDAN



ATENÇÃO

É importante que se mantenha a proporção do logo em TODAS as aplicações da peça. Não serão aceitas distorções (achatar, esticar sem proporção etc.).

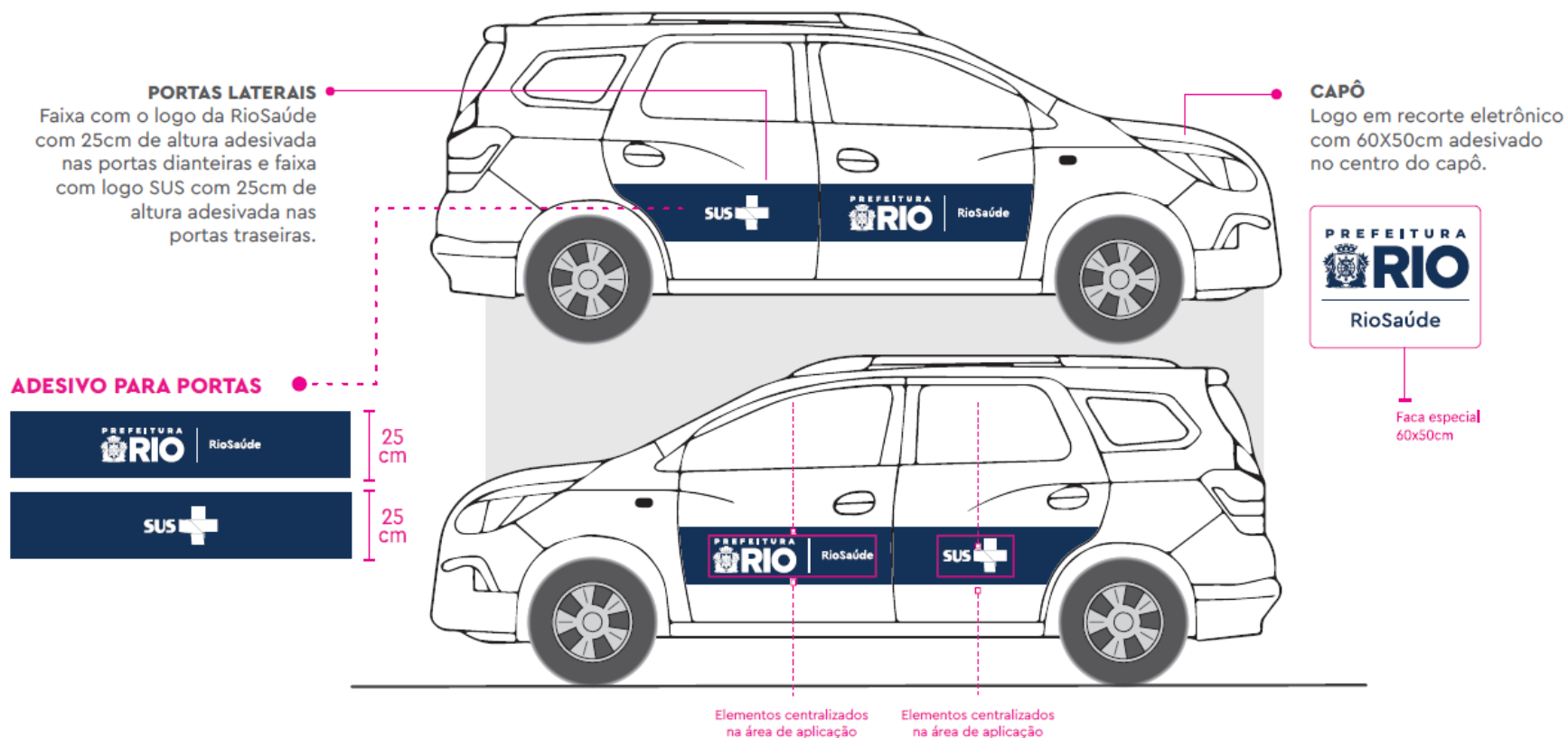
Pantone 108-16C

C 100 M 85 Y 40 K 30

Pantone 311C

C 65 M 10 Y 0 K 0

2- MINIVAN



ATENÇÃO

É importante que se mantenha a proporção do logo em TODAS as aplicações da peça. Não serão aceitas distorções (achatar, esticar sem proporção etc.).

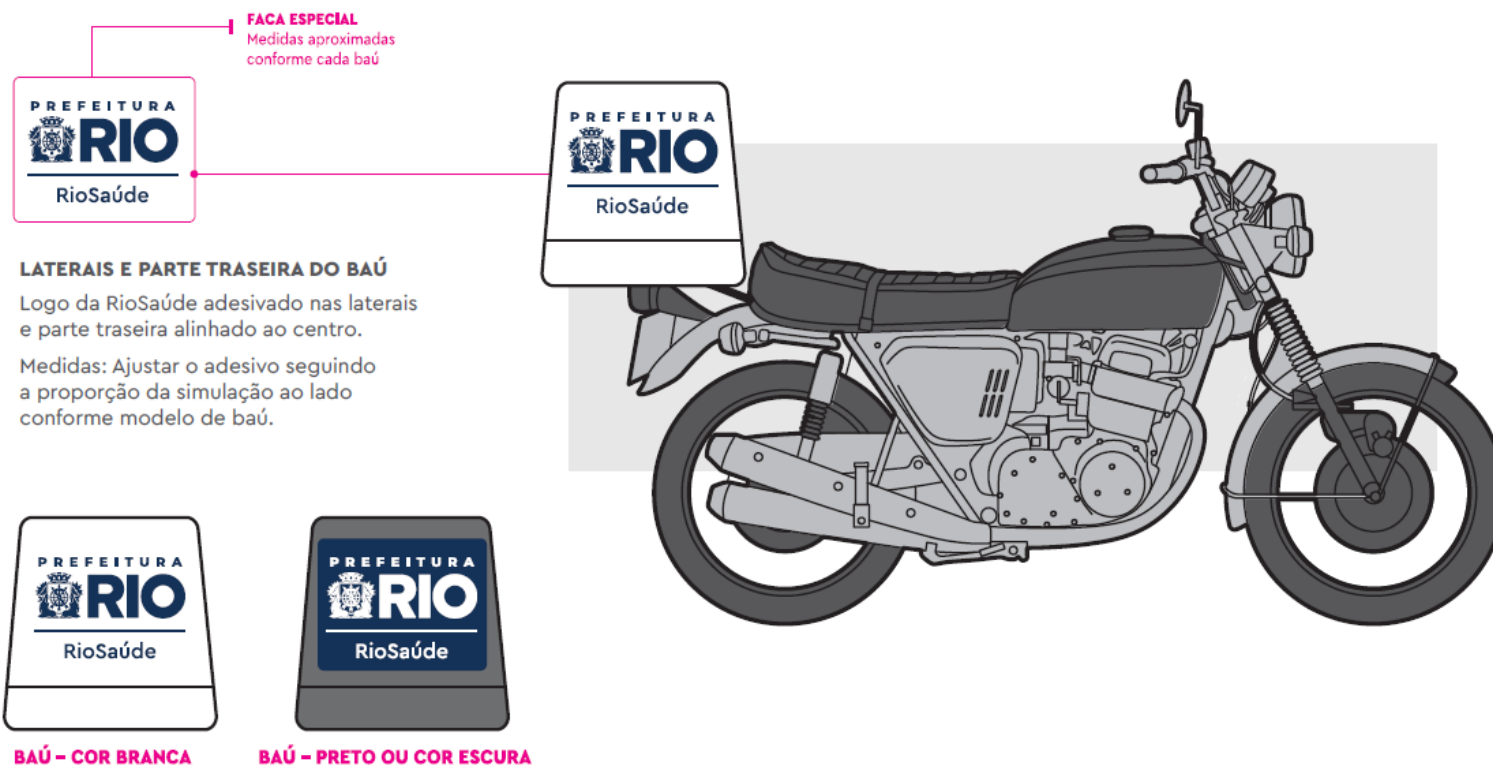
Pantone 108-16C

C 100 M 85 Y 40 K 30

Pantone 311C

C 65 M 10 Y 0 K 0

3- Motocicleta



ATENÇÃO

É importante que se mantenha a proporção do logo em TODAS as aplicações da peça.
Não serão aceitas distorções (achatar, esticar sem proporção etc.).

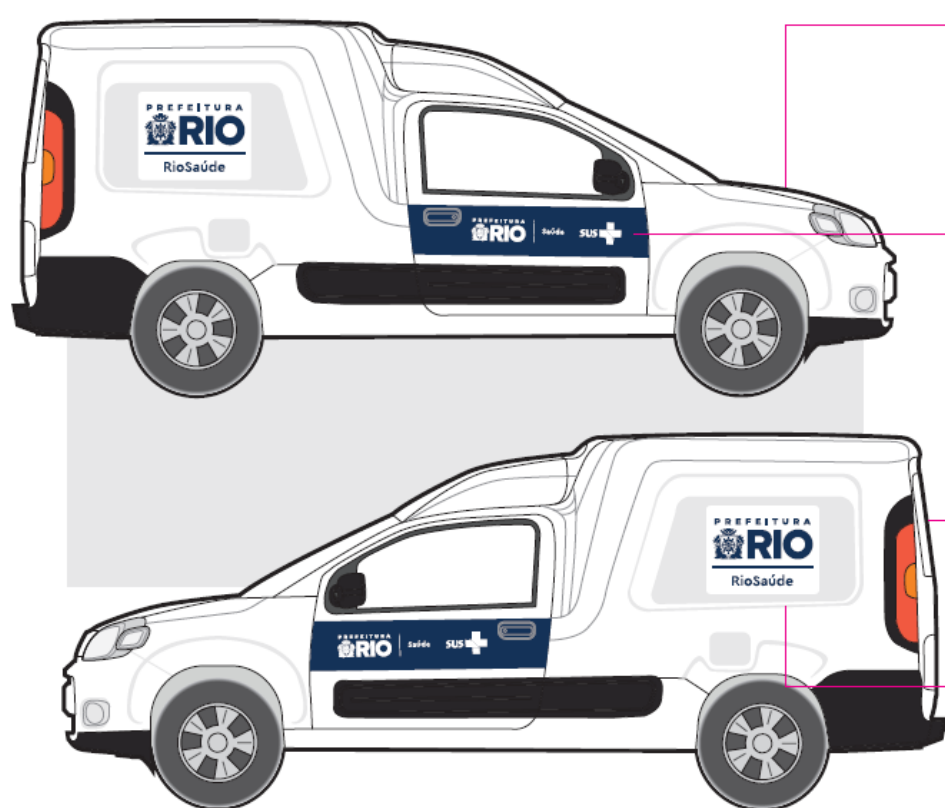
Pantone 108-16C

C 100 M 85 Y 40 K 30

Pantone 311C

C 65 M 10 Y 0 K 0

4- FURGÃO



CAPÔ

Logo em recorte eletrônico com 40x32cm adesivado no centro do capô.



Faca especial
40x32cm

LATERAIS

Faixa com dupla de logos (RioSaúde+SUS) com 25cm de altura adesivado na porta.



Maçaneta com aplicação do adesivo



Maçaneta sem aplicação do adesivo

MAÇANETAS

Devem ficar na região de aplicação do adesivo, conforme simulação ao lado. O adesivo pode ou não cobrir a maçaneta.

CAÇAMBA (lateral)

Logo com 50x40cm adesivado no centro das laterais da caçamba.



ATENÇÃO

É importante que se mantenha a proporção do logo em TODAS as aplicações da peça. Não serão aceitas distorções (achatar, esticar sem proporção etc.).

Pantone 108-16C

C 100 M 85 Y 40 K 30

Pantone 311C

C 65 M 10 Y 0 K 0

5- CAMINHÕES



PORTAS

Faixa com dupla de logos (RioSaúde+SUS) adesivada nas portas e alinhada ao centro da porta, conforme simulação ao lado.

BAÚ (TRASEIRA)

Faixa com dupla de logos (RioSaúde+SUS) adesivada, com cada logo alinhada ao centro de cada porta traseira, conforme simulação ao lado.



BAÚ (LATERAIS)

Faixa com dupla de logos (RioSaúde+SUS) adesivada e alinhada no centro da altura do baú, conforme simulação.



lateral direita



ATENÇÃO

É importante que se mantenha a proporção do logo em TODAS as aplicações da peça. Não serão aceitas distorções (achatar, esticar sem proporção etc.).

Pantone 108-16C

C 100 M 85 Y 40 K 30

Pantone 311C

C 65 M 10 Y 0 K 0

6- LOGOS



RioSaúde



RioSaúde





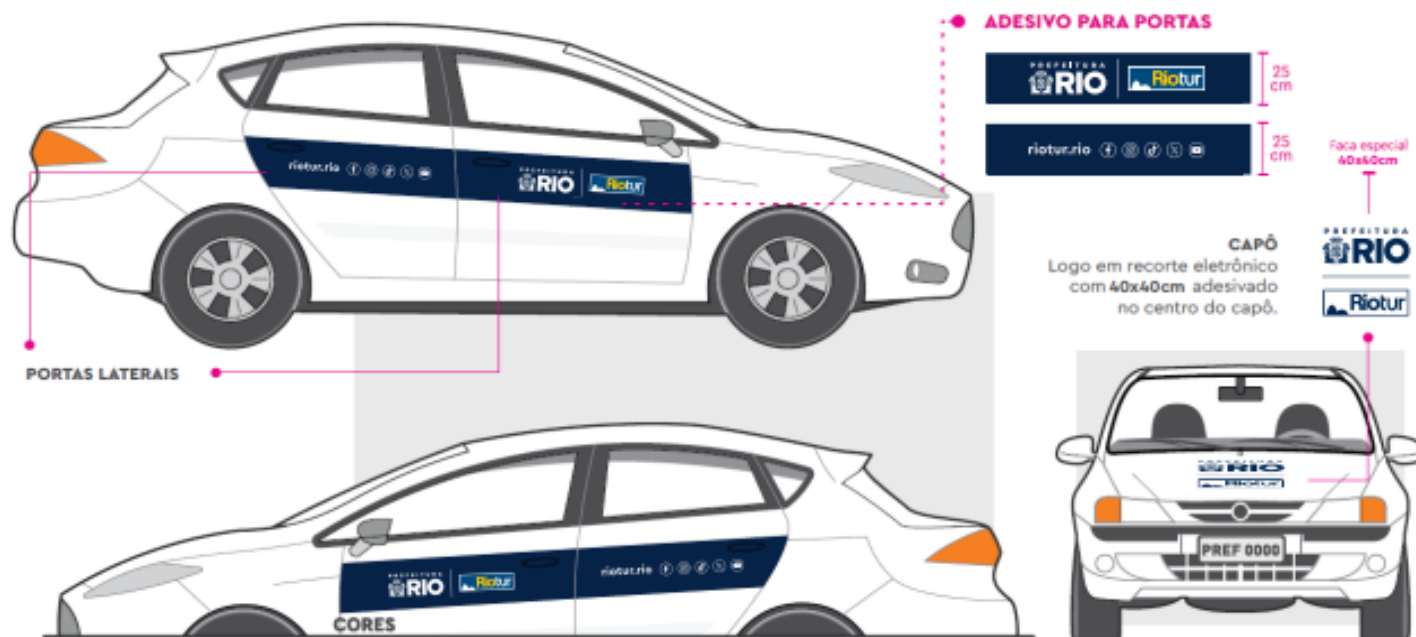
RioSaúde



RioSaúde

RIOTOUR

1- SEDAN



ATENÇÃO

É importante que se mantenha a proporção do logo em TODAS as aplicações da peça. Não serão aceitas distorções (achatar, esticar sem proporção etc.).

Pantone 108-16C	C 100 M 85 Y 40 K 30
Pantone P 107-16 C	C 100 M 50 Y 0 K 40
Pantone P 7-8 C	C 0 M 20 Y 100 K 0

ANEXO IV
CHECKLIST DE VISTORIA INICIAL

CHECK LIST DE VISTORIA INICIAL CARRO SEDAN/VANS		
Vistoria realizada em ____ / ____ / ____		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS		
CONTRATADA:		
MODELO DO VEÍCULO:		
PLACA:		
KM ATUAL:		
COR:		
TIPO DE COMBUSTÍVEL:		
ANO DE FABRICAÇÃO:		
NÚMERO DO CHASSI:		
RENAVAM:		
DESCRIÇÃO DO ITEM	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO DO ITEM
CERTIFICADO DE REGISTRO DE LICENCIAMENTO DO VEÍCULO - CRLV	() SATISFATÓRIO	Verificar se veículo está com documentação regular e licenciado no município do Rio de Janeiro
	() INSATISFATÓRIO	
CERTIFICADO DE REGISTRO DO VEÍCULO - CRV	() SATISFATÓRIO	Verificar se veículo está registrado em nome da pessoa jurídica CONTRATADA.
	() INSATISFATÓRIO	
SEGURO VEICULAR	() SATISFATÓRIO	Verificar apólice de seguro ou documento similar. Verificar se está disponível junto a documentação a informação de contato da seguradora em caso de sinistro.
	() INSATISFATÓRIO	
DECLARAÇÃO DE NADA CONSTA DO VEÍCULO	() SATISFATÓRIO	Verificar se veículos possui multas.
	() INSATISFATÓRIO	
CONDIÇÕES GERAIS DE LATARIA E PINTURA	() SATISFATÓRIO	Verificar: 1. Para-choques (dianteiro e traseiro) 2. Capô 3. Portas (esquerda, direita, dianteiras e traseiras) 4. Teto 5. Porta-malas 6. Para-lamas 7. Riscos, amassados, trincas, ferrugem ou avarias (registrar localização e extensão)
	() INSATISFATÓRIO	

CONDIÇÕES GERAIS DE VIDROS E RETROVISORES	() SATISFATÓRIO	Verificar: 1. Para-brisas 2. Vidros frontais 3. Laterais e traseiros 4. Retrovisores externos (esquerdo e direito) 5. Espelho retrovisor interno 6. Funcionamento dos acionamentos (manuais ou elétricos) dos vidros e retrovisores
	() INSATISFATÓRIO	
CONDIÇÕES GERAIS DE PNEUS E RODAS	() SATISFATÓRIO	Verificar: 1. Estado dos pneus (dianteiros e traseiros) 2. Estepe (condição e presença) 3. Calotas ou rodas de liga leve 4. Macaco, chave de roda e triângulo 5. Desgaste uniforme dos pneus
	() INSATISFATÓRIO	
CONDIÇÕES GERAIS DE ITENS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO	() SATISFATÓRIO	Verificar: 1. Faróis (baixa e alta) 2. Lanternas dianteiras e traseiras 3. Luz de freio 4. Luz de ré 5. Pisca-alerta 6. Setas 7. Luz de placa 8. Luz interna
	() INSATISFATÓRIO	
CONDIÇÕES GERAIS DE ITENS INTERNOS E FUNCIONALIDADES	() SATISFATÓRIO	Verificar: 1. Painel de instrumentos (todos os indicadores funcionando) 2. Tomada 3. Ar-condicionado/aquecedor 4. Rádio/som multimídia (se houver) 5. Limpadores e lavadores de para-brisa 6. Bancos (ajustes, revestimento e estado) 7. Cintos de segurança (todos funcionando) 8. Porta-luvas, tapetes, forros de porta Chave reserva
	() INSATISFATÓRIO	
ITENS DE SEGURANÇA	() SATISFATÓRIO	Verificar: 1. Triângulo de segurança 2. Extintor de incêndio (somente para caminhão) 3. Macaco e chave de roda
	() INSATISFATÓRIO	
POSSUI INSULFILM	() SATISFATÓRIO	
	() INSATISFATÓRIO	
PADRONIZAÇÃO VISUAL	() SATISFATÓRIO	
	() INSATISFATÓRIO	

LIMPEZA EXTERNA	() SATISFATÓRIO	
	() INSATISFATÓRIO	
LIMPEZA INTERNA	() SATISFATÓRIO	
	() INSATISFATÓRIO	
OBSERVAÇÃO: <i>(especificar itens insatisfatório)</i>		
RESPONSÁVEL PELA VISTORIA/CARGO		
PREPOSTO DA CONTRATDA/CARGO		

CHECK LIST DE VISTORIA INICIAL MOTOCICLETA		
Vistoria realizada em ____ / ____ / ____		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS		
CONTRATADA:		
MODELO DO VEÍCULO:		
PLACA:		
KM ATUAL:		
COR:		
CILINDRADA:		
TIPO DE COMBUSTÍVEL:		
ANO DE FABRICAÇÃO:		
NÚMERO DO CHASSI:		
RENAVAM:		
DESCRIÇÃO DO ITEM	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO DO ITEM
CERTIFICADO DE REGISTRO DE LICENCIAMENTO DO VEÍCULO - CRLV	() SATISFATÓRIO	Verificar se veículo está com documentação regular e licenciado no município do Rio de Janeiro
	() INSATISFATÓRIO	
CERTIFICADO DE REGISTRO DO VEÍCULO - CRV	() SATISFATÓRIO	Verificar se veículo está registrado nome da pessoa jurídica CONTRATADA.
	() INSATISFATÓRIO	
SEGURO VEICULAR	() SATISFATÓRIO	Verificar apólice de seguro ou documento similar. Verificar se está disponível junto a documentação a informação de contato da seguradora em caso de sinistro.
	() INSATISFATÓRIO	
DECLARAÇÃO DE NADA CONSTA DO VEÍCULO	() SATISFATÓRIO	Verificar se veículos possui multas.
	() INSATISFATÓRIO	
CONDIÇÕES GERAIS DA CARENAGEM E PINTURA	() SATISFATÓRIO	Verificar: 1. Para-lamas (dianteiro e traseiro) 2. Tanque de combustível 3. Laterais/carenagens 4. Assento 5. Quadro 6. Riscos, amassados, trincas, ferrugem ou avarias (registrar localização e extensão)
	() INSATISFATÓRIO	

CONDIÇÕES GERAIS DE PNEUS, RODAS E SUSPENSÃO	() SATISFATÓRIO	Verificar: 1. Pneus dianteiro e traseiro (estado e desgaste) 2. Roda dianteira e traseira (amassada, empenada, trincada) 3. Suspensão dianteira (bengalas) 4. Suspensão traseira (amortecedores) 5. Calibragem e uniformidade dos pneus
	() INSATISFATÓRIO	
CONDIÇÕES GERAIS DE ITENS DE ILUMINAÇÃO E ELÉTRICA	() SATISFATÓRIO	Verificar: 1. Farol dianteiro (alta e baixa) 2. Sinalização (setas, luz de freio, faróis) 3. Lanternas traseiras 4. Luz de freio (acionamento no manete e pedal) 5. Pisca-pisca (dianteiros e traseiros) 6. Painel (velocímetro, hodômetro, luzes de advertência) 7. Buzina 8. Partida elétrica 9. Interruptores e comandos elétricos
	() INSATISFATÓRIO	
CONDIÇÕES GERAIS DO SISTEMA MECÂNICO E DE TRANSMISSÃO	() SATISFATÓRIO	Verificar: 1. Nível e estado do óleo do motor 2. Vazamentos visíveis (óleo, combustível, fluídos) 3. Corrente ou correia (tensão e lubrificação) 4. Pedaleiras (condição e fixação) 5. Embreagem (funcionamento) 6. Freio dianteiro (estado e funcionamento) 7. Freio traseiro (estado e funcionamento) 8. Estado do escapamento
	() INSATISFATÓRIO	
ITENS DE SEGURANÇA	() SATISFATÓRIO	Verificar: Retrovisores (esquerdo e direito)
	() INSATISFATÓRIO	
POSSUI INSULFILM	() SATISFATÓRIO	
	() INSATISFATÓRIO	
PADRONIZAÇÃO VISUAL	() SATISFATÓRIO	
	() INSATISFATÓRIO	
LIMPEZA	() SATISFATÓRIO	
	() INSATISFATÓRIO	
BAÚ DE CARGA	() SATISFATÓRIO	Verificar: Baú de Carga: de 135 lts Dimensão: 60cm x 60cm
	() INSATISFATÓRIO	

OBSERVAÇÃO: *(especificar itens insatisfatório)*

RESPONSÁVEL PELA
VISTORIA/CARGO

PREPOSTO DA
CONTRATADA/CARGO

CHECK LIST DE VISTORIA INICIAL CAMINHÃO/FURGÃO		
Vistoria realizada em ____ / ____ / ____		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS		
MODELO DO VEÍCULO:		
PLACA:		
KM ATUAL:		
COR:		
CILINDRADA:		
TIPO DE COMBUSTÍVEL:		
ANO DE FABRICAÇÃO:		
NÚMERO DO CHASSI:		
RENAVAM:		
DESCRIÇÃO DO ITEM	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO DO ITEM
CERTIFICADO DE REGISTRO DE LICENCIAMENTO DO VEÍCULO - CRLV	() SATISFATÓRIO	Verificar se veículo está com documentação regular e licenciado no município do Rio de Janeiro
	() INSATISFATÓRIO	
CERTIFICADO DE REGISTRO DO VEÍCULO - CRV	() SATISFATÓRIO	Verificar se veículo está registrado nome da pessoa jurídica CONTRATADA.
	() INSATISFATÓRIO	
SEGURO VEICULAR	() SATISFATÓRIO	Verificar apólice de seguro ou documento similar. Verificar se está disponível junto a documentação a informação de contato da seguradora em caso de sinistro.
	() INSATISFATÓRIO	
DECLARAÇÃO DE NADA CONSTA DO VEÍCULO	() SATISFATÓRIO	Verificar se veículos possui multas.
	() INSATISFATÓRIO	
CONDIÇÕES GERAIS DE CABINE E ESTRUTURA	() SATISFATÓRIO	Verificar: 1. Pintura geral 2. Para-choques (dianteiro e traseiro) 3. Portas da cabine (alinhamento e funcionamento) 4. Para-lamas 5. Degraus de acesso 6. Espelhos retrovisores (convencionais e auxiliares) 7. Para-brisa e vidros laterais 8. Trincas, arranhões, amassados ou corrosão (registrar localização e extensão)
	() INSATISFATÓRIO	
CONDIÇÕES GERAIS DA CAÇAMBA/BAÚ	() SATISFATÓRIO	Verificar: 1. Estrutura metálica (oxidação, amassados, soldas) 2. Fechamento e travamento das portas 3. Piso interno (danos, rachaduras, desgaste) 4. Funcionamento da plataforma hidráulica
	() INSATISFATÓRIO	

CONDIÇÕES GERAIS DE PNEUS, RODAS E SUSPENSÃO	() SATISFATÓRIO	Verificar: 1. Pneus dianteiros e traseiros (estado e desgaste) 2. Estepe (condição e presença) 3. Rodas (trincadas, amassadas ou desgastadas) 4. Suspensão dianteira e traseira 5. Nivelamento da suspensão 6. Sistema de molas e amortecedores
	() INSATISFATÓRIO	
CONDIÇÕES GERAIS DE ITENS DE ILUMINAÇÃO E ELÉTRICA	() SATISFATÓRIO	Verificar: 1. Farol dianteiro (alta e baixa) 2. Sinalização (setas, luz de freio, faróis) 3. Lanternas traseiras 4. Luz de freio (acionamento no manete e pedal) 5. Pisca-pisca (dianteiros e traseiros) 6. Painel (velocímetro, hodômetro, luzes de advertência) 7. Buzina 8. Partida elétrica 9. Interruptores e comandos elétricos
	() INSATISFATÓRIO	
CONDIÇÕES GERAIS DO SISTEMA MECÂNICO E DE TRANSMISSÃO	() SATISFATÓRIO	Verificar: 1. Faróis (baixa e alta) 2. Lanternas traseiras e laterais 3. Luzes de freio 4. Luz de ré 5. Indicadores de direção (setas) 6. Luz de placa 7. Refletores e faixas refletivas 8. Funcionamento de pisca-alerta
	() INSATISFATÓRIO	
CONDIÇÕES GERAIS DOS ITENS INTERNOS DE CONDUÇÃO	() SATISFATÓRIO	Verificar: 1. Bancos (ajuste e conservação) 2. Cintos de segurança 3. Painel de instrumentos (todos os indicadores e luzes) 4. Ar-condicionado e ventilação 5. Limpadores e lavadores de para-brisa Buzina
	() INSATISFATÓRIO	
CONDIÇÕES GERAIS DO SISTEMA MECÂNICO E DE TRANSMISSÃO	() SATISFATÓRIO	Verificar: 1. Motor (ruídos, vazamentos, funcionamento) 2. Sistema de embreagem 3. Caixa de marchas (troca e resposta) 4. Freios (dianteiro, traseiro e de estacionamento) 5. Direção (hidráulica, elétrica, folgas) 6. Vazamentos de óleo, diesel ou outros fluidos
	() INSATISFATÓRIO	

ITENS DE SEGURANÇA	() SATISFATÓRIO	Verificar: 1. Triângulo de segurança 2. Extintor de incêndio (válido e em bom estado) 3. Chave de roda e macaco compatíveis 4. Kit de ferramentas básicas 5. Chave reserva
	() INSATISFATÓRIO	
POSSUI INSULFILM	() SATISFATÓRIO	
	() INSATISFATÓRIO	
PADRONIZAÇÃO VISUAL	() SATISFATÓRIO	
	() INSATISFATÓRIO	
LIMPEZA	() SATISFATÓRIO	
	() INSATISFATÓRIO	
OBSERVAÇÃO: <i>(especificar itens insatisfatório)</i>		
RESPONSÁVEL PELA VISTORIA/CARGO		
PREPOSTO DA CONTRATADA/CARGO		

ANEXO V
LOCAIS DE PARQUEAMENTO/PERNOITE

RIOSAUDE	
UNIDADE DE ATENDIMENTO	ENDEREÇO
Hospital Municipal Ronaldo Gazolla	Avenida Pastor Martin Luther King Jr, nº 10.976, bairro Acari, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21531-010
Hospital do Andaraí	Rua Leopoldo nº 45, Andaraí, CEP 20541-170
Complexo Regulador	Praça da República, 111 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20211-340
Serviço de Agente de Portaria Acolhedor	Rua Afonso Cavalcanti nº 455, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ
Unidade de Pronto Atendimento - UPA Rocha Miranda	Estr. do Barro Vermelho, s/ne - Rocha Miranda, Rio de Janeiro - RJ, 21540-500
Unidade de Pronto Atendimento – UPA João XXIII	Avenida João XXIII, s/nº (em frente ao CIEP Papa João XXIII) - Santa Cruz, Rio de Janeiro - RJ.
Unidade de Pronto Atendimento – UPA Sepetiba	Rua José Fernandes, s/nº - Alagados – Sepetiba, Rio de Janeiro – RJ.
Unidade de Pronto Atendimento – UPA Magalhães Bastos	Estrada Manuel Nogueira de Sá, S/N - Realengo, Rio de Janeiro - RJ
Unidade de Pronto Atendimento - UPA Engenho de Dentro	R. Bernardo - Engenho de Dentro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20745-270
Unidade de Pronto Atendimento - UPA Del Castilho	Estrada Adhemar Bebiano, 339 - Del Castilho, Rio de Janeiro - RJ, 21050-454
Centro de Emergência Regional - CER Barra da Tijuca	Av. Ayrton Senna, 2000 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro -RJ,22775-003
Sede Administrativa	Rua Dona Mariana, 48 - Botafogo, Rio de Janeiro - RJ, 22270-001

RIOTOUR
ENDEREÇO
Av. Salvador de Sá, s/nº - Passarela do Samba - Setor 11 - Divisão de Transportes - Cidade Nova – Rio de Janeiro – RJ - CEP 20211-260

RIOSAUDE
ENDEREÇO
Rua Dom Marcos Barbosa, nº 02 - Cidade Nova - Rio de Janeiro – RJ - CEP 20.211-178

ANEXO VI
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

A Empresa deverá apresentar juntamente com a proposta comercial os documentos, listados abaixo, para avaliação do setor competente, e possível contratação com esta Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAUDE.

Itens	Documentos	Sim	Não	Págs.	Emitida	Validade
1	Contrato Social e Alteração Contratual					
2	CNPJ					
3	Identidade do Representante					
4	CPF do Representante					
5	Certidão Negativa de Dívida Ativa da União					
6	Certidão negativa de débito referente ao FGTS					
7	Certidão Negativa de Dívida Ativa do Estado					
8	Certidão Negativa de Dívida Ativa do Município					
9	Certidão Negativa de Débitos – ISS (Municipal) ou que está isenta					
10	Certidão Negativa de Débitos – ICMS (Estadual) ou que está isenta					
11	Certidão de Regularidade Fiscal Imobiliária (IPTU) do Município da CONTRATADA relativa ao imóvel da sede se for à proprietária					
12	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas					
13	Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro ou Declaração firmada pela CONTRATADA de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre e de que não emprega menor de dezesesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante Decreto Municipal nº 23.445/03.					

Obs.: Nos casos em que os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização deste certame.

ANEXO VII
PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇO

A EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO SA

Ref. ao Processo nº

A empresa (razão social da licitante), inscrita no CNPJ n.º ____/____/____, com sede na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) (nome do representante Legal), infra-assinado, para os fins de prestação de serviço, apresenta a seguinte proposta de preço:

LOTE 1					
ÓRGÃO	VEICULOS /MODELO	QUANTIDADE (UNIDADES)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL PARA 36 MESES (R\$)
		(A)	(B)	(C=A*B)	(D=C*36)
RIOSAUDE	Automóvel modelo Sedan Modelo: _____	20			
	Minivans – veículos com sete Lugares Modelo: _____	2			
	Motocicleta Modelo: _____	2			
	Verba Variável	24	R\$ 500,00	R\$ 12.000,00	R\$ 432.000,00
VALOR GLOBAL RIOSAUDE (R\$)					
RIOTOUR	Automóvel modelo Sedan Modelo: _____	8			
	Verba Variável	8	R\$ 500,00	R\$ 4.000,00	R\$ 144.000,00
VALOR GLOBAL RIOTOUR (R\$)					
MULTIRIO	Automóvel modelo Sedan Modelo: _____	1			
	Minivans – veículos com sete Lugares Modelo: _____	1			
	Verba Variável	2	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00	R\$ 36.000,00
VALOR GLOBAL MULTIRIO (R\$)					
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO (R\$)					

NOTA:

- 1- A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto; assim, não será considerada qualquer reivindicação adicional de pagamento e/ou a alegação de desconhecimento atinentes ao Termo de Referência.
- 2- O valor da verba variável não poderá ser alterado pelas Licitantes interessadas quando do envio das propostas, tratando-se de custo máximo previamente fixado pela RIOSAUDE.
- 3- O valor global da contratação do lote 1 é a soma dos valores globais da RIOSAUDE, RIOTOUR E MULTIRIO.

Ou

LOTE 2 (exclusivo da RIOSAUDE)				
VEICULOS /MODELO	QUANTIDADE (UNIDADES)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL PARA 36 MESES (R\$)
	(A)	(B)	(C=A*B)	(D=C*36)
Furgão para pequenas cargas Modelo: _____	05			
Caminhão Baú Pequeno VUC Modelo: _____	04			
Caminhão Baú Médio Modelo: _____	01			
Verba Variável	10	R\$ 500,00	R\$ 5.000,00	R\$ 180.000,00
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO (R\$)				

Notas:

- 1- A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto; assim, não será considerada qualquer reivindicação adicional de pagamento e/ou a alegação de desconhecimento atinentes ao Termo de Referência.
- 2- O valor da verba variável não poderá ser alterado pelas Licitantes interessadas quando do envio das propostas, tratando-se de custo máximo previamente fixado pela RIOSAUDE.

Valor total por extenso:

Validade da Proposta:

Prazo para início do serviço:

Telefone:

E-mail:

Banco:

Agência:

Nº da Conta Corrente:

Ciente e de acordo com os termos estabelecidos no Edital e seus Anexos.

_____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do representante legal**Observação: A proposta deverá ser em papel timbrado da empresa.**

ANEXO VIII

ATESTADO DE VISTORIA

1. Caso a empresa opte por realizar a vistoria técnica, deverá preencher declaração, seguindo o modelo abaixo:

Em atendimento à previsão legal contida no art. 105, §5º, inciso VI do REGLIC, _____ [nome completo do representante legal da empresa], DECLARO que o(a) Sr(a). _____ [nome completo do profissional indicado da empresa], profissional indicado por essa empresa, realizou visita para fins de vistoria técnica ao _____ [local ou equipamento visitado], acompanhado do respectivo responsável, tendo tomado ciência de todas as condições locais para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nº ____/____, as quais serão consideradas quando da elaboração da proposta que vier a ser apresentada.

() Declaro para os fins a que se destina, que obtive as imagens das instalações/equipamentos da Unidade _____, para utilização única e exclusiva de formalização de planilha de custo para participação do processo licitatório cujo objeto é _____ (inserir o serviço que será contratado), estando ciente que a utilização de modo adverso das imagens obtidas ao fim que se destinam sujeitará esta empresa às sanções previstas em lei

() Não foi realizada captação de imagens das instalações/equipamentos da Unidade _____.

Data da Visita: ____/____/____

CNPJ da Empresa: _____

Nome da Empresa: _____

Representante da Empresa:

Nome _____
Cargo / função: _____
Assinatura: _____

Representante da RIOSAUDE:

Nome: _____
Cargo / função: _____
Assinatura: _____

(*) O representante da empresa deverá apresentar-se devidamente munido de procuração que lhe outorgue poderes para proceder à visita técnica.

2. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria técnica, deverá preencher atestado de vistoria técnica, seguindo o modelo abaixo:

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA TÉCNICA

Em atendimento à previsão legal contida no art. 105, §5º, inciso VI do REGLIC, declaramos que, renunciamos à visita para fins de vistoria técnica a _____ [local ou equipamento visitado]. Assim sendo, assumimos total responsabilidade por este fato, comprometendo a não utilizar deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avanços técnicos ou financeiras com a CONTRATANTE, para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nº / , as quais serão consideradas quando da elaboração da proposta que vier a ser apresentada.

_____, ____ de _____ de 202__.

(assinatura do responsável técnico da empresa)

Nome do Responsável Técnico da Empresa

ANEXO IX

MAPA DE RISCO

MAPA DE RISCO INERENTES À CONTRATAÇÃO									
1 - INFORMAÇÃO DO PROCESSO:									
Objeto: LOCAÇÃO DE VEÍCULO									
2 – FASE DE ANÁLISE:									
(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (x) Gestão do Contrato									
3 – MAPEAMENTO DOS RISCOS:									
Risco 01: Entrega atrasada dos veículos no início ou durante o contrato									
Probabilidade (P): Média			Impacto (I): Alto						
Classificação do Risco (P x I) SCORE: 40				RB		RM	x	RA	RE
Danos: Interrupção de atividades, prejuízo à execução de serviços públicos									
Ação Preventiva: Envio de Carta com a frota que será disponibilizada no ato da assinatura do contrato.						Responsável: CONTRATANTE			
Ação de Contingência: Aplicação de ocorrência no Acordo de nível de serviço e/ou sanções contratuais.						Responsável: CONTRATANTE			
Risco 02: Veículos em condições inadequadas									
Probabilidade (P): Média			Impacto (I): Alto						
Classificação do Risco (P x I) SCORE: 40				RB		RM	x	RA	RE
Danos: Risco à segurança, redução de desempenho, parada de atividades.									
Ação Preventiva: Exigir idade e quilometragem máxima da frota. Inspeções técnicas periódicas da frota para. Realização das manutenções preventivas regulares e cumprimento do cronograma de lavagens.						Responsável: CONTRATADA CONTRATANTE			
Ação de Contingência: Solicitação de substituição imediata; Aplicação de ocorrência no Acordo de nível de serviço e/ou sanções contratuais;						Responsável: CONTRATANTE			
Risco 03: Documentação irregular dos veículos									
Probabilidade (P): Baixa			Impacto (I): Alto						
Classificação do Risco (P x I) SCORE: 16				RB	x	RM		RA	RE
Danos: Responsabilidade jurídica e administrativa; autuações.									
Ação Preventiva: Exigir apresentação documental completa na entrega; conferência periódica.						Responsável: CONTRATANTE			
Ação de Contingência: Substituição imediata do veículo por um com documentação regularizada. Aplicação de ocorrência no Acordo de nível de serviço e/ou sanções contratuais.						Responsável: CONTRATADA CONTRATANTE			

Risco 04: Falha na substituição de veículos com defeito									
Probabilidade (P):		Média		Impacto (I):		Médio			
Classificação do Risco (P x I) SCORE: 16			RB	X	RM		RA		RE
Danos: Paralisação de atividades									
Ação Preventiva: Cláusula contratual com prazo máximo de substituição; exigência de frota reserva.					Responsável: CONTRATANTE				
Ação de Contingência: Solicitação formal de substituição; Aplicação de ocorrência no Acordo de nível de serviço e/ou sanções contratuais.					Responsável: CONTRATANTE				
Risco 05: Acidentes com os veículos									
Probabilidade (P):		Média		Impacto (I):		Alta			
Classificação do Risco (P x I) SCORE: 25			RB	X	RM		RA		RE
Danos: Danos materiais e físicos; prejuízos à imagem									
Ação Preventiva: Treinamento obrigatório para motoristas; manutenção preventiva. Cláusula contratual com contratação do seguro automotivo.					Responsável: CONTRATANTE				
Ação de Contingência: Acionamento de seguro e substituição imediata do veículo.					Responsável: CONTRATADA				

Legenda:

Riscos - Eventos incertos que, se ocorrerem, afetam a realização dos objetivos da contratação;

Probabilidade (P)— Chances de algo não sair conforme o planejado

Impacto (I)— Consequência e intensidade caso o dano (decorrente do risco) ocorra

Pontuação ou Score (P x I) – Cálculo da probabilidade x impacto;

Classificação de Risco – Nível do risco, encontrado após o resultado do cálculo da sua probabilidade e impacto.

Poderá ser baixo, médio, alto e elevado;

Ação Preventiva – Ação/resposta mais adequada para prevenir do risco;

Danos –Dano(s) decorrente(s) do risco mencionado e de seu impacto;

Ação de Contingência – Ação para resolução do dano provocado, que deverá ser feita para saná-lo.

PROBABILIDADE	MUITO ALTA	10	10 RM	20 RM	50 RA	80 RE	100 RE
	ALTA	8	8 RB	16 RM	40 RA	64 RA	80 RE
	MÉDIA	5	5 RB	10 RM	25 RM	40 RA	80 RA
	BAIXA	2	2 RB	4 RB	10 RM	16 RM	20 RM
	MUITO BAIXA	1	1 RB	2 RB	5 RB	8 RB	10 RM
			1	2	5	8	10
			MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
			IMPACTO				

- Escala de Classificação de Risco:

RB (Risco Baixo)	RM (Risco Médio)	RA (Risco Alto)	RE (Risco Elevado)
0-9,99	10-39,99	40-79,99	80-100

Probabilidade	Descrição dos critérios de probabilidade
Muito baixa	Não é provável que aconteça
Baixa	Pode ser que ocorra uma vez dentro de um ano
Média	Pode ser que ocorra mais de uma vez dentro de um ano
Alta	Pode ser que ocorra mensalmente
Muito alta	Pode ser que ocorra semanalmente

Impacto	Descrição dos critérios de impacto
Muito baixo	Os riscos possuem consequências pouco significativas
Baixo	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com custos pouco significativos
Médio	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com custos baixos
Alto	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com custos altos
Muito alto	Os riscos possuem consequências irreversíveis ou com custos inviáveis

ANEXO II**(MODELO)****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____****PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP- [RIOSAUDE] Nº
90056/2026****VALIDADE: ____/____/____**

A Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAUDE, situada à Rua Dona Mariana, nº 48, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, nos termos das normas de caráter geral da Lei Federal nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 44.698/2018, e pela Lei Federal nº 14.133/2021 referente ao pregão eletrônico, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 51.078/2022, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/1990, pelo Regulamento Geral do Código supracitado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/1981, e suas alterações, e pelos Decretos Municipais 27.715/2007, 31.349/2009, 49.415/2021 e 51.260/2022 e, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Privado, pelas normas de direito penal contidas nos artigos 337-E e – 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), pelas regras constantes no Regulamento de Licitações e Contratos da RIOSAUDE – REGLIC, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – RIOSAUDE Nº 90056/2026, realizado por meio do processo administrativo nº RSU-PRO-2025/10936 – 99/023.485/2025 , homologado em _____ e publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de ____/____/____, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada no serviço de locação de veículos automotores, sem motorista, sem combustível, em perfeitas condições de uso, devidamente licenciados e com seguro, para atender às necessidades da frota de veículos da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAUDE para atender às empresas públicas e sociedades de economia mista da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – PCRJ que se interessarem, consoante o disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – [RIOSAUDE] Nº 90056/2026 e/ou no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	
EMPRESA		PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
REPRESENTANTE LEGAL:			
CPF:			
RG:			

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município – D.O. RIO, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal de Compras da Prefeitura do Rio de Janeiro (E-Compras Rio).

Parágrafo Primeiro – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

Parágrafo Segundo – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo de vigência de 1 (um) ano da ata, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Quarto – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no arts. 66 a 75 do REGLIC.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Execução correspondente.

Parágrafo Único – Cada Ordem de Execução conterá, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do serviço;
- c) o local de execução e hora;

- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;
- g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à empresa beneficiária após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto no Decreto Municipal nº 52.100/2023, e no calendário de pagamentos aos fornecedores e prestadores de serviços que estiver vigente, em até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da RIOSAUDE, condicionado à respectiva aceitação definitiva do objeto.

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período–base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor competente da RIOSAUDE.

Parágrafo Terceiro – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviço(s) efetivamente executados e aceitos no período–base mencionado no parágrafo primeiro, sem que a RIOSAUDE esteja obrigada a pagar o valor total do Contrato, caso todo o quantitativo do objeto não tenha sido regularmente executado e aceito.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da RIOSAUDE e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta

corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A execução do objeto obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas a fornecer à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos serviços e/ou publicação dos preços registrados no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO.

Parágrafo Terceiro – A prestação dos serviços será precedida de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário “ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO”, que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo I), para execução no local indicado.

Parágrafo Quarto – A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da “ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO”, devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.

Parágrafo Quinto – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Sexto – Como condição para a execução dos serviços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Sétimo – No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Oitavo – A aceitação dos serviços pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Nono – A Administração poderá exigir amostra/prova de conceito no período de vigência da Ata de Registro de Preços, caso previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

Parágrafo Décimo – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Décimo Primeiro – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa das licitantes vencedoras em assinar a presente Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 21.5 do Edital, sujeitando-as às penalidades previstas no parágrafo terceiro desta Cláusula.

Parágrafo Primeiro – Em razão das condutas previstas no item 24 do Edital, a RIOSAUDE poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 83 da Lei Federal nº 13.303/2016:

- (a) **Advertência;**
- (b) **Multa;**
- (c) **Suspensão dos direitos de participar dos procedimentos para licitação e de contratar com a RIOSAUDE pelo prazo de até 02 (dois) anos.**

Parágrafo Segundo – O procedimento de aplicação de sanções deverá observar o disposto nos artigos 165 a 168 do REGLIC.

Parágrafo Terceiro – A aplicação das sanções de multa observará os seguintes parâmetros, nos termos do art. 161 e 162, do REGLIC:

- 1) Multa moratória de até 0,2% (dois décimos por cento) por dia, sobre o valor da contratação em caso de atraso na execução, limitada a incidência a 30 (trinta) dias;**

2) Multa moratória de até 0,3 (três décimos por cento) por dia sobre o valor da contratação em caso de atraso na execução, por período superior ao previsto no item anterior.

3) Após 45 (quarenta e cinco) dias de atraso, será considerada a inexecução parcial ou total do objeto contratual, hipótese em que poderá ser realizada a rescisão do contrato ou cancelamento da nota de empenho ou outro instrumento equivalente, por ato unilateral da RIOSAUDE, ou acordo entre as partes, nos termos dos artigos 156, incisos III e IV e 161, §1º, do REGLIC, sem prejuízo da aplicação da multa moratória e da possibilidade de rescisão ou cancelamento da nota de empenho ou outro instrumento equivalente por atraso em prazo inferior.

4) Multa sancionatória equivalente a até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor da contratação, por cláusula contratual descumprida, quando constatadas irregularidades de média gravidade ou baixa gravidade em caráter reiterado;

5) Multa sancionatória equivalente a até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, pela inexecução parcial do contrato, pela inexecução parcial do contrato, quando constatadas irregularidades de alta gravidade;

6) Multa sancionatória equivalente a até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, pela inexecução total do contrato;

7) O descumprimento parcial ou integral de disposições estabelecidas no Termo de Referência, Projeto Básico e/ou contrato serão considerados inadimplementos suscetíveis de multa proporcionais.

8) A critério dos servidores responsáveis pela aplicação da multa, mediante justificativa, também poderão ser utilizadas como base de cálculo para a aplicação da multa, o valor da parcela, o valor do saldo não atendido do contrato, o valor do empenho, ou o valor da obrigação inadimplida.

9) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

Parágrafo Quarto – As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme art. 83, § 2º da Lei 13.303/2016 e art. 167, inciso IV do REGLIC, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Quinto – O prazo para a resposta à Notificação formal ao interessado, informando das medidas a serem tomadas para regularização da execução do objeto será de, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas, no caso de serviço essencial que não possa ficar descoberto, na forma do art. 167, §1º, do REGLIC.

Parágrafo Sexto – As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista na alínea “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato, na forma dos arts. 157 e 158 do REGLIC, ou de cancelamento da nota de empenho ou instrumento equivalente já emitido em relação à parcela do objeto não executada.

Parágrafo Sétimo – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Oitavo – As multas aplicadas poderão ser compensadas imediatamente com valores devidos à CONTRATADA, autorizando a contratada a realização dos descontos pertinentes a fim de realizar o pagamento da multa, sendo a autorização prevista no art. 164, §1º, do REGLIC conferida com a participação no certame.

Parágrafo Nono – As multas aplicadas deverão ser executadas observando a seguinte ordem de preferência:

- a) quitação do valor da penalidade mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela RIOSAUDE no ato da notificação para pagamento, no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogáveis, justificadamente, contados da data de notificação;
- b) desconto dos pagamentos eventualmente devidos à contratada, ainda que de outras contratações com o Contratado;
- c) desconto da garantia prestada no respectivo contrato e;
- d) procedimento judicial.

Parágrafo Décimo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro – Se a multa aplicada for superior ao valor de pagamento eventualmente devido pela RIOSAUDE à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, cabendo à Contratada arcar com as custas processuais e honorários advocatícios.

Parágrafo Décimo Segundo – A RIOSAUDE suspenderá os pagamentos devidos ao Contratado até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da RIOSAUDE, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo Terceiro – As hipóteses previstas nos parágrafos oitavo e décimo segundo estão condicionadas à previa notificação da Contratada para se manifestar a respeito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, preferencialmente por meio eletrônico com confirmação de recebimento, a fim de lhe assegurar o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Décimo Quarto – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Quinto – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Parágrafo Décimo Sexto – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a” e “b” do caput desta Cláusula é da competência da Diretoria de Administração e Finanças, e da alínea “c” do caput desta Cláusula da Presidência da RIOSAUDE.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo da prestação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços, observado o procedimento regulamentado pelo Decreto Rio nº 36.665, de 1º de janeiro de 2013.

Parágrafo Segundo – Observado o disposto no parágrafo primeiro, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
- c) convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Terceiro – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;

b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quarto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Quinto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

a) pelo decurso do prazo de vigência;

b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;

c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;

e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sexto – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da RIOSAUDE:

a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;

d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção de inidoneidade aplicada pela Administração Pública Municipal;

g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela RIOSAUDE;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Oitavo – Na hipótese prevista no parágrafo sétimo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo mínimo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Nono – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização da contratação de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

Parágrafo Décimo – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

Parágrafo Décimo Primeiro – Não será concedida a revisão dos preços registrados aos pedidos de fornecimento já emitidos pela Contratante.

Parágrafo Décimo Segundo – Os preços registrados poderão ser reajustados nos termos da Cláusula Oitava.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

Somente ocorrerá o reajustamento dos preços registrados em Ata de Registro de Preços decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado a que a proposta se referir. O reajuste deverá observar o previsto nos arts. 127 a 129, e 132 do REGLIC.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos termos do art. 127 do REGLIC, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário da Ata;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao do Orçamento estimado da contratação;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto nesta Ata de Registro de Preços seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – O reajuste não será concedido automaticamente, dependendo de requerimento do interessado.

Parágrafo Quarto – Após decorridos 12 (doze) meses da apresentação do orçamento da contratação, o fornecedor terá direito à concessão de reajuste, mediante requerimento devidamente datado e assinado, acompanhado da respectiva memória de cálculo com os novos valores.

Parágrafo Quinto – Considera-se realizado o requerimento pelo interessado, por meio de:

I – Solicitação expressa de reajuste, por escrito, acompanhada da respectiva memória de cálculo com os novos valores, datada e assinada pelo responsável;

II – Apresentação de proposta para a prorrogação da Ata, na qual conste memória de cálculo com os novos valores, datada e assinada pelo responsável.

Parágrafo Sexto – A memória de cálculo deverá apresentar o índice de reajuste e o percentual utilizado para a obtenção dos novos valores cobrados.

Parágrafo Sétimo – As solicitações de reajustes a que o fornecedor fizer jus serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação da Ata ou com o encerramento da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Oitavo – Os efeitos do reajuste retroagem à data da ocorrência da anualidade, desde que o requerimento referido no parágrafo quarto seja apresentado em até 60 (sessenta) dias da

publicação do índice ajustado, e ultrapassado esse prazo, serão concedidos a partir da solicitação, sem prejuízo do previsto no parágrafo sétimo.

Parágrafo Nono – Caso a prorrogação ou o encerramento da Ata ocorra antes da divulgação do índice de reajuste, o fornecedor, sob pena de preclusão, deverá ressaltar expressamente, e por escrito, o seu direito ao reajuste, anteriormente à formalização da prorrogação ou do término da Ata, cabendo solicitar o reajuste na forma do parágrafo quinto, após a sua divulgação do índice, observado o disposto no parágrafo oitavo.

Parágrafo Décimo – Se entre a data da apresentação do orçamento no certame licitatório e a assinatura da Ata decorrer tempo superior a 12 (doze) meses, e o fornecedor apresentar solicitação para concessão de reajuste referente a tal período, será cabível a concessão do reajuste, apenas se demonstrada a vantajosidade de tal concessão em detrimento de nova licitação.

Parágrafo Décimo Primeiro – A concessão do reajuste deverá levar em conta eventual revisão realizada, efetuando-se as devidas compensações.

CLÁUSULA NONA – FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – [RIOSAUDE] Nº 90056/2026 e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em ____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Autoridade Competente
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO III

(MODELO)

**ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO – OES Nº ____/____ REF. ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº ____/____**

À

EMPRESA:		
ENDEREÇO:		
CNPJ:	TELEFONE:	TELEFONE:
Nº DO BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE:

Solicitamos à Vossa Senhoria prestar os serviços abaixo discriminados observadas as especificações constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE – RP – RIOSAUDE Nº 90056/2026 e/ou do Termo de Referência e da sua Proposta de Preços, constante do Processo Administrativo nº RSU-PRO-2025/10936 – 99/023.485/2025 de 01/09/2025, após a autorização da RIOSAUDE.

1. OBJETO

O objeto da presente ordem de execução é a contratação empresa especializada no serviço de locação de veículos automotores, sem motorista, sem combustível, em perfeitas condições de uso, devidamente licenciados e com seguro, para atender às necessidades da frota de veículos da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAUDE, conforme as especificações constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PE – RP – RIOSAUDE Nº 90056/2026 e/ou do Termo de Referência.

2. EXECUÇÃO

O serviço deverá ser prestado à RIOSAUDE pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a partir do dia ____/____/____.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I. Prestar os serviços de acordo com todas as exigências no Termo de Referência e na Proposta;

II. Refazer o serviço, no prazo previamente estipulado e sem qualquer ônus para o Requiritante, caso seja constatada a ocorrência de desconformidades com as especificações contidas no Edital e/ou no Termo de Referência;

III. Atender às determinações e exigências formuladas pelo Requisitante;

IV. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução deste instrumento;

V. Observar as demais condições contratuais constantes do Termo de Referência e do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PE – RP – RIOSAUDE Nº 90056/2026 para o perfeito cumprimento deste instrumento.

4. DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, arts. 143 a 146 do REGLIC e no Decreto Municipal nº 52.100/2023, e do calendário de pagamentos aos fornecedores e prestadores de serviços que estiver vigente, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da RIOSAUDE, condicionado à respectiva aceitação definitiva do objeto.

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor competente da RIOSAUDE.

Parágrafo Terceiro – O pagamento à empresa beneficiária será realizado em razão do(s) serviços efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro, sem que a RIOSAUDE esteja obrigada a pagar o valor total do Contrato caso todo o objeto previsto na cláusula segunda não tenha sido regularmente entregue e aceito.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção

monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da RIOSAUDE e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram e complementam a presente Ordem de Execução de Serviço, o Termo de Referência e a Proposta de Preços relativos ao PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE – RP – RIOSAUDE Nº 90056/2026.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Agente Público competente da RIOSAUDE
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

AQUIESCÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Ratifico que o serviço solicitado pelo requisitante se encontra em consonância com a expectativa (máxima) de execução informada pelo Órgão Participante.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Agente Público competente do Órgão Gerenciador
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO IV MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO SA

Ref. ao Processo nº

A empresa (razão social da licitante), inscrita no CNPJ nº ____/____/____, com sede na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) (nome do representante Legal), infra-assinado, para os fins de prestação de serviço, apresenta a seguinte proposta de preço:

Nome do Órgão:				Pregão Eletrônico nº 90056/2026		CNPJ:	
Razão Social				Email:			
Endereço:				Telefone:		Fax:	
Banco:		Agência:		Conta corrente:			
Item	Código do serviço	Descrição Detalhada	U/S	Quantidade (A)	Preço unitário (R\$) (B)	Preço mensal (R\$) (C=A*B)	Preço total (36 meses) (R\$) (D=C*36)
LOTE 1 (AMPLA CONCORRÊNCIA)							
RIOSAUDE							
1	218014.0239-84	Automóvel Modelo Sedan Veículos menores, ideais para o transporte de pessoas, de documentos, pequenos volumes de insumos e materiais leves, atendendo às necessidades de setores administrativos e assistenciais. (Características Técnicas dos Veículos conforme Anexo I do Termo de Referência) (RIOSAUDE)	UN	20			
2	218014.0117-14	Minivans – veículos com sete Lugares Minivan, veículo de sete lugares, destinado ao transporte de pessoas (Características Técnicas dos Veículos conforme Anexo I do Termo de Referência) (RIOSAUDE)	UN	2			
3	218049.0007-19	Motocicleta Veículo destinado a transporte de correspondências, expedientes e pequenos volumes. (Características Técnicas dos Veículos conforme Anexo I do Termo de Referência) (RIOSAUDE)	UN	2			
VERBA VARIÁVEL			*	24			
TOTAL RIOSAUDE (LOTE 1)							
RIOTUR							
4	218014.0239-84	Automóvel Modelo Sedan Veículos menores, ideais para o transporte de pessoas, de documentos, pequenos volumes de insumos e	UN	8			

		materiais leves, atendendo às necessidades de setores administrativos e assistenciais. (Características Técnicas dos Veículos conforme Anexo I do Termo de Referência) (RIOTUR)					
		VERBA VARIÁVEL	*	8			
TOTAL RIOTUR (LOTE 1)							

MULTIRIO							
5	218014.0239-84	Automóvel Modelo Sedan Veículos menores, ideais para o transporte de pessoas, de documentos, pequenos volumes de insumos e materiais leves, atendendo às necessidades de setores administrativos e assistenciais. (Características Técnicas dos Veículos conforme Anexo I do Termo de Referência) (MULTIRIO)	UN	1			
6	218014.0117-14	Minivans – veículos com sete Lugares Minivan, veículo de sete lugares, destinado ao transporte de pessoas (Características Técnicas dos Veículos conforme Anexo I do Termo de Referência) (MULTIRIO)	UN	1			
		VERBA VARIÁVEL	*	2			
TOTAL MULTIRIO (LOTE 1)							
TOTAL DO LOTE 1							

LOTE 2 (AMPLA CONCORRÊNCIA)							
RIOSAUDE							
7	218014.0077-84	Furgão para pequenas cargas Furgão cargo ou similar Fechado, voltado ao transporte de pequenas cargas. (Características Técnicas dos Veículos conforme Anexo I do Termo de Referência) (RIOSAUDE)	UN	5			
8	218014.0247-94	Caminhão Baú pequeno VUC VUC - Caminhão Baú Pequeno para transporte de carga (Características Técnicas dos Veículos conforme Anexo I do Termo de Referência) (RIOSAUDE)	UN	4			
9	218014.0119-78	Caminhão Baú Médio 3/4 Caminhão Baú Médio, para transporte de carga (Características Técnicas dos Veículos conforme Anexo I do Termo de Referência) (RIOSAUDE)	UN	1			
		VERBA VARIÁVEL	*	10			
TOTAL DO LOTE 2							

TOTAL DA LICITAÇÃO							
---------------------------	--	--	--	--	--	--	--

* Os lances devem ser registrados com o valor total de 36 (trinta e seis) meses para cada item/lote.

** Todos os preços, na proposta final, devem apresentar apenas duas casas decimais depois da vírgula.

*** Havendo divergência entre a descrição do ComprasGov e do Edital, prevalecerá a descrição do Edital.

NOTAS LOTE 1:

1 – A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto; assim, não será considerada qualquer reivindicação adicional de pagamento e/ou a alegação de desconhecimento atinentes ao Termo de Referência.

2 – O valor da verba variável não poderá ser alterado pelas Licitantes interessadas quando do envio das propostas, tratando-se de custo máximo previamente fixado pela RIOSAUDE.

3 – O valor global da contratação do lote 1 é a soma dos valores globais da RIOSAUDE, RIOTOUR e MULTIRIO.

NOTAS LOTE 2:

1 – A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto; assim, não será considerada qualquer reivindicação adicional de pagamento e/ou a alegação de desconhecimento atinentes ao Termo de Referência.

2 – O valor da verba variável não poderá ser alterado pelas Licitantes interessadas quando do envio das propostas, tratando-se de custo máximo previamente fixado pela RIOSAUDE.

Preço total por extenso:

Validade da Proposta:

Prazo para início do serviço:

Ciente e de acordo com os termos estabelecidos no Edital e seus Anexos.

_____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do representante legal

Observação: A proposta deverá ser em papel timbrado da empresa.

ANEXO V**(MODELO)****MINUTA DE CONTRATO****(PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)**

Termo de Contrato celebrado entre a Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAUDE, como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para prestação de serviços na forma abaixo.

A Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAUDE, situada à Rua Dona Mariana, nº 48, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, a seguir denominado CONTRATANTE, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PE – RP – RIOSAUDE – Nº 90056/2026, realizado por meio do processo administrativo nº RSU-PRO-2025/10936 – 99/023.485/2025, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 44.698/2018, e pela Lei Federal nº 14.133/2021, referente ao pregão eletrônico, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 51.078/2022 e pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, regulamentada pelo Decreto Rio nº 31.349/2009, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, e pela Lei Municipal nº 2.816/1999, Lei Municipal nº 4.978/2008, e pelos Decretos Municipais nº 17.907/1999, 27.715/2007, 49.415/2021 e 51.260/2022, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Privado, Decreto Rio nº 21.083/2002 (Dispõe sobre requisitos para contratação de serviços terceirizados), alterado pelo Decreto Rio nº 21.253/2002; Decreto Rio nº 40.285/2015 (Dispõe sobre a consolidação da legislação que versa sobre o Sistema Municipal de Transportes Oficiais no âmbito do Poder executivo e dá outras providências); e Decreto Rio nº 48.365/2021 (Dispõe sobre a utilização dos transportes

oficiais e do Taxi-Rio Corporativo); pelas normas de direito penal contidas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/1940, (Código Penal) pelas regras constantes no Regulamento de Licitações e Contratações da RIOSAUDE (REGLIC), acessado em <https://riosaude.prefeitura.rio/regulamento-de-licitacoes-e-contratacoes-reglic/>, do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a contratação de empresa especializada no serviço de locação de veículos automotores, sem motorista, sem combustível, em perfeitas condições de uso, devidamente licenciados e com seguro, para atender às necessidades da frota de veículos da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAUDE, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90056/2026).

Parágrafo Primeiro – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº RSU-PRO-2025/10936 – 99/023.485/2025, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo – O regime de execução será híbrido, sendo: a) Empreitada por preço global para os custos fixos com a locação do veículo; b) Empreitada por preço unitário para medições referentes uso de TAGs para pedágios e possíveis multas.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____ (por extenso).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no Decreto Municipal nº 52.100/2023 e no calendário de pagamentos aos fornecedores e prestadores de serviços que estiver vigente. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança na RIOSAUDE, condicionado à respectiva aceitação definitiva do objeto.

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro

mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor competente da RIOSAUDE.

Parágrafo Terceiro – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviço(s) efetivamente executados e aceitos no período–base mencionado no parágrafo primeiro, sem que a RIOSAUDE esteja obrigada a pagar o valor total do Contrato, caso todo o quantitativo do objeto não tenha sido regularmente executado e aceito.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da RIOSAUDE e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado a que a proposta se referir. O reajuste deverá observar o previsto nos arts. 127 a 129, e 132 do REGLIC.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos termos do art. 127 do REGLIC, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao do Orçamento estimado da contratação;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – O reajuste não será concedido automaticamente, dependendo de requerimento do interessado.

Parágrafo Quarto – Após decorridos 12 (doze) meses da apresentação do orçamento da contratação, a contratada terá direito à concessão de reajuste, mediante requerimento devidamente datado e assinado, acompanhado da respectiva memória de cálculo com os novos valores.

Parágrafo Quinto – Considera-se realizado o requerimento pelo interessado, por meio de:

I – Solicitação expressa de reajuste, por escrito, acompanhada da respectiva memória de cálculo com os novos valores, datada e assinada pelo responsável;

II – Apresentação de proposta para a prorrogação, na qual conste memória de cálculo com os novos valores, datada e assinada pelo responsável.

Parágrafo Sexto – A memória de cálculo deverá apresentar o índice de reajuste e o percentual utilizado para a obtenção dos novos valores cobrados.

Parágrafo Sétimo – As solicitações de reajustes a que a contratada fizer jus serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

Parágrafo Oitavo – Os efeitos do reajuste retroagem à data da ocorrência da anualidade, desde que o requerimento referido no parágrafo quarto seja apresentado em até 60 (sessenta) dias da publicação do índice ajustado contratualmente, e ultrapassado esse prazo, serão concedidos a partir da solicitação, sem prejuízo do previsto no parágrafo sétimo.

Parágrafo Nono – Caso a prorrogação ou o encerramento do contrato ocorra antes da divulgação do índice de reajuste, a contratada, sob pena de preclusão, deverá ressaltar expressamente, e por escrito, o seu direito ao reajuste, anteriormente à formalização da prorrogação ou do término do contrato, cabendo solicitar o reajuste na forma do parágrafo quinto,

após a sua divulgação do índice, observado o disposto no parágrafo oitavo.

Parágrafo Décimo – Se entre a data da apresentação do orçamento no certame licitatório e a assinatura do contrato decorrer tempo superior a 12 (doze) meses, e a contratada apresentar solicitação para concessão de reajuste contratual referente a tal período, será cabível a concessão do reajuste, apenas se demonstrada a vantajosidade de tal concessão em detrimento de nova licitação.

Parágrafo Décimo Primeiro – A concessão do reajuste deverá levar em conta eventual revisão realizada, efetuando-se as devidas compensações.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso a CONTRATADA requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica a CONTRATANTE obrigada a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido, devendo ser observado o disposto nos artigos 134 e 135 do REGLIC.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90056/2026).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter–se–á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pela CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços caberá ao fiscal ou à comissão designada por ato do Diretor da Diretoria cujas atribuições estejam inseridas no objeto do contrato. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização da CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das

instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

Parágrafo Quarto – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quinto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de _____, no valor de R\$ _____ equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, de acordo as disposições dos arts. 147 a 151 do REGLIC.

Parágrafo Primeiro – A RIOSAUDE se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia, caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, e não se verifiquem créditos suficientes em nome da contratada, inclusive de fatura em aberto, para que sejam realizados os correspondentes descontos, conforme previsto no art. 164, §1º, do REGLIC. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela RIOSAUDE ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção do contrato decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

1) Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 70, § 1º, I, da Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 147, § 3º, I do REGLIC):

Parágrafo Quarto – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela RIOSAUDE, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 81 da Lei 13.303/2016 e art. 92 do Decreto Municipal nº. 44.698/18, observando-se o disposto nos arts. 147, 148, 150 e 151 do REGLIC, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato e o recebimento definitivo do seu objeto, mediante ato liberatório da autoridade contratante, nos termos do art. 151 do REGLIC, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

2) Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro–Garantia (art. 70, § 1º, II, da Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 147, § 3º, II do REGLIC)

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de **90 (noventa)** dias, no qual ocorrerá a apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar à CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto – A apólice deverá conter cláusula prevendo que continuará em vigor mesmo se a CONTRATADA não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas, conforme disposto no art. 148, inciso II, do REGLIC.

Parágrafo Sétimo – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação da CONTRATANTE, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Oitavo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Nono – A CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato.

Parágrafo Décimo – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo Primeiro – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 81 da Lei 13.303/2016, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Décimo Segundo – A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída, após a execução do contrato e o recebimento definitivo do seu objeto, mediante ato liberatório da autoridade contratante, nos termos do art. 151 do REGLIC.

Parágrafo Décimo Terceiro – Nos contratos de execução continuada, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data da renovação ou do aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvada a hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da RIOSAUDE, quando o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução pela RIOSAUDE, conforme disposto no art. 148, parágrafo único do REGLIC.

3) Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança–Bancária (art. 70, §1º, III, da Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 147, § 3º, III, do REGLIC):

Parágrafo Quarto – A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Sexto – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de **90 (noventa)** dias, no qual ocorrerá a apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA – ocorrido durante a vigência contratual – e a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao

CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

Parágrafo Oitavo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 81 da Lei 13.303/2016, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Nono – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato e o recebimento definitivo do seu objeto, mediante ato liberatório da autoridade contratante, nos termos do art. 151 do REGLIC.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e vigorará de ____ / ____ / ____ a ____ / ____ / ____.

Parágrafo Primeiro – O prazo de execução do serviço será de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, Decreto Municipal nº. 44.698/18, art. 13 do Decreto Municipal 56.022/2025 e artigos 123 e 124 do REGLIC.

Parágrafo Segundo – O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, na forma do art. 71 da Lei 13.303/2016, artigo 82, III do Decreto Municipal nº 44.698/18, e do art. 121, inciso II, do REGLIC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I** – prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- II** – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- III** – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;
- IV** – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- V** – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;
- VI** – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na

legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão da RIOSAUDE como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso a RIOSAUDE seja compelida a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;

VIII – observar o disposto no Decreto Municipal nº 27.715/07 e suas alterações posteriores, no que couber;

IX – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo órgão ou entidade contratante responsável pela fiscalização da execução do contrato, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

X – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

XI – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, aquiescer à adoção, entre outras medidas, a serem adotadas pela RIOSAUDE no momento da contratação:

a) condicionamento o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

b) depósito de valores em conta vinculada;

c) em caso de inadimplemento, o pagamento das verbas trabalhistas aos seus titulares, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

d) estabelecimento de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos

serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

XII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, apresentar quando, solicitado pela RIOSAUDE, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

- a) registro de ponto;
- b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) comprovante de depósito do FGTS;
- d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XIII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, autorizar a RIOSAUDE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

XIV – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XVI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVIII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XIX – entregar o Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência devidamente preenchido, conforme o parágrafo único do art. 7º do Decreto Rio nº 49.415/2021;

XX – observar as vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de observância dos princípios e regras de integridade pública por parte dos agentes públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro;

XXI – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observando a alíquota aplicável e o procedimento disposto no Decreto Rio nº 49.593, de 18 de outubro de

2021, e alterações posteriores.

XXII – cumprir demais obrigações presentes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I – realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

O recebimento provisório será realizado para cada pagamento pelo fiscal ou comissão responsável por seu acompanhamento e fiscalização, na data da aceitação da nota fiscal no sistema próprio da RIOSAUDE, acompanhada de toda documentação solicitada no item “CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO” do Termo de Referência, preferencialmente até o quinto dia útil do mês.

Parágrafo Primeiro – O recebimento definitivo será realizado para cada pagamento, pelo fiscal ou comissão responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante a inserção da nota fiscal e demais documentos comprobatórios no sistema de pagamento digital da RIOSAUDE, em até 5 (cinco) dias corridos a contar da data do recebimento provisório.

Parágrafo Segundo – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Terceiro – O fiscal ou a comissão responsável pela fiscalização do contrato poderá rejeitar, no todo ou em parte, o serviço que, a seu juízo, esteja em desacordo com o Contrato e/ou o Termo de Referência.

Parágrafo Quarto – O fiscal ou a comissão responsável pela fiscalização anotar em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Quinto – Na hipótese de recusa de recebimento, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE da data da efetiva aceitação definitiva.

Parágrafo Sexto – Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos, no prazo previamente estipulado, a RIOSAUDE poderá providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – MATRIZ DE RISCOS

Considera-se, para todos os fins, que as condições estabelecidas no CONTRATO, na PROPOSTA, nos ANEXOS DO EDITAL e no TERMO DE REFERÊNCIA constituem o equilíbrio econômico-financeiro inicial do presente contrato. A alocação dos riscos decorrente de eventos supervenientes à assinatura deste contrato seguirá o disposto nos parágrafos primeiro a sexto desta Cláusula.

Parágrafo Primeiro – Compete à CONTRATADA arcar com os seguintes riscos, os quais, quando ocorrerem, não darão ensejo a aditivos contratuais ou alegações de desequilíbrio econômico-financeiro, salvo em caso de eventos extraordinários de relevante repercussão econômica assim reconhecidos pela RIOSAUDE:

I – variação no valor dos insumos do serviço e/ou de peças ou componentes necessários a sua execução;

II – variação cambial;

III – erros na formulação da proposta;

IV – danos e/ou prejuízos causados a terceiros pela CONTRATADA e/ou seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela execução do objeto deste contrato;

V – adequação na tecnologia empregada na prestação do serviço;

VI – ocorrência de greves ou paralisações de empregados da CONTRATADA ou a interrupção ou falha no fornecimento de materiais ou serviços pelos seus contratados;

Parágrafo Segundo – Compete à RIOSAUDE arcar com os seguintes riscos, os quais, quando ocorrerem, deverão ser objeto de aditivos contratuais, devendo a CONTRATADA manter a regular prestação do serviço:

I – modificação na execução do serviço que impacte no equilíbrio econômico-financeiro deste

contrato em decorrência de alteração superveniente na legislação de natureza cogente, e/ou de decisão judicial ou do Tribunal de Contas do Município específica e vinculativa à RIOSAUDE;

II – fatos do príncipe e/ou fatos da administração que impactem no equilíbrio econômico financeiro deste contrato;

III – entrada ou saída de unidades de saúde sob a administração da RIOSAUDE relacionadas ao objeto deste contrato;

IV – fatos provenientes de caso fortuito ou força maior que impactem no equilíbrio econômico financeiro deste contrato;

Parágrafo Terceiro – A RIOSAUDE poderá rescindir o contrato por razões de interesse público caso reste demonstrada que a manutenção do contrato não é vantajosa e poderá lhe causar prejuízos, sendo cabível a devida indenização à CONTRATADA se comprovada sua boa-fé e que não incorreu para a ocorrência da modificação contratual.

Parágrafo Quarto – São considerados de caso fortuito ou força maior os eventos assim definidos pela legislação aplicável, disposta na Cláusula Primeira deste Contrato. Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado à CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

Parágrafo Primeiro – Em situações que caracterizem perigo ou risco iminente de lesão ao interesse público ou à segurança de bens, pessoas e serviços, a RIOSAUDE poderá, motivadamente, como providência acautelatória, proceder à suspensão cautelar do contrato, que prescindirá de defesa prévia, garantindo-se o contraditório após a correspondente notificação, observando-se o procedimento do artigo 168 do REGLIC.

Parágrafo Segundo – Na suspensão cautelar, a notificação poderá determinar a desmobilização do serviço.

Parágrafo Terceiro – A suspensão cautelar do contrato não afasta a aplicação das penalidades previstas na cláusula décima sétima.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a RIOSAUDE poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 83 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nos arts. 160 e 162 do REGLIC/RS:

- (a) Advertência;
- (b) Multa;
- (c) Suspensão dos direitos de participar dos procedimentos para licitação e de contratar com a RIOSAUDE pelo prazo de até 02 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro – O procedimento de aplicação de sanções deverá observar o disposto nos artigos 165 a 168 do REGLIC.

Parágrafo Segundo – A aplicação da sanção de multa observará os seguintes parâmetros nos termos do art. 161 e 162 do REGLIC:

- 1) Multa moratória de até 0,2% (dois décimos por cento) por dia, sobre o valor da contratação, em caso de atraso na execução, limitada a incidência a 30 (trinta) dias;
- 2) Multa moratória de até 0,3 (três décimos por cento) por dia, sobre o valor total da contratação, em caso de atraso na execução, por período superior ao previsto no subitem anterior;
- 3) Após 45 (quarenta e cinco) dias de atraso, será considerada a inexecução parcial ou total do objeto contratual, hipótese em que poderá ser realizada a rescisão do contrato, por ato unilateral da RIOSAUDE, ou acordo entre as partes, nos termos dos artigos 156, incisos III e IV e 161, §1º do REGLIC, sem prejuízo da aplicação da multa moratória e da possibilidade de rescisão ou cancelamento da nota de empenho ou outro instrumento equivalente por atraso em prazo inferior;
- 4) Multa sancionatória equivalente a até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor da contratação, por obrigação contratual descumprida, quando constatadas irregularidades de média gravidade ou baixa gravidade em caráter reiterado;
- 5) Multa sancionatória equivalente a até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, por obrigação contratual descumprida, pela inexecução parcial do contrato, quando constatadas irregularidades de alta gravidade;
- 6) Multa sancionatória equivalente a até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, pela inexecução total do contrato;

7) O descumprimento parcial ou integral de disposições estabelecidas no Termo de Referência, Projeto Básico e/ou Contrato serão considerados inadimplementos suscetíveis de multa proporcionais;

8) A critério dos servidores responsáveis pela aplicação da multa, mediante justificativa, também poderão ser utilizadas como base de cálculo para a aplicação da multa, o valor da parcela, o valor do saldo não atendido do contrato, o valor do empenho, ou o valor da obrigação inadimplida.

9) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

Parágrafo Terceiro – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, observadas as demais formalidades legais, conforme art. 83, § 2º da Lei 13.303/2016 e art. 167, inciso IV do REGLIC, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Quarto – O prazo para a resposta à Notificação formal ao interessado, informando das medidas a serem tomadas para regularização da execução do objeto será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas, no caso de serviço essencial que não possa ficar descoberto, na forma do art. 167, §1º do REGLIC.

Parágrafo Quinto – As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista na alínea “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato, nas hipóteses previstas no art. 157 e 158 do REGLIC.

Parágrafo Sexto – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Sétimo – As multas aplicadas poderão ser compensadas imediatamente com valores devidos à CONTRATADA, autorizando a CONTRATADA a realização dos descontos pertinentes a fim de realizar o pagamento da multa, sendo a autorização prevista no art. 164, §1º, do REGLIC conferida com a participação no certame.

Parágrafo Oitavo – As multas aplicadas deverão ser executadas observando a seguinte ordem de preferência:

a) quitação do valor da penalidade mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela RIOSAUDE no ato da notificação para pagamento, no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogáveis, justificadamente, contados da data de notificação;

b) desconto dos pagamentos eventualmente devidos à contratada, ainda que de outras contratações com o Contratado;

c) desconto da garantia prestada no respectivo contrato e;

d) procedimento judicial.

Parágrafo Nono – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Décimo – Se a multa aplicada for superior ao valor de pagamento eventualmente devido pela RIOSAUDE à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, cabendo à Contratada arcar com as custas processuais e honorários advocatícios.

Parágrafo Décimo Primeiro – A RIOSAUDE suspenderá os pagamentos devidos ao Contratado até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da RIOSAUDE, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo Segundo – As hipóteses previstas nos parágrafos sétimo e décimo primeiro estão condicionadas à prévia notificação da Contratada para se manifestar a respeito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, preferencialmente por meio eletrônico com confirmação de recebimento, a fim de lhe assegurar o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Décimo Terceiro – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Quarto – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Parágrafo Décimo Quinto – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, e “b” do caput desta Cláusula é da competência da Diretoria de Administração e Finanças, e da alínea “c” do caput desta Cláusula da Presidência da RIOSAUDE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar, observando as disposições dos arts. 165 a 168 do REGLIC:

a) Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no

prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação em D.O da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a” e “b” do caput da Cláusula anterior;

b) Recurso a ser interposto perante o titular da Diretoria a qual estiver vinculado o contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;

c) Pedido de Reconsideração no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação, nos casos em que não couber recurso hierárquico;

Parágrafo Único – O recurso a que alude a alínea “a” do caput da presente Cláusula será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – EXTINÇÃO

A CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral e escrito da RIOSAUDE, assegurada a prévia defesa, na ocorrência das hipóteses previstas nos arts. 156 e 157 do REGLIC e no art. 529, do RGCAF, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do Contrato, ou ainda, sobre o saldo não atendido do contrato, o valor do empenho, ou o valor da obrigação inadimplida, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sétima, caput, alínea “b”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório E poderá ser compensada imediatamente com valores devidos à CONTRATADA, autorizando a CONTRATADA a realização dos descontos pertinentes a fim de realizar o pagamento da multa, sendo a autorização prevista no art. 164, §1º, do REGLIC conferida com a participação no certame.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, na forma do art. 158, §3º do REGLIC, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido a contratada.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

Parágrafo Oitavo – A RIOSAUDE poderá aplicar a rescisão sumária do contrato quando houver perigo ou risco iminente de lesão ao interesse público ou à segurança de bens, pessoas e serviços, hipóteses em que o prazo para exercício do contraditório e da ampla defesa será concedido a contar da notificação dos respectivos atos.

Parágrafo Nono – A rescisão sumária do Contrato não afasta a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Sétima.

Parágrafo Décimo – Os efeitos da rescisão do Contrato serão operados a partir da comunicação escrita da decisão, preferencialmente por meio eletrônico, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação é permitida mediante a prévia e expressa anuência por escrito da CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do serviço ou fornecimento, até o limite admitido de 30% (trinta por cento) do objeto, de acordo com o art. 65, XV, do REGLIC.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA apresentará, a qualquer momento, à RIOSAUDE documentação que comprove a capacidade técnica relacionada ao objeto subcontratado, habilitação jurídica, fiscal, e regularidade trabalhista e previdenciária do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

Parágrafo Terceiro – É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da RIOSAUDE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Parágrafo Quarto – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

Parágrafo Quinto – É vedada a subcontratação total do objeto e da parcela de maior relevância técnica, que é a locação de veículos.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA poderá subcontratar as seguintes parcelas do objeto: contratação de TAGs, manutenção dos veículos, seguro, instalação de GPS, lavagem e limpeza veicular.

Parágrafo Sétimo – Não poderão ser SUBCONTRATADAS empresas suspensas do direito de licitar pela RIOSAUDE, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pelo Município do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, junto da solicitação expressa para subcontratar, documentação da SUBCONTRATADA que comprove a capacidade técnica relacionada ao objeto subcontratado, habilitação jurídica, fiscal, e regularidade trabalhista e previdenciária, nos termos do art. 154, §1, do REGLIC.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho, Código de Despesa _____, tendo sido empenhada a importância de R\$ _____, por meio da Nota de Empenho nº _____, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do

Município no prazo estabelecido no art. 120, caput do REGLIC, às expensas da CONTRATADA, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 120, parágrafo único, do REGLIC.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foram licitados os serviços objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do Contrato.

b) Os ensaios, os testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais para a verificação da boa execução do serviço objeto deste Contrato correm à conta da CONTRATADA.

c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (__) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Autoridade competente

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VII**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO**

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VIII

**DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO RIO Nº 19.381/2001
E ART. 48, INCISO I, DO DECRETO MUNICIPAL Nº. 44.698/18**

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Rio nº 19.381/01, bem como do artigo 48, inciso I, do Decreto Municipal nº 44.698/18.

DECLARAMOS, de igual turno, sob as penalidades cabíveis, que não dispomos em nosso quadro societário de nenhum familiar de agente público vinculado direta ou indiretamente a unidades administrativas na linha hierárquica daquela encarregada da contratação, independentemente da modalidade adotada, nos termos do art. 7º do Decreto Rio nº 49.414/2021.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO IX

DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 23.445/2003

(em papel timbrado da empresa)

_____ [órgão ou entidade licitante] Ref. Licitação nº
____/____ [denominação/razão social da
sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº
_____, por intermédio do seu(sua) representante legal o(a) Sr.(a)
_____, portador(a) da carteira de identidade nº
_____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº
_____, DECLARA, para fins do disposto no inciso III, do art. 157 do REGLIC,
que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não
emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA

(em papel timbrado da empresa)

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto ao(à) _____ [órgão ou entidade licitante], que o pagamento dos salários e dos respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários (competência __mês__/_ano__) referentes aos empregados vinculados à execução do objeto contratado por meio da(o) _____ [modalidade licitatória] nº ____/____ encontram-se regularmente quitados. Conforme previsto no subitem _____ do edital de [modalidade licitatória] nº ____/____, encaminho em anexo o comprovante de pagamento das guias de FGTS e INSS relativas ao mês de __mês__/_ano__.

Rio de Janeiro, _____de _____de _____.

Representante Legal da Empresa
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO XI

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO DECRETO MUNICIPAL
Nº 17.907/1999**

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 17.907/1999, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos, para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA LICITANTE NÃO POSSUI PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____, DECLARO, para fins do disposto no item do Edital de nº _____/_____ e sob as penas da lei, que não possuo Plano de Recuperação Extrajudicial, seja registrado em cartórios extrajudiciais, pendentes de homologação pelo juízo competente, ou por qualquer outro acordo firmado entre esta empresa e meus credores

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO XIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA

1. Caso a empresa opte por realizar a vistoria técnica, deverá preencher declaração, seguindo o modelo abaixo:

Em atendimento à previsão legal contida no art. 105, §5º, inciso VI do REGLIC, _____ [nome completo do representante legal da empresa], DECLARO que o(a) Sr(a). _____ [nome completo do profissional indicado da empresa], profissional indicado por essa empresa, realizou visita para fins de vistoria técnica ao _____ [local ou equipamento visitado], acompanhado do respectivo responsável, tendo tomado ciência de todas as condições locais para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nº ____/____, as quais serão consideradas quando da elaboração da proposta que vier a ser apresentada.

() Declaro para os fins a que se destina, que obtive as imagens das instalações/equipamentos da Unidade _____, para utilização única e exclusiva de formalização de planilha de custo para participação do processo licitatório cujo objeto é _____ (inserir o serviço que será contratado), estando ciente que a utilização de modo adverso das imagens obtidas ao fim que se destinam sujeitará esta empresa às sanções previstas em lei

() Não foi realizada captação de imagens das instalações/equipamentos da Unidade _____.

Data da Visita: ____/____/____

CNPJ da Empresa: _____

Nome da Empresa: _____

Representante da Empresa:

Nome _____

Cargo / função: _____

Assinatura: _____

Representante da RIOSAUDE:

Nome: _____

Cargo / função: _____

Assinatura: _____

(*) O representante da empresa deverá apresentar-se devidamente munido de procuração que lhe outorgue poderes para proceder à visita técnica.

2. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria técnica, deverá preencher atestado de vistoria técnica, seguindo o modelo abaixo:

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA TÉCNICA

Em atendimento à previsão legal contida no art. 105, §5º, inciso VI do REGLIC, declaramos que, renunciamos à visita para fins de vistoria técnica a _____ [local ou equipamento visitado]. Assim sendo, assumimos total responsabilidade por este fato, comprometendo a não utilizar deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE, para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nº __/____, as quais serão consideradas quando da elaboração da proposta que vier a ser apresentada.

_____, ____ de _____ de 202__.

_____(assinatura do responsável técnico da empresa) ____
Nome do Responsável Técnico da Empresa

ANEXO XIV

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO
TRABALHO**

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto à Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSÁUDE, que, na execução do presente contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)